

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

FLORIANÓPOLIS

2004

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

**Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em Serviço Social pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina.**

**PROF^a DR^a TERESA KLEBA LISBOA
ORIENTADORA**

**FLORIANÓPOLIS
2004**

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Essa dissertação de mestrado foi examinada e julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada na sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2004.

**Profª Drª Catarina Maria Schmickler.
Coordenadora do PPGSS/UFSC.**

Banca Examinadora

Profª Drª Teresa Kleba Lisboa.

Prof. Drª Dalila Maria Pedrini.

Profª Drª Maria Del Carmen Cortizo.

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa.

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

DEDICATÓRIA.

Dedico este trabalho ao meu esposo Luiz Everson, que na trajetória da vida, partilha comigo sonhos, ideais, desafios e a busca de fortalecer a nossa espiritualidade. Agradeço o amor diário, o apoio e o incentivo a cada passo. Ich liebe dich!

AGRADECIMENTOS

A Deus-pai-mãe, presente em minha vida, que ao mostrar-me seus planos, coloca em meu caminho pessoas, projetos, desafios possibilitando-me crescimento, entendimento, aprendizado.

A Meu Pai e Minha Mãe, que partilham comigo as alegrias de mais essa conquista, as orações, as energias, as torcidas me encorajam a seguir com as bênçãos de vocês.

Minhas irmãs Ângela e Ana, cunhado João e a querida Júlia, obrigada pelo carinho, apoio e pela alegria de vocês.

A Professora Teresa, pela sua orientação que fortaleceu minha autoconfiança e que valorizou minhas potencialidades.

As mulheres entrevistadas que socializaram comigo suas trajetórias com disponibilidade e carinho. Vocês são as protagonistas deste trabalho!

A minha sogra Juzinha e meu sogro Belo, vocês são sempre acolhedores e amorosos, obrigada por me tratarem como filha.

Ao casal Vera e Louis, a amizade, o apoio, as trocas, o encontro na fé nos aproximou e vocês agora caminham conosco!

As amigas encontradas no mestrado Rita, Verinha, Ursula, Beatriz e Mariana. Vocês tornaram os momentos de aprendizado prazerosos e fortaleceram o significado da amizade para mim.

As amigas Adrinha, Dalila, Janete, Vanessa e Taninha, cada uma tem em meu coração um lugar especial e nutrem em mim a ternura, o amor e a cumplicidade.

As integrantes do Núcleo de Estudos de Serviço Social e Relações de Gênero pela convivência afetuosa e pelo compromisso compartilhado.

Aos professores do Mestrado e aos funcionários pela atenção, aprendizado e carinho recebidos.

A FURB que me proporcionou a aproximação com a Economia Solidária através do trabalho na ITCP, período de minha vida que guardo com muito carinho e gratidão.

A CAPES, pela bolsa de estudos que me permitiu dedicação exclusiva aos estudos.

Resumo

O presente trabalho consiste em um estudo acerca da Economia Solidária como movimento de resistência ao processo de acumulação flexível e seus reflexos. Aborda também a perspectiva de gênero como importante elemento de análise para a construção de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade e equidade.

Tendo as mulheres como os sujeitos centrais de nossa investigação, tivemos como objetivo identificar de que forma as iniciativas solidárias possibilitam o empoderamento de mulheres.

Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, utilizando o método biográfico na modalidade trajetória ocupacional, identificando os locais de trabalho de mulheres integrantes de empreendimentos de Economia Solidária até ingressarem ou constituírem essa forma de geração de trabalho e renda.

A análise dos dados nos demonstrou que as mulheres trilharam processos de empoderamento com diferentes ritmos, concepções e níveis. Contudo a participação em um grupo de trabalho autogestionário caracteriza-se em um dos principais elementos das trajetórias.

A pesquisa demonstrou ainda a importância das assessorias aos referidos empreendimentos de Economia Solidária, dada a sua complexidade e o desafio de construir um proposta de trabalho contrária a lógica capitalista vigente. Neste sentido, destacamos a Economia Solidária como um novo espaço sócio-ocupacional para o serviço social e apresentamos algumas reflexões para a categoria a partir da presente pesquisa e de nossa práxis profissional.

Abstract

The present dissertation consists of a study concerning the Solidary Economy, as resistance movement to the process of flexible accumulation and yours reflexes. It also approaches the gender perspective as important analysis element for the construction of a development model with sustentabilidade and justness.

Tends the women as the subjects centrals of our investigation, we had as objective identifies that forms the solidary initiatives they make possible the women's empowerment. For so much we accomplished a qualitative research, using the biographical method in the modality occupational path, identifying the places of integral women's of enterprises of solidary economy work to they enter or they constitute that form of work generation and income.

The analysis of the data demonstrated us that the women thrashed empowerment processes with different rhythms, conceptions and levels. However the participation in a group of work self-management is characterized in one of the principal elements of the paths.

The research still demonstrated the importance of the consultant ships to the referred enterprises of solidary economy, given your complexity and the challenge of building a proposal of contrary work the effective capitalist logic. In this sense, we detached the solidary economy as a new partner-occupational space for the social service and we presented some reflections for the category starting from to present researches and of our professional práxis.

Sumário

Introdução.....	09
1. Temática e Objeto de pesquisa.....	09
2. Metodologia.....	12
3. Estruturação do Trabalho.....	17
Capítulo I: A Economia Solidária e a Perspectiva de Gênero.....	19
1.1 As transformações trazidas pelo modelo de acumulação flexível: impactos e alternativas.....	19
1.2 Acumulação Flexível e o trabalho feminino.....	22
1.3 A Economia Solidária como um movimento de resistência	25
1.3.1 Protagonistas que integram a proposta da Economia Solidária.....	33
1.4 Um modelo de desenvolvimento a partir de bases sustentáveis.....	37
1.4.1 A perspectiva de gênero no debate sobre Desenvolvimento Sustentável..	42
1.4.2. A Economia Solidária: Vetor do Desenvolvimento Sustentável.....	46
1.4.2.1 As mulheres como sujeitos que despontam nos EES.....	47
1.4.2.2 As concepções de Economia Solidária e Solidariedade.....	48
Capítulo II: O Empoderamento de Mulheres como um Processo Multifacetário.....	52
2.1 Perfil das entrevistadas e Trajetórias Ocupacionais.....	52
2.2 O Empoderamento de mulheres nos empreendimentos de Economia Solidária: diferentes níveis, ritmos e trajetórias.....	65
2.3 Embates e Desafios da Economia Solidária.....	78
2.4 Pontos positivos, avanços e conquistas.....	83
Capítulo III: Empreendimentos de Economia Solidária – um Novo Espaço Sócio-Ocupacional para o Serviço Social.....	87
3.1 Os grupos e as categorias identidade, poder e relações de afeto.....	90
3.2 O instrumental técnico-operativo.....	100
Considerações Finais.....	108
Bibliografia.....	112

Introdução

1. Temática e Objeto de pesquisa.

O presente trabalho aborda as iniciativas vinculadas a Economia Solidária como um movimento de resistência frente ao processo de acumulação flexível, que provocou inúmeras transformações no mundo do trabalho e fortaleceu um modelo de desenvolvimento economicista, excludente e predatório.

O cenário que visualizamos é marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela concentração exacerbada da riqueza e do poder, refletidas na complexificação das expressões da questão social, na insustentabilidade ambiental, na insegurança generalizada diante da vida.

Frente a essas constatações, urge a busca de alternativas, de saídas que vislumbrem possibilidades de transformação, de superação, de sobrevivência, de sustentabilidade. A sustentabilidade multidimensional caracteriza-se em um grande desafio no contexto capitalista em que vivemos. Sustentabilidade social, referente ao caráter distributivo da riqueza produzida, evidenciando e valorizando o ser e não o ter. Sustentabilidade ecológica, diz respeito à diminuição dos impactos entrópicos da ação humana, com vistas à garantia da vida planetária, sustentabilidade cultural, tendo a diversidade dos costumes, valores, concepções enquanto fonte de riqueza e aprendizado e, finalmente, sustentabilidade econômica, defendida a partir de uma eficiente e equânime alocação e gestão dos recursos.

Assim, pensar a sustentabilidade requer uma nova ética com a definição de conceitos de bem-estar material e espiritual, requer uma outra racionalidade focada na solidariedade, no respeito, na prudência ecológica.

Neste contexto, as iniciativas de Economia Solidária despontam como uma das possibilidades, têm como diferencial, em sua proposta, a posse coletiva dos meios de produção pelos/as trabalhadores/as, a gestão democrática do empreendimento, a apreensão de todo o processo de produção por todas as pessoas que integram os empreendimentos, o

usufruto do resultado do trabalho coletivamente. Assim a Economia Solidária¹ configura-se como uma forma de gerar trabalho e renda diversa da capitalista, principalmente por comprometer-se com processos democráticos, inclusivos e com sustentabilidade.

Outro tema que está presente nas iniciativas solidárias é a perspectiva de gênero, à medida que a Economia Solidária pauta-se em princípios como justiça social, solidariedade, equidade, encontra o desafio de incorporar o olhar de gênero, principalmente devido a histórica discriminação, subalternidade e silenciamento das mulheres nos processos decisórios, nos debates acerca da economia, política, cultura e mercado.

Neste sentido, a pesquisa apresenta a Economia Solidária e a perspectiva de gênero como dois vetores de um desenvolvimento sob bases sustentáveis e enfoca o empoderamento das mulheres como um condicionante para a construção de relações democráticas, que respeitem as diferenças, mas que primem pela igualdade de acesso a direitos, a espaços públicos e de decisão.

A partir dessa interlocução adotamos como objeto de nossa investigação o desafio de identificar **de que forma as experiências de Economia Solidária possibilitam o processo de empoderamento de mulheres.**

O interesse por um aprofundamento acerca dessa temática surgiu devido nossa atuação como assistente social e professora do departamento de serviço social da Universidade Regional de Blumenau-FURB na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-ITCP. A ITCP é um projeto de extensão que desenvolve um trabalho de assessoria interdisciplinar na formação e fomento de empreendimentos de Economia Solidária, objetivando a constituição de grupos organizados na perspectiva de gerar trabalho e renda coletivamente.

Nossa atuação no referido projeto ocorreu no período de 2000 a 2003, desenvolvendo a coordenação da equipe de educação, assessoria social² e no último ano a coordenação geral do projeto.

¹ O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há pelo menos uma década (LAVILLE, 1994).

² A assessoria social na ITCP/FURB é desenvolvida pelo Serviço Social em parceria com a Psicologia e Ciências Sociais. Realiza o acompanhamento do processo de integração do grupo, as relações de poder, a participação, a democracia, organização interna, articulação em rede, a afetividade, a identidade do grupo, a comunicação interna, o planejamento, a programação e avaliação das ações.

Essa experiência profissional nos possibilitou constatar que a emergência de alternativas de geração de trabalho e renda, na perspectiva da Economia Solidária, tem demandado aos profissionais do Serviço Social o desafio de assessorar o processo de organização de trabalhadores e trabalhadoras, que através do trabalho associativo, buscam uma possibilidade de reingresso ou permanência no mercado de trabalho.

Proporcionou também a observação do posicionamento das mulheres diante do mercado de trabalho, bem como o conhecimento de várias pesquisas e reportagens que têm abordado o processo discriminatório das mulheres no mundo do trabalho. Esses estudos demonstram que as mulheres permanecem em desvantagem, seja nos percentuais salariais, nos cargos, nas alternativas ocupacionais ou na reprodução da subalternidade diante dos homens no processo de decisão.

O gênero feminino é aquele que mais trabalha; recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais (LAGARDE, 1996 p.170).

No entanto, observamos a predominância das mulheres nos empreendimentos, bem como seu protagonismo e a capacidade de constituir espaços de geração de trabalho e renda a partir das atividades apreendidas ao longo da socialização: cozinhar, limpar, costurar, bordar, fazer artesanato. Essas atividades constituíram-se como pertencentes ao espaço privado ou atividades “tidas como femininas” e é essa justamente a grande força da Economia Solidária.

Frente aos vários desafios de vivenciar uma proposta contrária a lógica vigente, buscamos apresentar também os dilemas, dificuldades e as conquistas e possibilidades dessas experiências solidárias.

Nossa pesquisa tem como foco de investigação a trajetória ocupacional de mulheres integrantes de empreendimentos de Economia Solidária, com vistas a identificar as outras experiências laborais por elas acessadas; os caminhos que as levaram para a constituição ou ingresso em um empreendimento solidário e os seus processos de empoderamento.

Buscou também trazer contribuições para o fazer profissional do Serviço Social, tendo como base a sistematização de alguns elementos registrados ao longo de nossa práxis

profissional na ITCP/FURB e a análise dos dados da presente pesquisa, referente ao trabalho com grupos de Economia Solidária.

A relevância desse estudo firma-se em trazer contribuições para o estudo da interlocução entre Economia Solidária e a perspectiva de gênero, bem como de reafirmar esse espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, buscando incrementar seu aporte teórico-prático.

2. Metodologia.

Para desenvolvermos essa pesquisa utilizamos a metodologia qualitativa, que tem tido uma importância significativa no Serviço Social por possibilitar investigações que apreendem as subjetividades, os significados, as representações das pessoas e dos grupos. Realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre

sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações se tornam significativas (MINAYO, 1995 p.04).

Além disso, a abordagem qualitativa focaliza e valoriza a perspectiva dos agentes nela envolvidos para a compreensão, reconstrução e explicação de processos sócio-histórico-culturais.

Entre as abordagens qualitativas, destacamos o método biográfico que através das modalidades histórias de vida, relatos orais e trajetórias têm possibilitado estudos que evidenciam a riqueza das especificidades das narrativas, das percepções, do vivido. O método biográfico tem como objetivo

reconstruir, em cada história de vida, a presença de relações básicas e complexas, que dizem respeito às categorias sociedade, grupo e indivíduo, expressas no relato oral. São relações ligadas à estrutura social e grupal e, ainda à idéia de rearranjo e reapropriação do social, que o indivíduo faz como unidade singular em seu relato (MARRÉ, 1991, p. 91).

Nesse processo de reconstrução do passado, o método biográfico aponta para a singularidade, para a percepção de cada sujeito, ou seja “o indivíduo reinterpreta, de um modo singular, o momento vivido” (1991, p. 132). A pessoa ao fazer seu relato apresenta uma concepção, um tipo de interação e de apropriação com o grupo. “Interação e

apropriação são, portanto, processos singularizados em cada história de vida e ao nível de cada formulação ou juízos qualitativos emitidos pelos próprios indivíduos que narram e relatam”(1991, p. 133).

Essa referência ao grupo é outra característica do método biográfico, pois mesmo partindo de relatos individuais, propõe a identificação e reconstrução de um constructo, uma síntese, uma unidade de pesquisa que identifica um grupo e que constitui o que Marré denomina de totalidade sintética, ou seja

uma maneira sintetizada de cada indivíduo apreender o social, narrá-lo, reconstruí-lo. Não haverá compreensão profunda dos elementos, frases, eventos, proposições incluídos na história de vida, se não há uma grande atenção ao caráter sintético da reconstrução de todos os elementos singulares (1991, p.132).

Marré acrescenta ainda que o/a pesquisador/a necessita realizar uma leitura descontínua da cada história de vida, ou seja, as trajetórias não são lineares, mas sim marcadas por rupturas, influenciadas pelo contexto, pelo devir, pelo grupo e tecidas de forma singular através cada sujeito. Sendo assim, o método biográfico proporciona a apreensão das especificidades, valoriza as singularidades e busca decifrar os conteúdos.

Para tanto, requer do pesquisador criatividade, sensibilidade teórica e rigor científico. Propõe um movimento em espiral transitando entre os dados empíricos e a construção teórica até então elaborada. Por isso, o que interessa é a vida das pessoas, seja em seu percurso integral ou algumas partes, aspectos ou dimensões que marcaram essa história, com vistas a uma interlocução teórica e a subsequente produção de novos conhecimentos.

Tendo como referência essas reflexões, utilizamos no presente trabalho o método biográfico na modalidade trajetória de vida. Essa modalidade permite o debruçar-se sob alguma fase, ciclo ou atividade da vida, evidenciada por uma questão de pesquisa. Para Lisboa, trajetórias de vida podem ser

consideradas como partes de uma História de Vida, um determinado percurso, itinerário ou ciclo que vai ao encontro do interesse do pesquisador (...) por exemplo: se desejo saber que tipo de ocupação remunerada as mulheres, sujeitos de minha pesquisa, já tiveram ao longo de suas vidas, vou pesquisar a trajetória ocupacional dessas mulheres; se desejo saber o itinerário migracional que um determinado grupo percorreu, vou pesquisar a Trajetória Migracional; se desejo saber a

duração do tempo em que adolescentes permaneceram cometendo infração, vou pesquisar a Trajetória Infracional (2004, p.04).

Desta forma, reconstruir uma trajetória, significa colocar luz em um determinado percurso da vida do entrevistado, tendo presente que esse aspecto da vida destacado está em intrínseca correlação com todas as outras dimensões da vida.

No nosso caso, desenvolvemos a trajetória ocupacional de mulheres integrantes de empreendimentos de Economia Solidária. Neste sentido o caminho investigado foi mediado pelas atividades laborais desempenhadas pelas mulheres, destacando nesse percurso as mudanças sociais, as atividades profissionais, os períodos, as marcas, rupturas e conquistas vivenciadas nesse itinerário, os cargos assumidos, as relações, etc. Assim a trajetória ocupacional traduz-se no encadeamento temporal das posições ocupadas pelas mulheres no campo do trabalho.

Realizamos 8 (oito) entrevistas com mulheres de 5 (cinco) empreendimentos de Economia Solidária do Vale do Itajaí. A opção por essa região justificou-se pelo acesso a esses grupos, bem como por ser esta a região precursora na constituição de empreendimentos urbanos de Economia Solidária no estado de Santa Catarina.

Os empreendimentos são das áreas têxtil, alimentos e reciclagem de resíduos sólidos. Foram entrevistadas quatro mulheres que ocupam espaços de liderança nos empreendimentos e/ou no Movimento da Economia Solidária e quatro mulheres que não ocupam cargos de liderança.

Dada nossa trajetória pessoal de trabalho com alguns desses grupos, por conta da atuação na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB e pela militância no Movimento da Economia Solidária, foi de fundamental importância o distanciamento científico possibilitado pela mudança para Florianópolis e pelo ingresso no curso de mestrado em Serviço Social. Desde o início das aulas no mestrado procuramos centrar os estudos nessa temática, procurando desenvolver um olhar com mais criticidade e realizar o exercício da vigilância epistemológica.

Diante desse desafio, dentre os cinco grupos escolhidos, optamos em definir dois grupos (Grupo de Mulheres da Pedro Krauss e Cooperativa Seletiva) que não tínhamos nenhum conhecimento prévio. A aproximação aos mesmos foi mediada por uma Assistente

Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau, que atua no Programa Alinhando Cidadania e que realiza assessoria técnica aos mesmos.

Os outros três grupos (Reciblu, Fio Nobre e Nutricoper) conhecíamos através da participação na Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí, sendo que desenvolvemos assessoria direta apenas à Nutricoper.

A escolha por essa amostra foi definida com base nos postulados de Marré (1991), ou seja, o de diversificação da amostra e o de saturação. A diversificação refere-se à identificação de pessoas que são capazes de analisar os temas, fatos, estratégias e itinerário do grupo social pesquisado. Já a saturação, traduz-se em realizar um número suficiente de entrevistas até chegar a saturação, considerando que “a partir de um certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não acrescentam praticamente nada ao que as outras têm expresso” (MARRÉ, 1991, p.113).

Para a realização das entrevistas, utilizamos como técnica a entrevista semi-dirigida, centrada no problema de pesquisa. “Esta é uma das variantes das metodologias qualitativas utilizada, principalmente, em construções biográficas, onde se estabelece um ‘fio condutor’, de acordo com a problemática de pesquisa” (LISBOA, 2000b, p.30).

O fio condutor facilita a direção a ser tomada no transcorrer da entrevista. Não pretende ser um limitador, restringindo outras informações e relatos, mas um guia que procura conhecer em profundidade o aspecto da história de vida desejado.

Desta forma, a trajetória ocupacional foi a base de nossa investigação, sendo que o fio condutor se constituiu pelos seguintes componentes: a) origem da entrevistada, local de nascimento, cotidiano familiar, número de filhos, estado civil, características culturais; b) processo de trabalho, locais onde trabalhou, estratégias de sobrevivência, tempo de permanência, remuneração (diferença entre homens e mulheres), dinâmica interna das instituições (decisões, funcionamento, participação), motivos da saída, como chegou ao empreendimento de Economia Solidária; c) e finalmente o cotidiano e a trajetória de cada mulher nos diferentes empreendimentos, a dinâmica interna (divisão de tarefas e funções), os limites e possibilidades, as relações interpessoais e grupais, as concepções de solidariedade, poder e Economia Solidária.

Conforme já afirmamos anteriormente, o desafio colocado é transitar entre os dados empíricos e a elaboração teórica, em um movimento espiral. A partir disso, o fio condutor

foi mediado pelas variáveis que em nossa hipótese interferem no processo de empoderamento das mulheres que trabalham nos empreendimentos de Economia Solidária. Nesse momento destacamos as seguintes variáveis: participação, consciência crítica, cooperação, sentimento de pertença, cumplicidade, solidariedade, afeto, ajuda mútua, competitividade, individualismo, preconceito, apatia, relações entre homens e mulheres, divisão de papéis, estratégias de sobrevivência, locais onde trabalhou.

Com vistas a apreender ao máximo a riqueza e complexidade de todos esses dados, recorreremos a estratégia de codificação dos dados proposta por Strauss e Corbin (1996 In: LISBOA, 2000b). A codificação evidencia a intrínseca relação entre as categorias através de uma organização sem rigidez metodológica e esquemática.

Os referidos autores indicam três momentos que constituem o processo de codificação. Inicia-se por uma ampla identificação e articulação dos dados, denominada de codificação aberta, de onde emana

o potencial de encontro entre o material empírico e o conhecimento sobre o contexto do pesquisador. É comum extrairmos dezenas, talvez centenas de elementos conceituais que deverão ser agrupados mediante o processo de categorização (LISBOA, 2004, p.17).

Após essa extensa categorização, os autores sugerem uma nova articulação, um reordenamento dos dados com base no referencial teórico da pesquisa, denominada de codificação axial. Nesse momento colocam-se os desafios de transformar os dados, situações, ações e interações em conceitos, identificar as variáveis, características das respectivas categorias e sub-categorias e de estabelecer uma lógica de análise (LISBOA, 2004).

Esse processo nos leva à codificação seletiva que consiste na seleção das categorias chaves que serão aprofundadas na análise da pesquisa. O fio condutor utilizado permanece sendo o indicativo para análise, contudo todo esse percurso busca incorporar de forma dinâmica os elementos trazidos pelas trajetórias, que possibilitam validar ou refutar as hipóteses e principalmente responder com propriedade a questão de pesquisa.

A devolutiva às entrevistadas ocorrerá através do envio da transcrição das respectivas trajetórias, do convite para participarem da defesa do presente trabalho, bem como das publicações que o mesmo possa gerar.

3. Estruturação do Trabalho.

O trabalho foi dividido em três capítulos. Buscamos ao longo de todo o texto, trazer os depoimentos das entrevistadas, objetivando realizar uma análise teórico-prática intermitente.

No primeiro capítulo abordamos elementos da conjuntura atual a partir das reflexões de David Harvey, que denomina o atual desenho do capitalismo de regime de acumulação flexível. Apresentamos uma rápida caracterização enfocando os reflexos desse processo na vida de trabalhadores e trabalhadoras, com destaque para as mulheres que por sua condição de gênero têm ao longo da história encontrado uma série de diferenciações e discriminações no mundo do trabalho.

Evidenciamos a Economia Solidária como movimento de resistência que emerge na sociedade civil, dentro do contexto capitalista vigente. Tanto a Economia Solidária quanto a perspectiva de gênero são apresentadas e discutidas como vetores que contribuem para a construção de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade e equidade. Neste sentido defendemos a importância de visibilizar as mulheres, suas conquistas e articulações. Sendo os empreendimentos de Economia Solidária, um espaço ocupado por muitas mulheres, iniciamos o segundo capítulo apresentando o perfil das mulheres entrevistadas e suas trajetórias ocupacionais. Aprofundamos também a categoria empoderamento, a partir da análise das entrevistas e evidenciamos os embates, desafios, os avanços e as conquistas da Economia Solidária.

No terceiro capítulo apresentamos uma sistematização de nossa práxis profissional, enriquecida com os dados da pesquisa. Evidenciamos a Economia Solidária como um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, destacando o compromisso com a justiça social, com a cidadania e o enfrentamento aos ditames neoliberais presentes no projeto ético-político da profissão. Neste sentido buscamos trazer algumas reflexões acerca do trabalho com grupos solidários, ressaltando três elementos: as relações de afeto, a identidade e o poder. Por fim, elencamos alguns instrumentos utilizados com vistas a enaltecer a importância do aparato teórico-prático, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social.

Nas considerações finais, reforçamos a importância do movimento de resistência por dentro do capital que visa tecer transformações, mudanças, transgressões. Não alcançamos respostas, receitas, mas com certeza fortalecemos nosso compromisso com a ética, com a defesa da cidadania, da equidade de gênero e étnica, com a esperança.

Capítulo I

A Economia Solidária e a perspectiva de gênero.

1.1. As transformações trazidas pelo modelo de acumulação flexível.

A emergência das iniciativas vinculadas à Economia Solidária têm crescido nas últimas três décadas, impulsionadas pelo processo de reestruturação produtiva, reflexo das mudanças no mundo do trabalho que vem se estruturando no ideário do projeto neoliberal.

Vários são os debates que têm abordado as características e repercussões do projeto neoliberal que, a partir do Consenso de Washington³, passou a ser a principal matriz dos governos, presente nos processos de privatização, na internacionalização da economia, na minimização do Estado, na despolitização da sociedade civil, no enfraquecimento da democracia, no desemprego estrutural, no empobrecimento de grandes parcelas da população, na globalização assimétrica e desigual.

A globalização expressa-se na desterritorialização econômica, na mundialização da produção, do consumo, da cultura, na superação das barreiras geográficas trazidas pelos avanços nos meios de comunicação, descobertas tecnológicas e por uma nova dimensão do tempo.

Desta forma, o processo de globalização influencia diretamente em todos os aspectos da vida cotidiana, tanto no espaço global quanto nos espaços locais. Esta influência tem desenhado um quadro muito complexo na economia, na política, no social e na questão ambiental.

Na economia, destacamos o acirramento da competitividade, os avanços tecnológicos e a detenção dos saberes. Evidenciamos ainda a privatização em massa de estruturas que historicamente pertenciam ao Estado, a constituição de empresas

³ O Consenso de Washington compreende um conjunto de reformas direcionadas para a América Latina superar a crise econômica. Estas foram elaboradas, em novembro de 1989 no International Institute for Economy, por um grupo composto pelo governo dos EUA, organismos internacionais e economistas latino-americanos. Centrou-se numa série de medidas técnicas (privatização das empresas, flexibilização da legislação trabalhista, redução da carga fiscal e abertura comercial) em favor da economia de mercado, denominadas neoliberais. Essas medidas tiveram como precursores os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher que assumiram o combate ao poder dos sindicatos e a redução do papel do Estado na economia (CANDELORI, 2002).

transnacionais e a concentração de recursos financeiros, ocasionando a existência de nações muito ricas e outras extremamente pobres.

No âmbito político, a globalização neoliberal⁴ reforça a minimização do Estado, limitando seu papel ao de mantenedor da ordem e defensor da propriedade privada⁵, desarticulado e desvinculado da sociedade civil, privatizado e corporativo. Nesse contexto, a economia ganha centralidade e supremacia diante do social, da política e da ética e é confundida e equiparada ao mercado⁶.

Os reflexos na dimensão ambiental são o esgotamento dos recursos renováveis, o aumento da poluição e a evidência de riscos globais como o buraco na camada de ozônio, as queimadas, o efeito estufa, as chuvas ácidas, entre outros.

Na esfera social, o desemprego estrutural vem como uma consequência muito significativa, assim como o aumento do trabalho informal e subemprego; mercantilização das relações sociais, emergência das minorias⁷, exclusão social, aumento da miséria, fome e discriminação.

Desta forma, a globalização neoliberal traz consigo uma nova configuração político-econômica do capitalismo, denominada capitalismo global por Furtado (1998) e capitalismo tardio por Mandel (1982). Harvey é outro autor que analisa esse contexto de novas configurações do capital e denomina o desenho atual do capitalismo de regime de acumulação flexível. Esse se apóia na

flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p.140).

⁴ Reafirmamos a denominação neoliberal, pois há vários trabalhos que elucidam outros tipos de globalização, por exemplo, Santos e Rodriguez (2002) falam em globalização alternativa, já Arruda (2000) discute a globalização cooperativa e solidária.

⁵ Concepção baseada no pensador inglês Locke, segundo o qual a “sociedade política foi instituída unicamente para assegurar a cada pessoa a posse de coisas desta vida, e com nenhum outro propósito. A proteção da vida e das coisas que se referem a vida é função do Estado” (KRISCHKE, 1993, p.112).

⁶ “Mesmo em uma sociedade de mercado, o mercado não regula uma grande parte de nossas vidas. Nem tudo está no mercado e tem um preço! Ainda que a sociedade moderna esteja centrada numa visão reducionista da economia, ela é um feixe de diferentes dimensões estruturais onde nenhuma tem a primazia causal abstrata (não há um princípio único de regulação)” (LISBOA, 2003, p.47).

⁷ Para Faleiros, minorias trata-se de um “conjunto social que se encontra, se sente e se representa como discriminado e oprimido na sociedade, nas relações sociais estruturantes de classe, gênero, orientação sexual, raça, cultura” (1997, p.19)

O impacto desse processo na vida cotidiana das pessoas caracteriza-se pelo desemprego, subemprego, pelo empobrecimento, pela dificuldade de acessar a satisfação das necessidades básicas, pela exclusão no usufruto da riqueza produzida, exclusão no acesso as informações, exclusão aos direitos sociais. Com vistas a visualizarmos a complexidade e abrangência desses reflexos para as trabalhadoras e trabalhadores, apresentamos alguns desses elementos.

a) A perda da estabilidade no trabalho fabril aumentou consideravelmente o número de demissões e contratações temporárias sem vínculos empregatícios, alternando assim o número de empregados/as de acordo simplesmente com os interesses e necessidades da empresa. Harvey denomina esse processo de volatilidade de mercado, onde os regimes e contratos de trabalho são flexibilizados, reduzindo o “emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (1992, p.143).

b) A participação de vários países na construção de um único produto, ou seja, cada um fabrica uma parte de um mesmo produto que em seu contexto trará resultados mais favoráveis, levando-se em consideração o material utilizado e o preço da mão-de-obra. Para isso “novos sistemas de coordenação são implantados, por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação ou por intermédio do domínio e integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing” (Idem, p.150).

c) As empresas passam a exigir trabalhadores/as polivalentes e multifuncionais, diminuindo assim seu quadro funcional. Considerando a premente agilidade do fluxo de informações, permanece no mercado os/as trabalhadores/as e as empresas que conseguirem acompanhar esse ritmo. Harvey considera que o próprio saber torna-se a cada dia uma “mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais” (1992, p.150).

d) Os trabalhadores/as perderam direitos conquistados com movimentos e lutas no mundo inteiro. A representação de classe, com a fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores/as, tornou-se bastante complexa. Mudanças como a intelectualização do trabalho, desqualificação de algumas atividades profissionais e principalmente os novos arranjos das contratações e a insegurança trazida pelo desemprego contribuíram para que houvesse uma classe trabalhadora dividida, desarticulando-se as lutas, perdendo-se assim

espaços e direitos. Para Harvey está ocorrendo o “solapamento da organização da classe trabalhadora” (Idem, p.144).

e) Podemos situar ainda as inúmeras fusões entre empresas, os novos fluxos e sistemas financeiros, o empreendedorismo com papéis e o controle de informações e dos veículos de propagação da cultura populares. Todas essas estratégias alcançaram tamanho grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas, entretanto interferem em suas vidas diretamente de várias formas.

Esses são alguns elementos que demonstram os impactos da acumulação flexível na vida cotidiana em suas diversas dimensões. Harvey complementa ao afirmar que esse movimento de flexibilização do capital reforça o fugidio, o efêmero, o fugaz e o individualismo exacerbado, dificultando a visualização da complexidade e da intensidade das mudanças trazidas. Há que se destacar que esse processo atingiu diferentemente homens e mulheres e que a busca de interpretação, compreensão, enfrentamento e a construção de alternativas deverá incluir necessariamente a perspectiva de gênero.

1.2 Acumulação flexível e o trabalho feminino

O mercado do trabalho sempre contou com a presença da mão-de-obra feminina, entretanto, a organização da sociedade há muito tempo tem colocado às mulheres a responsabilidade do cuidado da casa, dos filhos, do privado, caracterizando-se a árdua dupla jornada para as mesmas.

Segundo Todaro e Abramo (1998, p.80) esse processo se intensificou com a Revolução industrial, sendo o trabalho remunerado uma tarefa pertinente aos homens e a família assunto das mulheres. Apesar das mudanças ocorridas com a contemporaneidade, permanece a noção que os trabalhadores (homens) querem e podem fazer do trabalho a sua prioridade principal, acima da família, da comunidade e dos outros aspectos da vida privada. Também gera a tendência de marginalizar e considerar os temas da relação trabalho/família como individuais, próprios do mundo privado e, portanto das mulheres⁸.

⁸ Apesar da intensificação dessa separação, as mulheres, bem como as crianças eram importante mão-de-obra no contexto da revolução industrial, principalmente pelas suas características físicas como dedos finos, como também pela habilidade e destreza para trabalhos que exigiam meticulosidade.

Bruschini (1999, p.41), uma das estudiosas da temática, conclui que os lugares ocupados por homens e mulheres no mercado de trabalho têm a marca de gênero. As mulheres permanecem concentradas em setores⁹ como agricultura, serviços, área social. As ocupações que predominam são: administrativas, professoras, ocupações da área dos serviços, costureiras, telefonista, secretária, enfermeira, recepcionista, lavadeira, tintureira. Quase todas são ocupações que de alguma forma reproduzem atividades relacionadas a esfera reprodutiva, como cuidar, lavar, passar, cozinhar e ensinar. Atividades reduzidas, confinadas ao espaço privado, ao doméstico, privativas às mulheres.

As mudanças trazidas pelo processo de acumulação flexível intensificou essa divisão sexual do trabalho, principalmente devido ao retorno de “sistemas antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista” (HARVEY, 1992, p.145). Nesses sistemas de trabalho, as mulheres conciliam a dupla jornada no mesmo local, a moradia, podendo incluir outros moradores da casa como idosos e crianças, em esquema de empreitada¹⁰, todos é claro sem qualquer direito trabalhista.

Outro dado significativo refere-se à entrada das mulheres no mercado de trabalho que significou o barateamento da mão-de-obra e muitas vezes, a substituição da mão-de-obra masculina nos serviços que exigem pouca qualificação. Segundo Hirata, as repercussões da

especialização flexível e dos novos modelos de organização e desenvolvimento industriais não são as mesmas quando se consideram os pontos de vista dos homens e mulheres. Da mesma forma, os impactos das reestruturações produtivas sobre a qualificação –ou sobre a formação profissional- não têm a mesma extensão, a mesma significação e nem o mesmo alcance segundo se trate de trabalhadores homens e mulheres (1998, p.6).

A referida autora disserta acerca do amplo processo de precarização trazido pelos novos modelos produtivos. Aponta para uma dupla transformação do trabalho – conteúdo e forma: de um lado, está a exigência de implicação do sujeito no processo de trabalho com autonomia, responsabilidade, iniciativa, polivalência; de outro lado verifica-se um processo de precarização dos laços empregatícios, das condições de trabalho, o crescimento do

⁹ Na região de Blumenau, foco de nossa pesquisa, destacamos a atuação das mulheres nas empresas têxteis como operárias, desenvolvendo atividades ligadas à costura ou a limpeza.

¹⁰ As facções são um exemplo desse processo. São contratadas por grandes empresas para executar parte do processo produtivo, geralmente as ações repetitivas que exigem pouca tecnologia. As facções, na sua maioria, são instaladas nos fundos dos quintais das casas e envolvem o trabalho de mulheres, idosos e crianças.

desemprego, da informalidade no trabalho e a flexibilidade no uso da mão-de-obra. Hirata (1998) considera que infelizmente o lado mais conhecido e mundializado é o da precarização, da instabilização.

Essa é uma tendência que atinge ambos os sexos, mas que tende a atingir mais as mulheres. Um fato que comprova isso é o índice de mulheres que ingressam no mercado de trabalho ser superior ao índice de ingresso masculino, mesmo no período de crise. Isso significa dizer que as mulheres são as que mais se submetem à qualquer tipo de serviço, seja devido à necessidade de se tornar mais autônoma e independente (do lar, marido ou pai) ou pela necessidade de aumentar o orçamento familiar e assim alimentar a prole (idem, 1998).

Esse dado relaciona-se ao fenômeno da feminilização da pobreza que aponta o crescimento das mulheres entre os pobres e a subsequente vulnerabilidade feminina; bem como o aumento do índice de famílias chefiadas por mulheres. Constatamos deste modo, que a pobreza assim como o mercado de trabalho possui a marca de gênero. Correlacionado ao indicador gênero e classe, as mulheres ainda são marcadas pela etnia. A pesquisa mensal de emprego e desemprego, de junho de 2004, realizada pelo IBGE¹¹ afirma que: “as mulheres brancas ganham, em média, 20,5% menos que os homens brancos, enquanto as negras recebem 19,4% menos do que os homens negros e 61,2% menos que os homens brancos”.

Esses dados explicitam que o modelo de acumulação flexível trouxe um outro padrão de família, com destaque para a exploração do trabalho feminino e pela responsabilização da mulher pelo sustento da família. Gerou também um novo contrato de cidadania, à medida que os direitos conquistados passam a ser flexibilizados, permeados por políticas sociais focalizadas e seletivas, ou seja, perdendo visivelmente seu caráter universalista.

Sendo assim, a acumulação flexível, enquanto modelo capitalista, intensifica a precarização do trabalho, a separação entre capital e trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, a desterritorialização da produção, provoca a desorganização da classe trabalhadora, retira direitos trabalhistas conquistados a duras penas durante anos de luta, ativa a discriminação de gênero e étnica no trabalho e nas relações, aumenta o processo de

¹¹ Fonte: www.ibge.gov.br.

alienação e o individualismo exacerbado, onde cada trabalhador/a concentra-se na resolução individual de seus problemas, na busca de garantia individual de sua sobrevivência. Estas são algumas características e impactos na vida cotidiana, contudo muitos são os movimentos e grupos que mantêm uma postura de resistência, de oposição e de questionamento a essa configuração. Estes têm buscado construir alternativas, têm apresentado e defendido propostas na perspectiva da inclusão social, da garantia de direitos, da equidade.

O movimento feminista, o movimento contra o pagamento da dívida externa, contra a ALCA, as greves, as lutas sindicais, o movimento ecológico, o movimento pela paz, o movimento da Economia Solidária são alguns exemplos significativos de lutas que exprimem a defesa por dignidade, justiça social, solidariedade, cooperação, cidadania. Esses movimentos coexistem no sistema capitalista, estando em constante contraposição, na perspectiva de alcançar mudanças, reformas, transformações. Possuem uma interdependência, haja vista que mesmo com enfoques diferentes, têm em comum a crítica ao modelo vigente.

Dentre esses destacamos a Economia Solidária, movimento de articulação que tem gerado trabalho e renda a partir de uma lógica contrária à capitalista.

1.3 A Economia Solidária como um movimento de resistência

A Economia Solidária tem a sua emergência na realidade brasileira a partir da década de 80, se intensificando na década de 90. Caracteriza-se em uma resposta a crise do mundo do trabalho, bem como um posicionamento dos trabalhadores e da sociedade civil em contraposição aos reflexos trazidos pela acumulação flexível. Desta forma, emerge no movimento da sociedade civil, a partir de vários sujeitos e grupos que ao longo da trajetória histórica vêm tecendo não apenas uma alternativa de geração de trabalho e renda para a classe trabalhadora, mas principalmente relações econômicas, políticas e sociais pautadas em uma lógica não-capitalista. Caracteriza-se, assim, em uma proposta

contrária a prática funcional capitalista, sendo portanto, transformadora do sistema vigente. A Economia Solidária não se resume a ser uma alternativa de combate ao desemprego, mas vai mais longe, configurando, através de práticas-propositivas, uma negação da economia e da

sociabilidade capitalista pois gesta em seu ventre uma vontade transformadora da sociedade contemporânea (LISBOA, 2003, p.277).

As iniciativas de Economia Solidária despontam como uma das possibilidades de socializar a produção, de construir projetos com sustentabilidade, contemplando todas as dimensões da vida de forma articulada e subordinada a mesma. A Economia Solidária abrange várias iniciativas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou co-gestionárias¹², é mediada por valores de cooperação, democracia, autogestão.

Entre esses destacamos a autogestão que caracteriza-se em importante instrumento para o trabalho coletivo, não apenas para o processo de tomada de decisão, mas principalmente para o fortalecimento do sentimento de pertença de cada trabalhador/a no empreendimento solidário, através da transparência, da comunicação, da co-responsabilidade, da interajuda.

Assim a perspectiva da Economia Solidária possibilita aos trabalhadores/as o enfrentamento a lógica de produção capitalista, à exploração, à exclusão, através de uma forma de organização na qual não há separação entre capital e trabalho, onde os produtores acessam aos meios de produção, conhecem todo o processo e além de produzirem gerenciam seu trabalho e usufruem os resultados do mesmo. A Economia Solidária surge como modo de

produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (SINGER, 2000 p.13).

A Economia Solidária constitui-se assim, um movimento de resistência, de rebeldia a lógica capitalista e cartesiana. Integra um movimento social maior, anti-utilitarista, que reivindica a “reintegração da atividade econômica nas relações sociais através da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro”(LISBOA, 2000, p.67).

¹² Essas iniciativas solidárias podem estabelecer-se como diferentes estatutos jurídicos: cooperativas, associações, empresa limitada por cotas. Abrangem vários segmentos: produção, serviços, consumo, crédito, habitacionais, entre outros. Consideramos também economia solidária os inúmeros clubes de troca e os clubes de poupança.

Neste movimento, as iniciativas solidárias representam um espaço portador de alternativas societárias, de politização das relações da vida, das relações de gênero, de empoderamento social e de construção da cidadania.

Singer¹³ contribuiu com essa reflexão ao afirmar que para os trabalhadores e trabalhadoras que

foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados/as e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER, 2000 p.27).

Dado o fenômeno da feminilização da pobreza, as iniciativas solidárias trazem a tona o debate acerca das relações de gênero e trabalho, tema presente na sociologia, a partir das inúmeras análises e denúncias das discrepâncias no acesso e nas condições de trabalho para homens e mulheres. As experiências solidárias têm demonstrado um “terreno privilegiado para exercitar novas práticas e proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres”(NOBRE, 2003, p.211).

Além disso, é importante considerarmos que entre os/as trabalhadores/as da Economia Solidária, uma parte significativa é formada por mulheres que encontram nas experiências alternativas de geração de renda “uma possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; e principalmente a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática”(Idem, p.208).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com as Delegacias Regionais do Trabalho está realizando um mapeamento de todos os empreendimentos de Economia Solidária no país. O processo ainda está em andamento, contudo os técnicos que atuam nas assessorias confirmam a prevalência de mulheres nos empreendimentos. Uma expressão desse dado foi o significativo número de trabalhadoras que participaram do Iº

¹³ Singer também defende a Economia Solidária enquanto um movimento de resistência, que busca a mudança por dentro do capitalismo, aproveitando sua maior contradição que é o desemprego e a exclusão social. Considera que as conquistas históricas dos movimentos operário, feminista, ambientalista etc, do sufrágio universal ao direito a greve, de acesso gratuito à educação e à saúde criaram instituições que *contradizem a lógica capitalista* e portanto são implantes socialistas (2001).

Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária que ocorreu em Brasília em agosto de 2004. Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária estiveram presentes no referido encontro 2349 pessoas, sendo destas, 1344 mulheres, ou seja 57% dos participantes¹⁴.

Outro dado significativo refere-se ao tipo de empreendimento¹⁵, a grande força da Economia Solidária está no artesanato, na confecção e na área de produção de alimentos. Todas essas são historicamente atividades relacionadas ao universo do fazer feminino. Uma de nossas entrevistadas¹⁶ avalia esse dado ao afirmar que

A mulher sempre foi qualificada para fazer crochê, bordado, cozinha! Depois nós começamos a dizer que não, a gente pilota avião e fomos lá brigar! Mas a nossa história primeira é essa. E é exatamente a maior força da Economia Solidária: o bordado, o crochê, a costura. A gente sobrevive em grupo, faz uma economia diferente, uma história diferente com todos os percalços que têm cada grupo e ainda começamos por aquilo que sempre foi considerado mais frágil. Pegamos aquilo que sempre foi desprezado e transformamos na maior ocupação de trabalho, de sobrevivência e da construção de apontamento de um mundo novo. (Rosa)!

Nesse sentido, a Economia Solidária incorpora em sua proposta muitos elementos da luta feminista e das mulheres, principalmente no que tange ao combate a discriminação de gênero, a reivindicação da equidade e da democracia. A vivência dessa proposta é inovadora, requer a desconstrução do instituído e é justamente esse o desafio que caracteriza a Economia Solidária como um movimento de resistência.

Todo esse debate foi intensificado na IIIª Plenária Nacional de Economia Solidária¹⁷ que constituiu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária¹⁸. No referido evento,

¹⁴ A Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária nos forneceu a lista dos participantes, sendo que a contagem por sexo foi feita por nós. Devido a dificuldade de identificação de alguns nomes, acreditamos que possa haver uma variação de +/- 2% nesse dado.

¹⁵ O mapeamento em Santa Catarina está ainda na primeira etapa, que compreende o autocadastro dos empreendimentos, através do acesso ao site www.mte.gov.br. A segunda etapa será realizada por uma entidade que preencherá um formulário através de uma visita a cada empreendimento. A segunda etapa já foi realizada na cidade de Blumenau, onde foram mapeados 15 empreendimentos, totalizando 4182 pessoas. Deste universo 41% são mulheres. Nos empreendimentos das áreas: têxtil, alimentos e artesanato a presença das mulheres é de 68% (Dados fornecidos pela ITCP/FURB).

¹⁶ Com vistas a resguardar a identidade de nossas entrevistadas, utilizamos nomes fictícios.

¹⁷ A IIIª Plenária Nacional de Economia Solidária ocorreu em Brasília em junho de 2003. Mais informações vide: www.fbes.org.br.

¹⁸ O Fórum Brasileiro de Economia Solidária e as três plenárias nacionais são resultados da articulação do Grupo de Trabalho em Economia Solidária, constituído pelas seguintes entidades: Rede Brasileira de SocioEconomia Solidária; PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional; ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de

os participantes integravam três segmentos: gestores, assessores e empreendedores. Cada segmento discutiu seis temáticas: 1.Princípios da Economia Solidária; 2.Políticas Públicas da Área de Finanças; 3.Políticas Públicas da Área de Redes de Produção; 4.Democratização do Conhecimento e Tecnologia; 5.Marco Legal e Organização Social; 6.Educação e Comunicação. Destacamos abaixo uma síntese do debate acerca dos princípios.

1. A Economia Solidária pauta-se na propriedade coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, na prática da autogestão, na apreensão de todo o processo produtivo por todos os trabalhadores/as, na valorização de cada pessoa, na construção do coletivo, no compromisso com os outros trabalhadores/as e com as questões sociais.

2. Está comprometida com a sustentabilidade social, ecológica, cultural e econômica. Sustentabilidade social, referente ao caráter distributivo da riqueza produzida, evidenciando e valorizando o ser e não o ter. Sustentabilidade ecológica, diz respeito à diminuição dos impactos entrópicos da ação humana, com vistas à garantia da vida planetária, sustentabilidade cultural, tendo a diversidade dos costumes, valores, concepções enquanto fonte de riqueza e aprendizado e, finalmente, sustentabilidade econômica, defendida a partir de uma eficiente e equânime alocação e gestão dos recursos. Assim, pensar a sustentabilidade requer uma nova ética com a definição de conceitos de bem-estar material e espiritual, requer uma outra racionalidade focada na solidariedade, no respeito, na prudência ecológica.

3. A Economia Solidária se caracteriza pela valorização do trabalho humano, como fonte de fortalecimento dos vínculos sociais entre as/os participantes, desenvolvendo o potencial criativo, educacional e cultural de todas/os. Postula o questionamento ao trabalho alienado, defendendo a dimensão socializadora, integradora e emancipatória do trabalho.

4. A Economia Solidária é uma proposta que repensa o econômico com cunho social reavaliando o impacto da economia em nossas vidas e fortalecendo as políticas de redução da pobreza. Apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda, e para a satisfação direta das necessidades de todas/os, provando que é possível organizar a

Empresas em Auto-Gestão; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômica; Cáritas Brasileira; MST/Concrab – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário; Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho; ABCRED – Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Micro-Crédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares; Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e sociais, difundindo os valores da solidariedade.

5. O movimento da Economia Solidária tem como premissa a politização de todas as dimensões da vida, compreende a importância da política para a democratização do saber, da propriedade, da tecnologia, da vida.

6. A Economia Solidária caracteriza-se em um vetor do desenvolvimento sob bases sustentáveis, pois possibilita o empoderamento dos sujeitos, da sociedade civil, otimiza e tem sua gênese no território e ainda enaltece valores como a autonomia, democracia, participação.

7. A articulação em rede, caracteriza-se em uma das estratégias na Economia Solidária, expressa em vários formatos: rede de colaboração solidária, rede de trocas, rede de ajuda mútua, rede de redes, rede de agências de fomento, rede de Economia Solidária; que expressam e buscam uma articulação política e econômica, a comunicação, intercâmbio e fortalecimento entre os atores que estão sendo os sujeitos na construção de uma “nova racionalidade”, de uma outra concepção de economia, de mercado. A participação nas redes é condicionada pelos seguintes critérios: que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; que tenham incorporado o princípio da prudência ecológica e que a coordenação da rede seja autogestionária.

8. O movimento da Economia Solidária está em conexão com as outras formas de luta, com outros movimentos sociais (feminista, ecológico, negro...), possibilitando a troca de experiências, a busca coletiva de alternativas e principalmente o enfrentamento a todas as formas de opressão.

9. Por caracterizar-se em uma proposta democrática, a Economia Solidária tem incorporado o combate a desigualdade de gênero, raça/etnia. Tanto a crítica feminista à economia capitalista, quanto o enfrentamento ao preconceito racial e étnico funcionais ao sistema, ecoam com a proposta de luta por igualdade com respeito às diferenças. Nesse sentido a perspectiva de gênero na Economia Solidária está vinculada ao questionamento feminista da sociedade patriarcal, considerando que as principais vítimas da opressão capitalista (que tem uma diretriz patriarcal e masculina) são as mulheres.

Todas essas características constituem a proposta da Economia Solidária. Com certeza o maior desafio está em desenvolver essas práticas em uma realidade repleta da

lógica capitalista e individualista. O movimento de resistência por dentro, exige utopia, irreverência e fundamentalmente atores que assumem em sua práxis esse desafio. Nesse sentido, Lisboa defende que

um novo pacto social não ocorrerá tanto sem atores sociais organizados e luta política, quanto sem a construção de um outro imaginário social ou seja a construção de sujeitos políticos é também a construção de uma contra-hegemonia, de uma cultura (2001, p.41).

Esse processo implica em transformações graduais e fundamentais das concepções e condições de vida, defendidas e gestadas por esses sujeitos, a partir de “dentro ou das margens do sistema capitalista” (SANTOS e RODRIGUEZ 2002, p.72), sem a garantia de substituí-lo, porém com a insistente e permanente resistência, contestação, enfrentamento e resignação.

A IIIª Plenária Nacional de Economia Solidária foi importante momento de reflexão e de fortalecimento dessa proposta. Além de debater os princípios expostos acima, representou um momento de articulação dos empreendimentos do país, de reivindicação de espaço na agenda pública e principalmente de organização dos sujeitos políticos que diariamente tecem essa proposta, enfrentando os desafios da realidade, alimentando e dando vida a utopia.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária¹⁹ foi criado oficialmente em junho de 2003, no entanto é resultado do Grupo de Trabalho de Economia Solidária que vem se articulando nacionalmente desde do Iº Fórum Social Mundial, que ocorreu em 2001 em Porto Alegre. Esse grupo, após o pleito eleitoral de 2002, encaminhou uma carta ao presidente Lula com reivindicações e propostas. Essa mobilização e articulação deu origem a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SENAES então criou o programa Economia Solidária em Desenvolvimento e o colocou no Plano Plurianual (PPA). O programa se propõe a: a) dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos de autogestão e Economia Solidária no

¹⁹ Com o objetivo de viabilizar a representativa e garantir a viabilidade do debate diante da extensão territorial de nosso país, o Fórum conta com uma coordenação nacional composta pelas doze organizações que compunham o Grupo de Trabalho de Economia Solidária e por três representantes de cada estado, sendo dois de empreendimentos. A partir desse grupo, constitui-se o Conselho Interlocutor que é composto pelas doze organizações e por um representante de empreendimento de cada estado. No caso de Santa Catarina, a representação foi assumida pela trabalhadora Idalina Maria Boni da empresa de autogestão Fio Nobre.

Brasil; *b*) qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à Economia Solidária e à autogestão; *c*) promover a Economia Solidária junto aos empreendimentos de autogestão; *d*) facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos; e *e*) contribuir para a organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores. Seu público-alvo inclui: *a*) os trabalhadores em risco de desemprego, desempregados ou autônomos; *b*) cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da Economia Solidária; e *c*) fóruns municipais e regionais de desenvolvimento (SENAES, 2003).

Segundo o secretário da SENAES, Professor Paul Singer, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é o principal interlocutor da SENAES. Ele afirma em uma entrevista que a

a Secretaria foi uma conquista das cooperativas, agências de fomento, associações e redes, que durante o primeiro semestre de 2003 constituíram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e desde então são nossos principais parceiros. Com eles elaboramos as políticas e com eles avaliamos os resultados. Elaboramos e executamos junto com o Fórum Brasileiro nossas políticas de fomento, desde a especificação dos projetos até os critérios de avaliação, incluindo também o mapeamento da Economia Solidária no Brasil e sua divulgação (SINGER, 2004).

Entre as atividades realizadas pela SENAES em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, destacamos o Iº Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária e o início do mapeamento nacional das iniciativas solidárias. O Iº Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária ocorreu em agosto de 2004 e teve os seguintes objetivos:

Fortalecer a identidade da Economia Solidária, a partir do protagonismo dos empreendimentos; propiciar a troca de experiências; dar visibilidade pública à Economia Solidária; debater e encaminhar políticas públicas para o setor (relatório geral).

No referido evento foi apresentada a proposta de realização de um mapeamento de todos os empreendimentos, com o objetivo de traçar um diagnóstico do setor e de possibilitar o incremento da articulação e fortalecimento das redes de produção e comercialização.

Esses dados evidenciam os avanços da Economia Solidária no país, caracterizando-se efetivamente em um movimento de resistência, de questionamento, de reivindicação. Os trabalhadores e trabalhadoras presentes no Encontro de Empreendimentos encaminharam

um documento ao presidente Lula, apresentando propostas, demandas, necessidades. O documento demonstra essa resistência, ao afirmar:

Somos mulheres e homens que lutamos e trabalhamos na perspectiva de construirmos uma nova sociedade, baseada em novas práticas sociais e econômicas. Nossas referências são a solidariedade e a igualdade, afirmando a participação ativa e a transparência rumo a uma economia democrática e ao acesso ao fruto do nosso trabalho...Somos muitos/as e por isso queremos muito, queremos outra economia, pois na prática ela já acontece”(Carta dos Empreendimentos de Economia Solidária, 2004)

1.3.1 Protagonistas que integram a proposta da Economia Solidária

Tendo como referência a realidade brasileira, apresentamos de forma compacta alguns dos protagonistas²⁰ que contribuíram para a emergência da Economia Solidária. Esses têm tecido e concretizado esse movimento no espaço da sociedade civil, dando status público a essa discussão, apresentando propostas e assessorando o processo de organização dos trabalhadores/as, instrumentalizando-os através de projetos de qualificação, de parcerias e fomento.

- A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que cria o Programa Integrar, visando a formação e requalificação dos trabalhadores empregados e sem emprego; como também a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) em 1999, “um projeto amplo de desenvolvimento e de ação sindical que tem como objetivos gerais a inclusão social e a distribuição de renda e integração regional” (folder ADS);
- A Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG) constituída em 1994, com o objetivo de congregiar associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão;
- O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem sido referência pela vivência da cooperação, organizando diferentes tipos de cooperativas para viabilizar economicamente os assentamentos; bem como pela criação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos, pela Escola de Formação de Técnicos em Cooperativismo e Confederação das Cooperativas para a Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. O início da organização do movimento é datado de 1979,

²⁰ A ordem da apresentação dos protagonistas não obedece um escala de importância histórica ou política.

entretanto “a política do MST em relação aos seus assentamentos se consolida em 1991/2 com a criação do Sistema Cooperativista de Assentados” (SINGER, 2002 p.104);

- A Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), que através da Cáritas Brasileira criou os Projetos Alternativos Comunitários, com o intuito de otimizar uma intervenção não assistencialista, iniciando um trabalho de assessoria, apoio e capacitação a iniciativas de produção, comercialização, cooperativas, centros comunitários, tendo como base a educação popular. Destacamos que a Cáritas é uma instituição atuante desde 1956, porém os “projetos alternativos surgiram em 1981 como uma atitude de solidariedade da Igreja, buscando alternativas não-assistencialistas para os problemas da fome e miséria” (CÁRITAS,1995 p.19)
- Fundo de Miniprojetos, um programa criado por várias Organizações Não-Governamentais (ONG’s) em 1992, com o objetivo de financiar iniciativas solidárias de pequenos grupos populares;
- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais;
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), uma organização civil, com forte vinculação às Igrejas Cristãs, surge em 1962, contudo ao longo dos anos vai redefinindo sua atuação. Na década de 90, desenvolveu atividades direcionadas ao monitoramento de políticas públicas e novos movimentos sociais: gênero, dimensão étnica, poder local e Economia Solidária²¹;
- A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), com o compromisso de estabelecer uma cooperação permanente das Universidades com entidades sindicais e outras instituições sociais, reunindo uma rede acadêmica nacional. A Unitrabalho é resultado de uma série de discussões desenvolvidas a partir de 1992, na perspectiva de responder às inúmeras demandas da sociedade civil e, principalmente, pelos representantes dos trabalhadores, frente às transformações no mundo do trabalho²²;

²¹ Dados coletados do sit.www.fase.org.br

²² Fonte: Folder da Unitrabalho

- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares²³, projeto de extensão de várias Universidades Brasileiras, que tem como objetivo utilizar os recursos humanos e conhecimentos da Universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionadas visando sua inclusão no mercado de trabalho (GUIMARÃES,1998 p.6). Essas universidades constituem a Rede Universitária de Incubadoras que articula as experiências acumuladas pelas Universidades no suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares; estimulando a produção e socialização dos conhecimentos.
- Em uma ação integrada a essas diversas instituições estão os trabalhadores, sujeitos desse processo, que utilizam sua ousadia, coragem determinação, superando as dificuldades, fortalecendo-se mutuamente.

Com uma compreensão maior ou menor do processo, são eles que assumem o desafio de concretizar esse novo modelo de gestão, enfrentando as dificuldades que vão se colocando, superando algumas das limitações e buscando saídas viáveis para a continuidade de seus empreendimentos, na perspectiva da Economia Solidária (PEDRINI, 2000, p.99).

- Destacamos ainda, as iniciativas de alguns governos municipais²⁴, do governo estadual do Rio Grande do Sul²⁵ e do governo federal que a partir de junho de 2003, constituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A SENAES assumiu o desafio de “fortalecer as experiências de autogestão como resposta ao desemprego, intensificando as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação popular” (SENAES, 2003, p.4).

²³ Nos grupos pesquisados destacamos a atuação da ITCP da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Fundada em 1999 tem atuado na incubagem de empreendimentos, em cursos de capacitação na temática, na assessoria a governos municipais e na organização da Rede de Economia Solidária da região do Vale do Itajaí. Teve importante participação também na formação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária de Santa Catarina, que atualmente é o principal interlocutor no debate acerca da Economia Solidária no Estado. Mais informações vide Oliveira, 2002.

²⁴ Nos grupos pesquisados evidenciamos a importante atuação dos técnicos da Prefeitura Municipal de Blumenau, com destaque para as Assistentes Sociais do Programa Alinhavando Cidadania da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e da equipe do Programa de Apoio às Formas Cooperativas da Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico (SETREDE).

²⁵ O governo do Rio Grande do Sul, através do decreto nº 41.062, de 21 de Setembro de 2001, instituiu o Programa de Economia Popular Solidária.

Todo esse movimento reforça a perspectiva de resistência e questionamento aos reflexos do regime de acumulação flexível. O protagonismo da sociedade civil, através dos/as trabalhadores/as, das Igrejas, de Organizações não Governamentais, da parceria com Universidades e alguns órgãos governamentais demonstra a insatisfação com a precarização da vida da maioria das pessoas, defendendo a potencialização dos recursos técnicos, políticos, tecnológicos e humanos existentes, a valorização da participação popular e a construção de consensos e mudanças no aparato administrativo, constitucional e jurídico comprometido com a maioria da população. Esse movimento considera que

mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. A Economia Solidária cresce em função das crises que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país (SINGER, 2002, p. 87).

Neste sentido é fundamental a defesa e o fortalecimento de uma política pública de trabalho que tenha a Economia Solidária como um de seus eixos e que a partir dessa perspectiva combata a supremacia economicista que direciona as políticas públicas vigentes.

Para tanto são necessários todos os esforços, articulações, mobilizações e reivindicações²⁶, pois construir um modo de produção comprometido com a maioria, com equidade, com justiça social significa assumirmos o desafio de reavivar a utopia e trazê-la para o cotidiano, para a práxis política diária. Politizar a vida, talvez esse seja um dos primeiros passos nessa grande caminhada. Lisboa (2003, p.297) colabora ao afirmar que podemos construir uma alternativa ao capitalismo no interior do mesmo, pois estamos todos dentro dele e de alguma forma colaboramos com este sistema na vida cotidiana. Todo sistema de dominação somente se sustenta porque conta, em algum grau, com a nossa adesão, ou com o nosso consumo.

O principal desafio de construir uma proposta alternativa, de vivenciar a resistência é realmente superar e enfrentar a lógica capitalista, concorrencial e individualista introjetada em nossa cultura, em nossos valores, em nossa prática. Por isso é importante termos presente os limites do Movimento da Economia Solidária e não considerá-lo como *a*

²⁶ Essa afirmação explicita nossa expectativa de que a SENAES receba status público e um espaço mais expressivo no governo federal, influenciando a construção dessa política nas instâncias estaduais e municipais, bem como na redefinição do marco legal que rege essas iniciativas no país.

alternativa, a saída, mas sim como uma das propostas que assume a resistência, o questionamento, a indignação com as mazelas trazidas pelo capitalismo vigente, ao lado de várias outras lutas.

Neste sentido, acreditamos que a Economia Solidária em conexão com todas essas outras lutas caracterizam-se em vetores de um modelo de desenvolvimento alternativo ao vigente, pois fundam-se na defesa da equidade, da justiça social, da diversidade, da qualidade de vida.

1.4 Um modelo de desenvolvimento a partir de bases sustentáveis

O termo desenvolvimento ao ser pensado no senso comum é facilmente relacionado à dimensão econômica e limitado à circunferência mercadológica.

Esses reducionismos foram evidenciados durante muito tempo ao longo da história. No caso brasileiro, podemos exemplificar os vários Planos Nacionais de Desenvolvimento do período militar que defendiam o desenvolvimento econômico, concebendo como sua consequência “natural” o desenvolvimento social, sob a égide da máxima: “esperar o bolo crescer para depois dividi-lo”.

Assim esse modelo de desenvolvimento reforçado pelo capitalismo, pela contemporaneidade, além de ter um viés economicista, tem se mostrado extremamente excludente, depredador e hierarquizado (concebido em agências tecnocráticas nacionais e internacionais). As inúmeras crises ambientais, econômicas e sociais têm colocado em cheque essa concepção adotada.

O Brasil, enquanto um país “enquadrado” no rol de países ditos em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, foi alvo e produtor de inúmeras teorias²⁷ que discutiam os caminhos para alcançar os mesmos padrões de desenvolvimento dos países centrais. A predominância das discussões defendia a industrialização como a mola propulsora do almejado desenvolvimento.

LISBOA, ao analisar essa temática no contexto brasileiro, afirma que:

a viabilização do nosso desenvolvimento através da industrialização – que ocorreu numa conjuntura internacional extremamente favorável (boom do pós guerra) – se dá apesar (e por causa) da não resolução das contradições

²⁷ Teoria da Dependência, Teoria de Rostow, Teoria Cepalina, entre outras.

internas, isto é, sem rupturas, sustentando a continuidade das elites oligárquicas enquanto ‘donas do poder’ (processo de modernização conservadora) (1996, p.12).

Além do equívoco de supervalorizar a dimensão econômica, as diversas tentativas de garantir o desenvolvimento dos países de terceiro mundo, suprimiram a importância de considerar as diferenças de cada realidade, aplicando um modelo, uma cartilha de desenvolvimento, na lógica da imitação dos países ricos. Com isso: “as políticas desenvolvimentistas arrancaram, em poucas décadas, populações inteiras da sua economia de subsistência tradicional, mas não as integraram plenamente (ou seja, não as transformaram em cidadãs)” (LISBOA, 1996, p.15).

Vários debates²⁸ ocorreram com essa temática, gerando uma ênfase no estudo do desenvolvimento e seus reflexos. O termo passou a ser utilizado para designar várias situações e contextos, ou seja, como sinônimo de crescimento, evolução, maturação ou para expressar processos complexos como: desenvolvimento sustentável, alternativo, endógeno, local, regional, cultural, político..., acompanhando várias perspectivas da realidade.

Particularmente, o desenvolvimento alternativo propõe um questionamento direto ao modelo de desenvolvimento vigente, com ênfase no empoderamento dos atores sociais. O desenvolvimento alternativo tem como objetivo:

humanizar um sistema que o exclui e conseguir isto através de formas de resistência diária e de luta política, que insistam nos direitos da população como seres humanos, cidadãos e pessoas, e procurem compreender os seus poderes criativos por dentro. O objetivo central é a inclusão destes num sistema reestruturado que não os torne redundantes. Se o capitalismo assim transformado continuar a chamar-se capitalismo, é apenas uma questão de retórica (FRIDEMANN, 1996, p.13)

A discussão teórico-prática acerca do desenvolvimento alternativo incorpora a crítica ao viés economicista, que abordamos anteriormente. Entretanto, além dessa análise, enfatiza e privilegia a emergência da inclusão de todas as pessoas, na perspectiva da garantia do acesso a condições de vida das maiorias excluídas.

Essa constatação remete a necessidade de traçar um caminho para tornar menos desiguais as condições de vida da população, demandando a construção de um modelo de

²⁸ Destacamos: Conferência de Estocolmo sobre o Meio ambiente, Seminário Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio ambiente e as Estratégias de Desenvolvimento, em Cocoyoc e Comissão Brundtland, que publicou o relatório “Nosso futuro Comum”.

desenvolvimento a partir de bases sustentáveis. Isso só é viável a partir da apropriação e valorização das potencialidades endógenas, da identificação dos diferentes atores sociais e do conhecimento das limitações regionais.

Os vários autores que se dedicaram a este estudo apontam para as possibilidades de concretizar esta concepção de desenvolvimento a partir dos espaços locais, da vinculação com o território, com a região. Essas terminologias e conceitos também são variados, entretanto têm em comum a valorização dos atores, do potencial endógeno, das especificidades.

A ênfase dá-se em direção às condições da população empobrecida, reconhecendo sua existência e legitimando as justas reclamações destes como seres humanos e cidadãos. Para isso persegue quatro objetivos uma **democracia participada**, um **crescimento econômico apropriado**, uma **sustentabilidade** e uma **igualdade de gênero**. (...) Persegue mudanças estruturais ao nível nacional mas também ações para melhorias locais (Idem, p.176). Com vistas a aprofundarmos o debate trazido pelo autor apresentamos os quatro objetivos separadamente.

a) Democracia Participada

Compactuamos com Fridemann ao abordar a democracia participada enquanto construção necessária para o exercício da cidadania, principalmente junto à população que vive abaixo do nível de pobreza, já que esta compromete seu tempo e energia na garantia da sobrevivência. A democracia participada deve assentar-se localmente, bem como imprimir uma ampla divisão de poderes por área através de um Estado com capacidade de inovação e regulação. Um Estado capaz de constituir um processo de tomada de decisão baseado nas prioridades da maioria, com ampla socialização das informações, fruto de um processo de negociação. Com certeza tanto esse Estado, quanto essa postura da população precisam ser gestadas, haja vista as **poucas**²⁹ práticas dessa natureza em nossa trajetória histórica.

b) Crescimento Econômico Adequado

Fridemann aborda a questão do crescimento econômico adequado como uma das diretrizes para o desenvolvimento alternativo. “O desenvolvimento alternativo pede uma deslocação efetiva de recursos, das utilizações presentes ou potenciais, em direção aos pobres” (FRIDEMANN, 1996 p.90).

²⁹ Entre elas enaltecemos as iniciativas ligadas ao Orçamento Participativo e a própria Economia Solidária.

Para tanto se dará através de quatro aspectos: “o acesso das unidades domésticas às bases da riqueza produzida, o desenvolvimento rural, o trabalho informalmente organizado e o crescimento qualitativo” (Idem, 1996 p.91).

O aumento no acesso à riqueza produzida é concebido através do deslocamento de recursos públicos para as unidades domésticas pobres, propiciando ganhos nas condições de vida e existência e, por conseguinte, melhorias nas possibilidades de atuação cidadã.

Aumentar o acesso das unidades domésticas às bases aumenta portanto o seu capital de informação, ferramentas, infra-estruturas, organização, etc. e, conseqüentemente, também a produtividade, de modo que pelo mesmo dispêndio de energia física a unidade doméstica conseguirá maior satisfação global das condições de existência (Idem, 1996 p.91).

Já o desenvolvimento rural é abordado através do esforço cooperativo priorizando as necessidades dos camponeses, por meio do incremento da infra-estrutura física, do crédito, da rede de serviços e da integração político administrativa dos interesses urbanos e rurais. Tal intento requer tabelamento de preços, política de impostos, reforma agrária, subsídios, assistência técnica, que só são exequíveis mediante uma política governamental. “Os êxitos em desenvolvimento local não são independentes das condições estruturais que as condicionam. Uma política dirigida para a mudança estrutural aos níveis nacional e mesmo internacional deve fazer parte de um esquema alternativo”. (FRIDEMANN, 1996 p.102).

Dando continuidade ao estudo do crescimento econômico adequado, passamos a discussão acerca do trabalho informalmente organizado. A informalidade tem sido a alternativa de acesso à renda, utilizada por grande parte da população. A perspectiva de desenvolvimento alternativo compreende o trabalho informal como a maneira de garantir a subsistência da mesma população excluída do usufruto da riqueza produzida, que abordamos anteriormente. Para tanto, sugere no lugar do simples combate legalista o incremento da escolaridade formal, de cursos profissionalizante e técnicos, a promoção da *organização dos trabalhadores em associações, cooperativas, grupos laborais solidariamente*.

Organizando-se, os trabalhadores informais ganham acesso às bases da riqueza produzida e do poder social: o poder de negociar com o Estado, obter crédito, fazer compras por atacado para obter descontos, racionalizar o mercado, evitar a competição voraz entre os pares, estabelecer padrões de trabalho auto-regulados e mais (FRIDEMANN, 1996 p.109).

Referente ao aspecto crescimento qualitativo, o autor apresenta o questionamento acerca da forma como são avaliados os indicadores de crescimento, afirmando que não bastam os referenciais de rendimento per capita, valor da produção, índices inflacionários, ou seja, a mera contabilidade social e ambiental, sem uma profunda transformação na forma de construir e principalmente discutir esses dados. Ao abordar a qualidade do crescimento econômico, Fridemann (1996) reafirma a importância do empoderamento da população para o desenvolvimento alternativo, que precisa ser feito *com* as pessoas e não *para* as pessoas, já que são estas que vinculadas ao território, dão a esse suas características, sua beleza, sua vida.

c) Sustentabilidade

A questão da sustentabilidade, é discutida a partir da constatação que tanto os países ricos como os pobres estão fadados e já vivenciam uma crise ambiental, expressa pelo esgotamento da natureza diante da ação humana. Aborda também a preocupação com as gerações futuras no planeta, sem a distinção entre países pobres e ricos, haja vista que todos são diretamente afetados pela resposta da natureza as inúmeras agressões praticadas.

d) Igualdade de Gênero

Referente à igualdade de gênero, Fridemann defende que um modelo de desenvolvimento que se intitula alternativo, tem que garantir no cerne de sua construção, a superação das desigualdades frente à condição das mulheres, nos diversos espaços. Seja nas condições socioeconômicas, no cenário político, no acesso à qualificação, ao crédito, como também na representatividade da mulher no interior das unidades domésticas, que ainda se prende a uma postura de subalternidade.

As relações de gênero são influenciadas e interferem no cotidiano de homens e mulheres em todas esferas da vida. Em função da trajetória diferenciada de homens e mulheres, as mulheres têm buscado historicamente a igualdade de direitos e oportunidade para ambos os sexos.

Pensamos, portanto, em gênero como construções e representações sociais, constituído diferentemente em épocas, lugares, territórios, culturas, religiões, condições econômicas e políticas. Referente a perspectiva de gênero, Fridemann denuncia:

Os programas de desenvolvimento nunca são neutros em termos de gênero “a estrutura de oportunidades disponíveis às mulheres discrimina-

as; relativamente aos homens, têm substancialmente menos acesso às bases do poder social e da riqueza produtiva” (1996, p.121).

Fridemann considera ainda que um novo quadro de relações de gênero, requer tempo como:

implica uma vasta transformação social e política, cujo sucesso final exigirá grandes reservas de paciência, determinação, boa-vontade e persistência. Mas o objetivo final é muito claro: como os direitos das mulheres fazem parte de uma constelação de direitos básicos, eles devem estar inscritos no cerne do desenvolvimento alternativo (1996 p.128).

As reflexões acima demonstram a complexidade de tecer um desenvolvimento alternativo ao modelo vigente que tem como características: o enfoque economicista; antropocêntrico pois privilegia os interesses do homens³⁰ em detrimento da natureza e das gerações futuras; mercantilista ao passo que transforma as relações e pessoas em mercadoria de troca e de uso e coloca o mercado como o regulador da vida; antidemocrático principalmente por não garantir o acesso as informações e as condições para que a maioria da população participe dos processos decisórios e individualista por enfatizar a competitividade entre trabalhadores e trabalhadoras e investir em estratégias de desarticulação social.

Diante disso, construir um desenvolvimento alternativo, sustentável requer ações articuladas e complexas, demanda a elaboração de uma outra lógica de pensar as relações entre as pessoas e com a natureza. Por isso muitos são os artífices que constituem essa proposta. No presente trabalho evidenciamos dois: a Economia Solidária e a perspectiva e gênero enquanto vetores desse modelo de desenvolvimento.

1.4.1 A perspectiva de gênero no debate sobre Desenvolvimento Sustentável.

A incorporação da perspectiva de gênero no debate sobre desenvolvimento caracteriza-se em um indicador de análise acerca da qualidade de vida, da participação, da igualdade de acesso a direitos entre homens e mulheres, da consolidação da democracia e da cidadania.

³⁰ O termo “homens” expressa também a perspectiva androcêntrica presente no capitalismo vigente.

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreu em 1995, em Beijing, representa um marco, a medida que conseguiu dar à perspectiva de gênero o status de condicionante para avançar no combate a desigualdade social, principalmente com relação às mulheres, aos pobres, negras e negros. Neste sentido foi elaborada uma plataforma a ser seguida pelos governos, onde os mesmos assumem uma série de compromissos. Tendo como referência a discussão de Lagarde³¹ (1996, p.227-232), elencamos abaixo alguns desses pressupostos:

- Revisar e modificar, com a participação das mulheres, as políticas macroeconômicas e sociais para enfrentar o empobrecimento das mulheres no mundo;
- Proporcionar a participação igualitária das mulheres no acesso a educação e capacitação;
- Capacitar as mulheres para o desenvolvimento da auto-estima, para a tomada de decisões acerca de sua saúde, bem como para assumirem a responsabilidade sobre sua saúde;
- Condenar toda e qualquer tipo de violência contra a mulher e crianças;
- Cumprir as leis sobre remuneração igual sobre o trabalho de igual valor, prevista na Organização Internacional do Trabalho;
- Elaborar políticas educativas para modificar atitudes que reforçam a divisão sexual do trabalho;
- Alcançar representação paritária entre homens e mulheres nos organismos governamentais e não governamentais, adotando medidas positivas para garantir um número de mulheres nos espaços decisórios;
- Incluir a perspectiva de gênero nas ações governamentais e civis;
- Elaborar um programa de difusão dos direitos humanos e fomentar programas de proteção aos direitos humanos das mulheres;
- Aumentar o acesso e a formação de mulheres para a participação e uso dos meios de comunicação;
- Lograr a participação das mulheres nas decisões relativas ao meio ambiente.

³¹ Lagarde (1996) utiliza a denominação desenvolvimento humano sustentável. Para efeitos desse trabalho consideramos desenvolvimento alternativo, cunhado por Fridemann (1996) sinônimo de desenvolvimento sustentável.

Desta forma, o encontro em Beijing condensou uma série de reivindicações históricas das mulheres e permanece como documento a ser seguido e cumprido. Outro debate relevante para o tema foi a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, três anos antes. Esta ficou conhecida como ECO-92 e estabeleceu em seu princípio vigésimo que: “As mulheres têm um papel vital na gestão e no desenvolvimento ambiental. Sua plena participação é por isso essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável”(SACHS, 1993 p.102). Os países representados nesse encontro elaboraram um documento com as principais ações a serem realizadas pelos mesmos, com vistas a alcançarem o desenvolvimento sustentável. Esse documento foi denominada Agenda 21 e expressa “processo intenso de participação, negociação e construção de consensos em torno de decisões capazes de combinar desenvolvimento econômico com equidade social e proteção ambiental” (CORRAL, 1999, p.7).

As Conferências citadas confirmam a perspectiva de gênero como vetor de um desenvolvimento sustentável e a importância da construção de critérios inclusivos no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres, bem como da equidade entre os povos, tradições e grupos étnicos.

A perspectiva de gênero como um dos pilares desse desenvolvimento, considera a histórica discriminação e invisibilidade do papel das mulheres na sociedade, na vida, no desenvolvimento, nas decisões. Romper com esse silenciamento, visibilizar suas contribuições e o protagonismo das mulheres é condição para falarmos em democracia, em participação, em cidadania, em sustentabilidade.

Evidencia com isso, não apenas as disparidades entre homens e mulheres, mas denuncia também os modelos classistas, etnicistas e racistas, as ações de opressão, submissão, exploração, discriminação que sofrem cidadãos e cidadãs. As mulheres historicamente têm sido as maiores vítimas de um pensamento androcêntrico que gera disparidades, assimetrias, subordinação, violência, pobreza. O olhar de gênero permite compreender a

complexidade social, cultural e política que existe entre mulheres e homens, ignorada por outros enfoques, obstinados em apresentar um mundo naturalmente androcêntrico. Nesse sentido, outras visões dominantes em nossa cultura consideram que as diferenças entre homens e mulheres são naturais e que o que acontece às mulheres como mulheres e nas relações entre mulheres e homens, não tem a suficiente importância para impactar o desenvolvimento (LAGARDE, 1996, p. 32).

A perspectiva de gênero questiona esses reducionismos e aponta a conexão entre a injustiça social, a pobreza, a miséria e a concepção vigente de desenvolvimento. Explicita que as disparidades de classe, gênero, etnia são resultados de uma construção histórica de discriminação, aviltamento e alienação.

Frente a isso, é urgente a desconstrução desse pensamento, a quebra desse paradigma que tem gerado fome, desigualdade e intolerância. É preciso renovar conceitos, valores, concepções e discursos, assumindo com comprometimento o desafio da democracia.

Lagarde (1996, p.104), ao defender esse processo de desconstrução, aponta quatro componentes essenciais que constituem o projeto de desenvolvimento sustentável com a perspectiva de gênero. São eles: *a equidade, a sustentabilidade, a produtividade e o empoderamento*.

O princípio da *equidade* evidencia a urgência em reconhecer a diversidade de necessidades e as desigualdade sociais no acesso a qualidade de vida, bem como de “intervir decididamente na construção da igualdade entre mulheres e homens para derrubar os obstáculos que essa desigualdade significa” (Idem, p.105).

A *sustentabilidade* é concebida como princípio dinâmico e ético que traz para o centro do debate a vida humana. Questiona os interesses de nações, classes, castas e gênero que monopolizam e consomem bens e recursos, sem compromisso com as gerações presentes e futuras.

A *produtividade* no paradigma do desenvolvimento sustentável desponta como questionamento a concepção de produtividade sustentada pelo projeto neoliberal, que impõe necessidades de consumo, não respeita as condições socioeconômicas das regiões, gera desemprego, ausência de direitos trabalhistas e aumento da miserabilidade. Lagarde defende então a busca de alternativas para os problemas que são compartilhados por todos/as e que são mediados por padrões de produtividade. “São problemas ligados a contaminação do meio ambiente, ao esgotamento de recursos não renováveis, ao armamentismo, a violência e as múltiplas formas de dominação prevaletentes no mundo, entre elas a de gênero” (1996, p.108). Nesse sentido, concebe a produtividade enquanto princípio conectado a sustentabilidade intrageracional, a equidade e ao empoderamento.

Novos critérios de produtividade devem considerar e combater a histórica dupla jornada das mulheres, as diferenças salariais e as distintas cargas sociais de mulheres e homens.

O *empoderamento* é parte fundamental do desenvolvimento sustentável, a medida que indica para uma construção alternativa ao poder de poucos sobre muitos. É produto de lutas para

obter, criar e ampliar os poderes para a vida, levadas a cabo através de ações de incontáveis pessoas, grupos, organismos, redes, frentes, associações, cooperativas de produtores, de colonos, desempregados, também por partidos políticos e organizações diversas de mulheres (LAGARDE, 1996, p. 110).

Os quatro princípios supra citados são interligados e têm as mulheres como os principais sujeitos a serem evidenciados e visibilizados. Dado o silenciamento das mulheres nos debates sobre desenvolvimento, economia, política, nas decisões e na vida pública, a construção da *equidade* entre homens e mulheres requer o resgate e a visibilidade das mulheres, demanda um investimento em informação, em valorização, em garantir e incluir suas opiniões e necessidades, enfim em promover seu *empoderamento*. Retornamos a plataforma da Conferência de Beijing, que afirma:

O avanço das mulheres e a obtenção da igualdade entre mulheres e homens são facetas dos direitos humanos e condição para a justiça social e não devem ser tomados isoladamente, como uma questão de interesse apenas das mulheres. São o único meio de construir uma sociedade viável, justa e desenvolvida. O empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero são pré-requisitos essenciais para alcançar a segurança política, social, econômica, cultural e ambiental entre todos os povos (BEIJING, 1995, art. 41).

1.4.2. A Economia Solidária: Vetor do Desenvolvimento Sustentável.

A Economia Solidária caracteriza-se também como um dos vetores do desenvolvimento sustentável, a medida que tem em sua proposta a construção de relações mais igualitárias, maior distribuição da renda socialmente produzida e a geração de trabalho autogestionário. Como afirma Lisboa,

a Economia Solidária está cada vez mais solidamente ancorada em dinâmicas locais/regionais de desenvolvimento, ela se fortalece como um dos atores que constroem, a médio prazo, uma verdadeira política nacional de enfrentamento da pobreza, amparada numa sólida opção por um modelo de desenvolvimento endógeno (2000, p.60).

As iniciativas solidárias têm incorporado ainda os debates de gênero e da questão ambiental, tendo presente que para obtermos sustentabilidade, equidade, justiça social, é necessário concebermos a realidade a partir de uma perspectiva multidimensional. Neste sentido destacamos os esforços dos organismos (ONG's, Universidades, Prefeituras, SENAES...) vinculados a Economia Solidária de desenvolver cadeias produtivas com prudência ecológica, redes de articulação política, estímulo ao consumo solidário e ao comércio justo.

Neste sentido, a Economia Solidária tem como característica uma forte vinculação com o território, valorizando suas potencialidades endógenas e seus atores sociais com suas lutas, demandas e necessidades. LISBOA fortalece nossa afirmação, ao considerar que:

por emergir de um tecido social mais densamente organizado, a Economia Solidária corresponde aos processos locais de empoderamento (de ampliação do poder da sociedade). Ao entender que a territorialidade permite sólidos elos na construção de um novo mundo, a Economia Solidária valoriza o território, está comprometida com a localidade e prioritariamente presente no mercado inter-regional, procurando uma forma ótima de uso do capital natural de forma compatível com a melhor qualidade de vida da população residente (ou seja, é **vetor de um desenvolvimento endógeno e sustentável**) (2001, p. 46 grifos meus).

A ênfase em processos participativos e democráticos comprometidos com seu entorno, bem como o combate à exclusão social, a miserabilidade, a discriminação, a desigualdade aproxima a perspectiva da Economia Solidária ao enfoque de gênero. Evidencia ainda a necessidade de ocupação dos espaços pelas mulheres, de superação da subalternidade e do empoderamento destas, com vistas a fortalecer esses vetores que estão cunhando um outro modelo de desenvolvimento, que estão tecendo a resistência, a irreverência.

1.4.2.1 As mulheres como sujeitos que despontam nos EES.

Considerando o protagonismo das mulheres nas iniciativas solidárias, essas experiências podem contribuir à médio e longo prazo para a ruptura e superação da visão androcêntrica, das relações discriminatórias e dos múltiplos mecanismos de negação das especificidades femininas. Dada a complexidade desses elementos, a mudança, a superação

e o questionamento devem partir do espaço do vivido, das relações, das consciências, da práxis. Lagarde afirma a importância de reconhecer os espaços da

vida cotidiana, privada e pública, pessoal e institucional nos quais prevalece a solidariedade, colaboração e o pacto, como princípios de relação entre mulheres e homens, como também da eliminação da segregação genérica (1996, p.140).

No entanto um dos principais desafios é a incorporação dessa lógica pelas próprias mulheres, haja vista que suas consciências, seus olhares também estão influenciados pela subalternidade, pela supremacia dos homens, pela desigualdade. A lógica dominante impregnou nas mulheres a responsabilidade de “ser para os outros”, ou seja a vida das mulheres tem no centro a satisfação das necessidades dos outros (filhos, companheiro, comunidade).

A desconstrução dessa lógica e a emergência do “ser para si”, requer a análise das práticas, a inclusão das mulheres e o exercício da participação. Neste sentido, os empreendimentos de Economia Solidária podem possibilitar esse processo, na medida que seguirem os princípios de democracia, solidariedade, cooperação. A vivência em grupo é outro elemento que contribui nesse desafio, pois facilita o debate, a visualização dessas temáticas, a elaboração de estratégias de mudança. Assim, as mulheres têm na Economia Solidária mais um caminho para tornarem-se sujeitos políticos, pessoas empoderadas que a partir de suas especificidades interferem nas decisões, constroem o presente e o futuro.

1.4.2.2 As concepções de Economia Solidária e Solidariedade.

Os princípios da Economia Solidária são vivenciados com diferentes intensidades nos empreendimentos. A prática da solidariedade é tecida no dia-a-dia e integra os inúmeros desafios enfrentados por esses empreendimentos, considerando a égide do individualismo e da competitividade a que as relações capitalistas estão submetidas.

Para as entrevistadas a concepção de solidariedade está muito ligada a noção de ajuda, de olhar para o outro, de partilha, de valorização, com ênfase em elementos intersubjetivos relativos a auto-estima, a cooperação, a compreensão.

Solidariedade é ter a mão estendida, ter amor. Para ter amor tem que ter conhecimento, um fundamento e a caminhada não fica tão pesada (Cida).

Socializar tudo o que tem. Solidariedade é ajudar o próximo não dando, mas identificando no outro o que ele tem de melhor que possa ajudá-lo nesse sentido, trabalhando a auto-estima (Maria).

É o fato de estar ajudando, entendendo o problema dos outros. Porque pra ajudar, tem que antes entender o porque daquele problema, o porque daquela pessoa ser assim (Rosana)

Outra entrevistada ao falar de solidariedade fez relação ao processo de inclusão, de aceitação, apresentando um exemplo vivenciado no grupo:

Eu acho que é isso que acontece no nosso grupo. Nós temos uma pessoa no grupo que não aprende a fazer as coisas, ela sempre teve dificuldades. O grupo nunca pensou em por ela pra fora. As vezes reclama: Ah a fulana nunca faz nada certo, porque quando ela faz alguém tem que desmanchar e fazer de novo. Então eu diria que é isso, não carregar, mas sempre ter essa pessoa com a gente. Ninguém desprezou. Ela sempre fez parte e eu acho que se ela sair vai fazer muita falta, então eu acho que isso é solidariedade (Joana)

Destacamos ainda a concepção de outra entrevistada que incorpora o processo de construção da solidariedade. Enfatiza que solidariedade não é algo dado ou que basta boa-vontade. Tem que ser vivenciada, tecida, nutrida. É produto das relações grupais, da consciência de grupo, da trajetória das pessoas e do coletivo.

Eu diria que é companheirismo, acho que mais solidário que companheirismo não tem. É o companheirismo que faz você sonhar alternativas, que te leva a ser solidário com o outro, amigo do outro. Na verdade eu acho que essa palavra vai se transformando. Solidariedade é igual a amizade, companheirismo, fraternidade! Não é uma coisa de sentido único, ser solidário não é eu te dar um prato de comida, é mais do que isso. É eu ser tua companheira mesmo que eu não seja tua amiga, eu ser só conhecida de reunião, mas eu ser sua companheira, enquanto fidelidade de companheirismo, não esse companheirismo que te bate nas costas e por trás te apunhala, mas aquele companheirismo sincero honesto, que faz você de alguma maneira crescer e você também faz o outro crescer pela divergência, pela discussão na reunião, pela idéia, pelo o que sonhou junto. Quando a solidariedade se aprofunda, ela cria vínculo, ela cria laços, possibilita que a gente sonhe coisas juntos. Eu acho que não tem como ter grupo de cooperativismo e autogestão que não seja solidário. Solidariedade vai aprofundando, não é igual em todos os grupos, ela tem níveis, é mais supérflua, mais momentânea (Rosa).

O depoimento acima demonstra a clareza da complexidade do conceito. Vivenciar a solidariedade não é tarefa fácil, tanto que em muitos empreendimentos esse conceito ainda não tomou forma:

Solidariedade era pra ter aqui dentro e não existe. Um dar a mão pro outro e ajudar o outro (Luzia)

Há que se considerar também que para muitos trabalhadores/as o termo é distante na oralidade, na semântica, porém presente no fazer, no dia-a-dia. Constatamos isso ao solicitarmos a uma entrevistada sua compreensão sobre solidariedade. A mesma afirmou não saber o que significa e que não lembrava de ter escutado a palavra. No entanto, ao longo da entrevista, ela expôs sua preocupação com os mendigos que estão nas ruas passando frio, sem casa e com as mulheres vítimas de violência, afirmou

Eu acho que as pessoas deviam fazer como a gente, não ficar na droga, beber e prejudicar a família. Como essas coisas que acontecem de marido maltratar mulher, filho maltratar a mãe(Marilu).

A vivência de relações de solidariedade são fundamentais para a construção de empreendimentos de Economia Solidária, haja vista serem estas um de seus principais diferenciais em relação a lógica capitalista. A solidariedade traz consigo a centralidade da pessoa humana, sua relação com a vida, com o semelhante. Extrapola preconceitos, diferenças de gênero, étnicas, a medida que conecta-se com a natureza humana, com a potencialidade de cada SER.

A partir dessa perspectiva, a solidariedade é dinâmica, interativa, complexa, multifacetária, polissêmica e processual. Tem também um componente revolucionário, transformador, ao passo que inverte prioridades, inclui pessoas, valoriza e pode ser condutora de justiça, de democracia, de equidade. A solidariedade

deve se tornar um imperativo ético. Para que a solidariedade se torne um imperativo categórico aceito e vivido pela sociedade, é preciso antes que esta mesma sociedade reconheça a interdependência e a coesão social como um fato fundamental para a vida em geral, e à vida humana em particular (ASSMANN e MO SUNG, 2000, p.75).

Neste sentido a perspectiva da Economia Solidária tem como um de seus fundamentos o reconhecimento da pessoa humana e a urgência de estabelecermos outra relação, outra lógica com a vida, pautada no princípio da sustentabilidade, na valorização das dimensões política, social, ambiental e ética ao lado da dimensão econômica. Essa concepção está presente nos depoimentos abaixo:

Acho que a Economia Solidária é mais preocupada com as pessoas, com o humano e não só com o financeiro. É mais humana, não tão impessoal como a nossa economia tradicional. Mais solidária mesmo (Rosana).

Economia Solidária é a não exploração da mão de obra, ver a pessoa como humano e não como máquina (Maria).

A Economia Solidária é compreendida pelas entrevistadas também a partir da prática da cooperação, do trabalho coletivo, do enfrentamento das dificuldades do dia-a-dia.

Eu trabalho numa equipe e um colabora com outro em trabalho, em tudo, em cooperação (Cida).

Economia Solidária é o que a gente faz. Todo mundo trabalhar junto com as mesmas responsabilidades, os mesmos deveres, direitos iguais (Joana).

Economia Solidária são grupos de pessoas que se reúnem pra produzir e ganhar uma forma de viver. Mas ela tem que ser mais que isso. Tem que ser grupos que se juntos para isso, mas criam companheirismo, que te acompanham, que te apóiam, que te dão força, mas que também te cobram, exigem, ajudam a crescer e crescem com você, que é solidário para achar alternativas para o grupo ou para te ajudar individualmente dependendo do que tua vida atravessa (Rosa).

Os depoimentos apontam que a vivência da Economia Solidária extrapola a busca pela sobrevivência, atingindo a partilha e o processo de reprodução ampliada da vida, ou seja a melhoria da qualidade de vida das pessoas, no acesso ao consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitabilidade, no contexto que nutre o viver (CORAGGIO, 2000).

No entanto, conforme já demonstramos e afirmamos várias vezes, inúmeras são as dificuldades de concretizar essa proposta, que para alguns empreendimentos ainda está distante, sendo que o grupo significa o acesso “apenas” a trabalho e renda.

Economia Solidária é quando todos se juntam pra poder fazer uma coisa só e buscar um valor agregado pra todos em comunidade, em conjunto. Todo mundo se dando a mão pra atingir um objetivo só. Eu acho que nós aqui ainda estamos meio por fora dessas coisas. Até colocar na cabeça de certas pessoas que é só se unindo que a gente vai pra frente é difícil (Luzia).

Mesmo com os embates e desafios diários, os trabalhadores e trabalhadoras têm encontrado e construído na Economia Solidária, alternativas, possibilidades e crescimento. A pesquisa realizada trouxe vários elementos no debate acerca do processo de empoderamento de mulheres integrantes de empreendimentos solidários, demonstrando a sinergia entre cooperação, luta pela sobrevivência, solidariedade e defesa da equidade, que serão analisados no próximo capítulo.

Capítulo II

O Empoderamento de Mulheres Como um Processo Multifacetário.

As trajetórias de empoderamento das entrevistadas têm as marcas de gênero, étnica, histórica, cultural, territorial, bem como elementos de cada subjetividade, de cada trilha de vida.

O estudo das trajetórias ocupacionais demonstram a interferência de sua condição feminina, do diferenciado acesso a escolaridade e da dupla jornada. Iniciamos esse debate com o perfil das entrevistadas que demonstra o caminho percorrido até chegarem nos empreendimentos de Economia Solidária.

2.1 Perfil das Entrevistadas e Trajetórias Ocupacionais

Trajetória de Joana

Joana nasceu em Blumenau em agosto de 1967. De origem alemã por parte de pai e mãe, afirma que trouxe de sua etnia “aquela coisa de trabalhar muito, do cuidado com o dinheiro, coisa de alemão”. Casada e mãe de quatro filhas, Joana sempre residiu em Blumenau. Iniciou sua vida profissional aos 16 anos, em uma empresa têxtil chamada Maju, estudava de noite e concluiu o ensino médio. Trabalhou lá durante cinco anos. Iniciou como revisora, depois foi para a embalagem e por último no controle de qualidade. Joana gostava de seu trabalho, sentia-se bem tratada. No seu setor de costura trabalhavam apenas mulheres, as supervisoras também eram mulheres. “*Acima delas eram homens sempre e ganhavam mais*”. Ao ser questionada acerca do processo decisório na empresa, Joana afirmou que não participava das decisões, “*a gente recebia as ordens e cumpria*”. Joana saiu da Maju por causa das filhas. “*Eu queria criar elas, ter aquele contato. Porque a mais velha ficava com a minha mãe, então quando eu chegada do serviço, ah! Hoje nasceu o primeiro dente, daí outro dia, ah! Hoje levou para o pronto socorro, então eu só sabia das notícias e não participava, então quando eu tive a segunda, daí então eu me desliguei para ficar com elas*”. Depois da Maju, Joana não trabalhou mais fora. Ficou em casa durante dez anos dedicando-se ao cuidado das filhas e dos afazeres domésticos. “*Em casa eu era soberana, meu marido sempre trabalhando fora, o que eu falava era lei!*” Nesse período, Joana participou da Associação de Pais e Professores da escola das suas filhas. Aproximou-se do grupo ao ver um cartaz no Posto de Saúde

que anunciava o Programa Alinhavando Cidadania³². *“No início era só crochê, tricô e bordado. Tinha uma instrutora paga pela Secretaria de Assistência Social, a gente ganhava o material e aprendia”*. A partir da orientação dada pela instrutora e da troca de conhecimento entre as mulheres, começaram a fazer panos de prato para vender. *“No começo deu bastante certo, rendia até um bom dinheiro, mas logo assim outros grupos começaram a fazer e aí ficou mais difícil vender. E depois é um produto que não se compra tanto, porque dura”*. *Aí depois veio a idéia do fuxico, porque a gente ia fazer um curso de costura e nós ganhamos bastante retalho, mas acabou não dando certo o curso, daí tinha aqueles retalhos lá e veio a idéia de começar a fazer fuxico*. Joana relata que apenas duas mulheres sabiam fazer o fuxico e que na ocasião não tinham mais a orientação da instrutora. Assim uma foi ensinando a outra e o grupo continuou se reunindo e aprendendo. Hoje o grupo já tem uma produção que é vendida nas feiras ou na própria sede.

A trajetória ocupacional de Joana explicita as marcas de gênero e étnica. Para Joana a cultura alemã é a cultura do trabalho, da seriedade, do compromisso e até de uma certa frieza. Essa concepção está muito presente na imagem do povo blumenauense, trabalhador e ordeiro.

Já a marca de gênero expressa-se na saída do trabalho para cuidar das filhas, para garantir o afeto, o acompanhamento, como sendo uma tarefa “naturalmente” definida como feminina. O espaço da casa, do privado foi instituído como “lugar de mulher”, é lá onde ela é a dona, a chefe, onde organiza, determina.

O homem detém a autoridade da família, situando-se num plano mais elevado e menos diretamente relacionado com a administração da casa ou com a educação dos filhos; sua condição de pai e provedor é incontestavelmente respeitada. A autoridade da mulher, por sua vez, é exercida na casa. Ela é a chefe da casa, ela entende da casa, organiza, sabe o que há e o que falta; sua autoridade é doméstica, baseada no papel da mãe e de dona-de-casa (LISBOA, 2000b, p.129)

A trajetória ocupacional de Joana denota também a supremacia de algumas atividades do universo feminino, como a costura, o bordado, o crochê. Ressalta a

³² O Programa Alinhavando Cidadania compõe as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau, referente à política de gênero. Tem como objetivos: Incentivar à organização de mulheres, por meio de atividades com trabalhos manuais, e a partir destas, promover a discussão sobre questões de gênero, etnia, classe e violência. Viabilizar a participação das mulheres nos fóruns de decisão, feiras, serviços, acesso às políticas públicas, bem como a formação de associações e ou cooperativas para geração de renda. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/semas/default.htm>

solidariedade das mulheres entre si, como uma estratégia para o enfrentamento das dificuldades, socializando e partilhando o conhecimento.

Trajetória de Juracy

Juracy é natural de Blumenau, nasceu em dezembro de 1960. Sempre residiu em Blumenau e no mesmo local, uma vila em que moram vários de seus parentes. De origem alemã por parte de pai e mãe, relata que conservam muitos traços dessa cultura, desde o hábito de praticar o idioma, até as comidas, festas e reuniões. Foi casada e teve dois filhos que residem com ela até hoje. Juracy começou a trabalhar com 15 anos na Artex, empresa do ramo têxtil em Blumenau. Trabalhou na área da costura como embaladeira, no depósito e na impressão de etiquetas de código de barra. *“Eu fazia de tudo lá dentro. Adiantava meu serviço e saía para ajudar os outros, então assim a Artex eu conheço de cabo a rabo, porque tudo que é setor eu me metia para aprender o serviço”*. Relata que foi demitida, quando houve uma reestruturação interna, devido a compra da Artex pela Coteminas. Na época estava na empresa a 21 anos e 6 meses, tinha um salário mais alto, devido aos vários anos trabalhados e a empresa decidiu substituir os funcionários mais antigos por novos e com salários inferiores. Ao lembrar de como eram as relações de trabalho em seu primeiro emprego, Juracy relata que o trabalho era por produção, *“quanto mais tu fazia mais tu ganhava. No final tu acabava exercendo a função e não ganhava pela função que tu exercia, sempre tinha os preferidos do chefe, que tinham mais privilégios, que ganhavam mais aumento, que tinha mais regalia”*. Com relação às chefias, elas eram a maioria exercidas por homens. *“Sendo homem chefe, já existia aquelas cantada nas meninas novas, daí elas já tinham vantagem de ganhar um serviço melhor no escritório, por ser mais amiguinha do chefe. Daí existia aquela exclusão por a gente ser casada, por a gente não participar das festas com eles, tinha toda essa discriminação”*. O senso crítico de Juracy muitas vezes interferiu em seu trabalho. *“Eu não concordava com muitas coisas erradas que eles faziam, daí eu via e não era de ficar calada, onde eu acabava me trambicando e eles acabavam pegando no meu pé por causa disso. Eu ia tentar corrigir, não achava correto certas coisas, entende? Porque dentro de uma empresa existe muita sujeira por detrás, muita coisa assim que tu não acha certo, que tu tem que ficar calada porque o teu ganha-pão depende disso ali”*. Já com os colegas de trabalho, Juracy estabeleceu uma relação de companheirismo e amizade. Referente às decisões, elas eram tomadas pelo patrão, *“a gente só era pago pra trabalhar, a gente só recebia ordens, tinha isso e isso pra fazer, não participava de nada”*. Ao sair da Artex, Juracy teve dificuldades de conseguir outro trabalho. Em sua avaliação o fato de ter estudado apenas até a 5ª série e de *“ter uma certa idade, depois do trinta ninguém aposta mais”*. Assim ficou em casa trabalhando com artesanato durante um ano. Depois trabalhou em duas facções, uma que fabricava edredons e que faliu após

um ano e meio e outra que embalava camisa para a Hering que também acabou fechando. Durante esses trabalhos, Juracy desenvolveu uma doença que passou a interferir no acesso ao trabalho. Expressa-se na área neurológica, através de crises semelhantes à epilepsia, com espasmos musculares e emissão de sons involuntários. Juracy buscou atendimento na rede pública de saúde, sendo que o diagnóstico foi desanimador: distúrbio neurológico sem cura, ao menos nos serviços que ela teve acesso. Essa constatação e as freqüentes crises trouxeram revolta, vergonha, e provocavam medo nas pessoas que não sabiam como lidar com a mesma durante suas crises. Como se não bastasse, seu marido abandonou o lar, deixando-a com os dois filhos e sem pensão. Ela relembra: *Ele me abandonou, me trocou por outra mais jovem e que não tem crises*. Juracy não conseguia trabalho agora também devido a manifestação constante dos espasmos. Passou por dificuldades financeiras, sendo que apenas um de seus filhos tinha trabalho. Ela continuou com o artesanato de crochê, que não supria as necessidades da família. Diante disso, recebeu atendimento na SEMAS e passou a receber apoio financeiro e a participar do Programa Alinhavando Cidadania. Foi através dessa participação que acessou a um curso de panificação, ministrado pela Epagri e posteriormente de um curso de cooperativismo e autogestão na FURB. Nessa ocasião, Juracy conheceu a cooperativa de alimentos que integra hoje. O referido curso de cooperativismo tinha como objetivo ampliar o quadro social da cooperativa, sendo que Juracy passou a ser uma das novas cooperadas.

A trajetória ocupacional de Juracy explicita a lógica capitalista de trabalho, a relação de discriminação, de produção, de mercadorização das pessoas. Ao tratar as pessoas como mercadorias, o capital seleciona, rotula, exclui conforme seu interesse e sua necessidade. As pessoas podem ser “úteis” ou “descartáveis”, sendo que sua subalternidade diante das decisões acaba sendo um dos critérios de análise. No caso de Juracy, seus 21 anos e seis meses de empresa foram facilmente substituídos por uma outra trabalhadora mais jovem e com menor salário e menos crítica. Além disso, seu problema de saúde também trouxe a ela a marca, o estigma. Wieviorka contribui para a compreensão do peso do estigma, ao afirmar que:

numa sociedade que proclama os valores da igualdade e da fraternidade, o estigma que desqualifica os indivíduos em nome de uma identidade cultural ou natural (doença, atributos fenotípicos) é insuportável na precisa medida em que lhes proíbe o acesso inteiro e pleno a esses valores (2002, p.159).

O que mais angustiava Juracy era que seu distúrbio não a incapacitava para o trabalho, pois não sentia dores, mal-estar, ou qualquer outro sintoma que interferisse em sua mobilidade, em sua disposição para as atividades laborais. O abandono do companheiro em um momento de dificuldade intensificou os desafios, sendo que nesse momento foi fundamental o acesso a política de assistência social que possibilitou a ela subsídio financeiro e qualificação.

Durante o processo de qualificação, Juracy afirmou ao grupo: *“é o seguinte pessoal, eu tenho um problema como vocês viram, não precisa se preocupar comigo e nem se assustar, é assim mesmo, logo passa e não tem nada a fazer, espero que o grupo me aceite assim, quero e preciso muito trabalhar e por causa desse problema ninguém me aceita”*. Juracy através desses cursos desenvolveu habilidades culinárias, encontrou uma nova possibilidade de trabalho e renda e principalmente apoio e solidariedade.

o carinho, a força que eles me deram justamente no momento que eu estava atravessando um momento muito difícil da minha vida, que não deixou eu cair numa depressão. Então eu fiquei rodeada de pessoas que me animaram!

Atualmente, Juracy é tesoureira de sua cooperativa e é muito conhecida pelo seu dinamismo, iniciativa e capacidade.

Trajetória de Maria

Maria é natural de Criciúma, nasceu em maio de 1965. Veio para Itajaí ainda criança (9 anos). Afirma ser de origem bugra e alemã, sendo a questão do trabalho uma marca de sua etnia. *“Meu pai sempre conta que eles não conseguiam ficar sendo mandados por alguém, eles tinham que fazer. Eu não nasci para ser mandada, ser cobrada, eu gosto que as pessoas me ajudem. Isso vem das raízes mesmo, vem do meu pai! Eu acho que a gente faz bem feito para não ser cobrada”*! Com relação a escolaridade, Maria está concluindo o ensino médio por módulos. Casada a 17 anos, tem um filha e um filho. Começou a trabalhar com 14 anos de babá, pois queria poder escolher suas roupas, já que os pais compravam o que podiam e ela não tinha o direito de opinar. Depois disso trabalhou um período de empregada doméstica que *“na época não era um emprego decente”*. Aos 17 anos, Maria teve seu primeiro emprego com carteira assinada, era em uma loja como balconista, um contrato de três meses apenas para a temporada do verão. Durante o ano seguinte, Maria permaneceu sem vínculo empregatício, trabalhando com sua mãe de diarista. Devido a uma grande enchente em Itajaí, foram morar em Balneário Camboriú, ficando um ano fora de casa. Quando

retornaram Maria foi procurar emprego e começou a trabalhar no Supermercado Vitória, como operadora de caixa, onde permaneceu por um ano. Com dezenove anos de idade, Maria foi trabalhar de promotora de vendas da Condor, uma fábrica de vassoura. Lá permaneceu por três anos, viajando seguido por toda a região litorânea. Foi trabalhando na Condor que engravidou do primeiro filho. Durante a licença maternidade, a empresa contratou outra funcionária para substituí-la, que também engravidou e foi o motivo de sua demissão pois a empresa não podia ficar com as duas. Maria ficou um tempo em casa, porém tinha vontade de trabalhar por conta própria. O esposo trabalhava no Estaleiro do Porto de Itajaí, mas não estava satisfeito. O esposo de Maria pediu demissão e os dois começaram a fazer pão caseiro para vender. Produziam pão em casa e vendiam de bicicleta. Sobreviveram dessa renda por três anos. Durante as eleições municipais de 1992, conheceram dois sócios da Bruscor³³ –Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda – um empresa autogestionária localizada em Brusque. Maria e o esposo interessaram-se muito em conhecer a proposta da autogestão e foram aproximando-se cada vez mais da proposta e do grupo da Bruscor. Fizeram um estágio de três meses na empresa e em seguida iniciaram um grupo em Itajaí, com máquinas emprestadas da Bruscor. Com o objetivo de não concorrer na fabricação de cordas, criaram um novo produto: fitas para enchimento de calçados, sendo que tinham nos fabricantes de São João Baptista³⁴ seus clientes em potencial. *“Daí inventamos um nome para esse fio, queríamos um nome que engrandecesse, daí ficou Fio Nobre, e nosso empreendimento acabou ficando também com esse nome”*. Fazendo uma retrospectiva e um balanço de seus trabalhos, Maria afirmou: *“era com carteira assinada, salário fixo, emprego normal. O que me frustrou de trabalhar para os outros é ser mandado e não ser valorizado. Tu dá o teu suor, tua garra e não é valorizado”*! Ao referir-se a divisão sexual do trabalho, Maria lembra que os homens trabalhavam no escritório, *“mais da metade dos gerentes eram homens, mas já estava mudando. Essa questão de salário entre homens e mulheres já vem de tempo e eu sou meia cabreira com isso”*. Atualmente, Maria segue na empresa autogestionária Fio Nobre, que constituíram a 10 anos atrás e sonha em *“transformar a empresa de autogestão em cooperativa. Um grupo de 30, 40 pessoas trabalhando ganhando, tomando decisões e escoando sua mercadoria. Nosso maior sonho é ampliar, gerar trabalho e renda, auto-estima e sair desse reclama. Aqui nós somos felizes no que a gente faz”*.

A trajetória de Maria tem a marca do empreendedorismo, da iniciativa e da busca de uma possibilidade de trabalho com liberdade, autonomia, valorização. A determinação, a

³³ A tese de Pedrini (1998), analisa o processo de constituição desse empreendimento, que é uma empresa limitada por cotas. Vide bibliografia.

³⁴ São João Baptista é conhecida pela sua economia centrada na produção de calçados. O fluxo na cidade tem aumentado dada sua proximidade de Nova Trento, cidade onde está situada o Santuário da Santa Paulina.

parceiria e o companheirismo do grupo da Bruscor, significou a concretização de um projeto, de um sonho.

Trajetória de Cida

Cida nasceu em Cascavel em outubro de 1956, órfã de pai e mãe desde os dois anos de idade, foi criada em abrigos. Começou a trabalhar com 11 anos em uma relojoaria, *“era um trabalho de comprar lanches, levar jóias na oficina”*. Permaneceu por dois anos, depois trabalhou também dois anos em uma loja de decoração e outros dois anos na Telepar como telefonista. Quando saiu da Telepar, começou a trabalhar como modelo, participando de desfiles das grifes da época. Quando Cida completou 21 anos, decidiu ir embora. *“Vendi tudo o que eu tinha e vim para cá. Sai sem saber para onde fica Santa Catarina. Ia para Porto alegre, mas quando cheguei na rodoviária, o primeiro ônibus que tinha era para Blumenau, aí eu vim”*. Logo que chegou em Blumenau, conheceu seu esposo e em seguida casou-se. Conseguiu um emprego em um restaurante, na cozinha, onde adquiriu bastante habilidade e permaneceu por dez anos. Em seguida foi trabalhar em uma malharia, entrou como auxiliar de talhação e foi se desenvolvendo até chegar a ser talhadeira profissional. Cida saiu da malharia e foi trabalhar na Caixa Econômica como copeira e em seguida foi para a Promenor como auxiliar de cozinha. Durante o trabalho na Promenor aproximou-se do projeto de reciclagem desenvolvido pela instituição e solicitou sua transferência pois identificava-se com o trabalho. Devido a uma série de reestruturações internas e no tratamento de resíduos no município de Blumenau, o setor de reciclagem foi desligado da Promenor e os técnicos da SEMAS, SETREDE E SAMAE passaram a assessorar o grupo para a constituição de uma cooperativa. Cida aceitou a proposta e engajou-se no projeto. Em suas reflexões acerca de sua trajetória ocupacional, afirmou que sempre teve boas relações, era bem tratada e suas saídas de todos os trabalhos foram motivadas pelo acesso a outras oportunidade de trabalho e salário. Evidenciou também a discriminação vivenciadas pelas mulheres no mercado de trabalho. *“A mulher era vista como o ser mais fraco, ganhava menos, bem mal remunerado, mal reconhecida. O espaço da mulher era pouco. Naquele tempo era bem pouco a participação, eu não participava das decisões, quem tomava as decisões era o gerente. Hoje a mulher tá com tudo na mão. A mulher ganhou uma liberdade, uma posição, tem mais espaço para a mulher hoje em dia”*.

A luta pela vida, pela sobrevivência são características da história de Cida, sempre buscando melhores oportunidades, diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho. Aos 48 anos e trabalhando a 37 anos, Cida vivenciou o preconceito e

a divisão sexual do trabalho, principalmente com relação a faixa salarial e aos cargos ocupados. As atividades laborais por ela desenvolvidas são eminentemente tidas como femininas “vendedora, copeira, cozinheira, modelo, telefonista”. Cida avalia as conquistas das mulheres no mercado de trabalho. No entanto esse espaço não foi concedido e sim fruto de uma série de reivindicações, de lutas e da presença de mulheres como Cida que se posicionaram, que questionaram e criticaram a iniquidade de gênero no mundo do trabalho, presente com distinta intensidade até os dias atuais.

Trajetória de Luzia

Luzia nasceu em Blumenau em fevereiro de 1959, seu pai era bugre e sua mãe índia. Luzia valoriza muito sua origem étnica, *“fiz um estudo por minha conta com livros da quinta série, que eu não cheguei até lá, eu descobri que minha família da parte da minha mãe era daquele tipo de índio que usava aqueles brincos, aquelas coisarada, com cabeça bem liso”*. Identifica-se com a origem indígena pela coragem, ousadia, pelo hábito de andar descalço, pela força, pela facilidade de comunicação e pela alimentação a base de raízes. *“O índio é muito mais forte, não depende da comida que come, o próprio organismo não aceita medicamento. Toda a vida gostei de andar no meio do mato, no rio”*. Luzia começou a trabalhar já aos nove anos de idade. Morava com a avó e esta mandava as crianças pedir comida nas casas. *“Eu tinha vergonha de pedir, então eu perguntava se tinha serviço pra mim. Então eu aprendi a valorizar o serviço. Meu pai dizia que a gente tem que trabalhar pra ter as coisas, então eu limpava as casas, tirava o pó, lavava as calçadas”*. Aos 13 anos, Luzia foi trabalhar na casa de uma senhora como babá e diarista. Dois anos depois, teve seu primeiro emprego com carteira assinada, na Artex como faxineira onde permaneceu por onze meses. *“Saí da Artex porque fiquei doente e a irmã da minha mãe dizia que eu tava grávida, mas eu tinha úlcera nervosa. Ela me marcou um médico que não tinha nada a ver com a Artex e ele me deu um tratamento igual ao médico da Artex. Daí fiquei em casa e não procurei o médico da Artex, fui pra rua. Recebi tudo direito”*. Após esse trabalho, Luzia teve contratos temporários. Trabalhou na Fábrica de Chocolates Saturno, durante três meses no período da Páscoa. Trabalhou também em quatro safras da Souza Cruz, na estufa e um mês no Hospital Santa Catarina nos serviços de limpeza. *“Eu tinha a menina e meu marido na época não queria que eu trabalhasse. Daí nunca mais trabalhei, daí só trabalhei depois que ele caiu na droga e morreu, trabalhei de diarista. Com carteira assinada só na Artex, Saturno, Hospital Santa Catarina”*. Referente as relações de gênero no trabalho, a experiência de Luzia é bastante interessante. *“Na Souza Cruz eu fazia serviço de homem. Eu levantava fardo e alimentava a mesa, naquela época saiu o direito que as mulheres iam*

ganhar igual a eles, deu aquela polêmica na Souza Cruz. Então a gente começou a fazer serviços iguais. Eu as vezes recebia até mais que os homens, porque eu fazia muito hora extra. Já na Artex o serviço da mulher era só da mulher e de homem era só de homem e a mulher ganhava menos”. A trajetória ocupacional de Luzia foi influenciada pela sua baixa escolaridade (estudou até a 4ª série) e pela vida familiar. Teve sete filhos, um quando solteira, que foi criado pela sua mãe e os outros seis com seu marido. Quando teve a última filha, descobriu que havia sido contaminada com o vírus da aids pelo seu esposo. “Minha filha já nasceu com aids, com sapinho, viveu só dois meses, deu um pouco de alegria e Deus levou. Foi aí que eu descobri que era portadora e vi que foi melhor assim, senão estaríamos as duas doentes”. Hoje Luzia e sua filha de 17 anos garantem o sustento da família, “todos moram comigo. Minha filha resolveu ser mãe independente, ela tem um casal de filhos, tem a minha filha de 20 anos que o marido tá preso e tem duas meninas, tem o meu piá que também arranjou uma menina. Vai casando e vai levando tudo, né! Somos em 11 em casa, cinco crianças”. Luzia aproximou-se do empreendimento através da esposa de um catador que já era associado. “Eles me convidaram pra escolher o material pra ele junto com ela. Comecei a ver que da minha parte não dava lucro nenhum, ele pagava o que queria. Daí outro associado perguntou se nós queria pegar um carrinho. Então nós duas começamos a trabalhar com o mesmo carrinho, mas ela começou a tirar material de mim. Daí um dia esse outro associado conseguiu um carrinho pra mim e eu comecei a trabalhar separado dela”.

O relato de Luzia evidencia a influencia étnica³⁵ dos índios e bugres, expressa na atitude de coragem, de luta, de ousadia. Revela também o frágil acesso e domínio dos direitos trabalhistas ao ser demitida da Artex. Referente a divisão sexual do trabalho, relaciona as desigualdades com a força física, sendo que a própria Luzia se vangloria por muitas vezes ganhar mais que os homens e conseguir ser tão forte quanto eles. Com relação a sua entrada na Associação, destacamos que foi marcada pela reprodução da lógica capitalista já conhecida, ou seja competitividade, exploração e individualismo. A entrevista com Luzia trouxe várias reflexões nesse sentido, enaltecendo os desafios, os conflitos, as contradições, os dilemas e dificuldades vivenciados principalmente pelos empreendimentos da área de reciclagem.

³⁵ A tese de Lisboa (2000b), referenciada em nossa bibliografia, faz uma análise do processo de empoderamento de mulheres caboclas e confirma essas características.

Trajetória de Marilu

Marilu é natural de Blumenau, nasceu em julho de 1947. Casada e mãe de dois filhos, Marilu adotou mais tarde uma menina com síndrome de down e um menino. Marilu estudou somente até a 2ª série do ensino fundamental, *“depois sai pra trabalhar e ajudar a minha família”*. Criada pela avó, começou a trabalhar aos 7 anos de idade como babá na casa de sua vizinha. *“Ela me dava uns troquinho e eu ajudava a minha vó”*. Aos 16 anos começou a trabalhar com carteira assinada na Companhia Hering, no setor de fiação, fazendo serviço manual. *“Aos dezoito anos eu noivei e naquela época se noivasse ia pra rua né! Trabalhei dois meses ainda, mas descobriram e me mandaram embora. Depois eu comecei a trabalhar de diarista”*. Trabalhou também na safra da Souza Cruz, com contrato temporário. Depois conseguiu uma vaga na Imprensa Paranaense na destinação, logo em seguida a empresa faliu. Então Marilu trabalhou um ano e meio na Malharia Malwe, colocava colante nas camisetas. *“Daí deu derrame na minha vó e eu sai. Depois disso fiquei cuidando dela até ela morrer”*. Nesse período trabalhou ainda em uma empreiteira contratada pela Prefeitura para fazer limpeza das ruas a noite. Marilu trabalhava a noite que era o período que seu esposo estava em casa e cuidava de sua avó. *“Só que essa empreiteira perdeu a concorrência da prefeitura e quiseram me colocar pra trabalhar na limpeza a noite no banco. Daí meu marido não deixou, era muito perigoso, podia ter assalto a noite e eu lá sozinha trabalhando. Daí ele não deixou e eu não fui mais. Daí depois eu só fazia faxina”*. Marilu contou-nos um pouco sobre seus trabalhos na Souza Cruz e nas empresas têxteis: *“Ah o serviço chegava, botavam na mesa a quantidade, aí tinha que fazer! Se não fizesse aquela quantidade, não ganhava produção. A gente não podia reclamar se não desse conta de fazer. Quem dizia como tinha que ser era o encarregado”*. Marilu começou a catar material reciclável pois foi uma forma de conciliar o cuidado da avó e a necessidade de contribuir com a renda familiar. Seu marido trabalhava na prefeitura até as cinco horas e depois catava material. *“Aí eu comecei a ajudar ele na reciclagem em casa. Eu comecei a gostar e passei a mão em um carrinho de mão e fui catar com o carrinho de mão e tô até hoje. Já fazem 12 anos”!* Marilu participou da formação da Associação que ocorreu com a assessoria da SETREDE e SEMAS. *“Eu fui na SEMAS, aí tinha uma grandona lá dentro que perguntou para mim se eu queria participar da reunião para entrar para a associação. Eu disse a ela que não sabia como era isso e ela me explicou que na PROEB ia acontecer uma reunião com os catadores, que a Prefeitura ia alugar um galpão e que ia ser melhor para a gente trabalhar tudo em conjunto. Aí fui participar, me adaptei e comecei a participar de todas as reuniões e até hoje nunca faltei em nenhuma nesses seis anos que tem a associação. Daí eu consegui comprar a minha casinha, porque antes eu pagava aluguel e agora tô dentro do que é meu. Porque antes quando eu trabalhava só com o meu marido, a gente não tinha lugar para guardar o material. Tinha que*

vender aos poucos pelo preço que eles ofereciam. Não pretendo parar, a não ser quando eu não puder mais puxar o meu carrão”.

A trajetória ocupacional de Marilu também é marcada pela ética do cuidado, pela baixa escolaridade e pelo acesso a serviços que exigem baixa qualificação e que na maioria das vezes são repetitivos. Destacamos a conquista a casa própria³⁶ como uma das vitórias de Marilu, que lhe possibilitou segurança e a busca por satisfazer outras necessidades. Ressaltamos ainda o papel das Secretarias Municipais de Assistência Social e Trabalho e Renda para a organização dos/as catadores/as.

Trajetória de Rosa

Rosa é natural de Brusque, nasceu em junho de 1964. De origem austríaca e italiana por parte de pai e portuguesa por parte de mãe, Rosa identifica influências de sua origem cultural no costume de colocar enfeites nas casas, no gosto pelos objetos antigos, no interesse em conservar as tradições, no hábito alimentar e no jeito de falar alto e gesticulando. *“Acho que tudo isso são coisas dos costumes, da convivência na família”.* Atualmente divorciada e com dois filhos, Rosa é também chefe de família. Concluiu o Curso Superior de Administração e traçou uma trajetória ocupacional bastante diferenciada. Desde pequena tinha responsabilidade de cuidar dos irmãos menores e de ajudar os pais na roça. Aos 11 anos sua família se mudou para Balneário Camboriú. *“Meu pai colocou um estacionamento de ônibus, que não deu certo e nós ficamos com muitas dívidas e muitas dificuldades. Meu pai e minha mãe começaram a vender roupa de porta em porta e daí a gente ia junto vender ou ficava e fazia todo o serviço da casa. Depois dos doze para os treze, meu pai conseguiu vender a casa onde nós morávamos e comprou uma no Balneário e abriu uma lojinha e eu comecei a trabalhar na lojinha, com meus irmãos. Eu fiquei com eles durante oito anos”.* Durante esses anos, Rosa trabalhou também dois meses em um escritório de contabilidade e casou-se. Relatou-nos que teve um sério desentendimento com seus pais, devido ao fato de ser muito participativa e com opinião formada. *“Eu entrei em grupo de jovens com doze anos, peguei toda a época da mudança da Igreja para a teologia da libertação. Época de adolescente, a gente já é mais contestador e meu pai é daquele italiano duro, né e aí nós discutimos muito feio, eu meu pai e minha mãe. Até por conta de algumas questões do casamento, é que eles são muito de cuidar da gente, mas de interferir na tua vida, eles tem isso, uma coisa bem de italiano! Na época, eu não consegui dar o limite que eu consigo dar hoje”.* Após o rompimento com os pais, Rosa abriu uma loja para ela, mas que acabou fechando. Envolvida nos movimentos sociais e com o Centro de Direitos Humanos (CDH), foi convidada a trabalhar como secretária do CDH, através de um projeto

³⁶ A tese de Lisboa (2000b), contida em nossa bibliografia, apresenta claramente a relação entre o empoderamento de mulheres e a luta por moradia.

financiado por uma ONG alemã Miserior. O trabalho era direcionado a organização comunitária, com associação de moradores, discutindo a questão da moradia. Rosa atuou nesse projeto durante quatro anos, tinha carteira assinada e um bom salário. Quando engravidou do segundo filho, Rosa começou a ter mais dificuldade de conciliar o trabalho e o cuidado com as crianças. No mesmo período o financiamento da Miserior chegou ao fim e todas as pessoas que eram pagas com esse recurso foram demitidas. Rosa então começou a fazer acolhido para vender. Seu esposo na época já estava participando da formação da Bruscor em Brusque, *“uma empresa que a gente já na nossa história de jovem já ajudava a construir e sonhar”*. Em 1993, Rosa foi trabalhar na Bruscor onde permaneceu durante dois anos e pouco. *“Daí o Volnei Morastoni se elegeu deputado estadual e me chamou pra ser assessora dele aqui em Itajaí. Eu trabalhei dois anos na assessoria, depois eu pedi pra sair, voltei pra Bruscor, fiz a minha faculdade e fiquei até 1997”*. Durante esses anos, Rosa participou diretamente da formação da empresa de autogestão Fio Nobre em Itajaí. Durante um tempo ficou nos dois empreendimentos, depois acabou desligando-se do trabalho na Bruscor e dedicando-se apenas a Fio Nobre. Atualmente além desse trabalho, Rosa coordena dois projetos: *“Um é pela UNAMI – União das Associações de moradores de Itajaí, é o terceiro ano e é o projeto de prevenção em DST/Aids com homens que fazem sexo com homens e mulheres que fazem sexo com mulheres. Financiamento é da Unesco via Ministério da Saúde. A gente faz todo um trabalho de visita a bares que essa população frequenta. O outro projeto é pelo Centro de Direitos Humanos de Itajaí, que também trabalha com prevenção, mas com a Empresa Prudence – os preservativos prudence – daí a gente trabalha prevenção e vende preservativo”*.

A trajetória de Rosa é bastante singular; sua participação em grupos de jovens, os debates da teologia da libertação, o engajamento político, a vivência em movimentos sociais trouxe a Rosa consciência crítica, compromisso social, empoderamento e principalmente a força para lutar por relações mais democráticas, por outra lógica de trabalho, por outra sociedade.

A gente sempre sonhou de ter um grupo de sobrevivência alternativa, sem patrão, sem exploração, que pudesse te dar uma sobrevivência digna, porque a gente acredita que uma outra sociedade é possível, que outras relações são possíveis e a gente tem que provar isso pra sobreviver também, por esse sonho, não por outra coisa! Muito mais que pelo financeiro!

Rosa teve poucas experiências de trabalho subordinado, seu protagonismo e iniciativa contribuíram para que ela conquistasse espaços de trabalho com mais liberdade e autonomia. Atualmente Rosa integra o Fórum Brasileiro de Economia Solidária,

representando os empreendimentos urbanos de Santa Catarina. Por ocasião dessa participação, foi escolhida para representar os empreendimentos do país no Fórum Social Mundial, que ocorreu na Índia em janeiro de 2004.

Trajatória de Rosana

Rosana nasceu em Blumenau em março de 1985. De origem alemã, conserva na família o hábito de praticar o idioma e sempre morou na cidade. Atualmente está fazendo o curso superior de Artes na FURB. A trajetória ocupacional de Rosana já iniciou em um empreendimento de Economia Solidária. Rosana estava procurando emprego e devido a falta de experiência e pouca formação profissional, não conseguia encontrar uma oportunidade. Entrou na cooperativa, através do Programa Primeiro Emprego, com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas. Após o término do contrato de um ano, Rosana permaneceu no empreendimento como cooperada. Sua aproximação da cooperativa ocorreu através de sua mãe, que também é cooperada. *“Foi ela que me incentivou a fazer o curso. Quando eu fiz o curso eu não tinha o objetivo de vir pra cá, mas daí surgiu a oportunidade”*. Ao falar do seu cotidiano de trabalho, afirma *“eu me sinto bem com esse tratamento que a gente tem, as coisas do dia-a-dia a gente tem autonomia de decidir. É legal essa divisão de tarefas. A gente faz rodízio, mas não ta estabelecido essa semana eu vou fazer isso e tu aquilo, a gente acaba fazendo sem dividir tempo, dias, acaba dividindo automaticamente, e tudo mundo faz de tudo”*. Rosana relata que ao falar com suas amigas, compara a diferença de trabalhar em um local sem patrão, *“sem alguém autoritário mandando o tempo todo”*.

A trajetória ocupacional de Rosana já inicia com uma experiência coletiva, de divisão de tarefas, de co-responsabilidade. Ao comparar com o trabalho de suas amigas, Rosana identifica as diferenças e expressa uma opinião de chefe ligada ao mando, ao autoritarismo, a superioridade. Destacamos ainda a influência de sua mãe, também cooperada e o ingresso ao empreendimento através de um curso de qualificação.

Com exceção de Rosana, as demais entrevistadas começaram a trabalhar bastante cedo. As atividades domésticas, os serviços de limpeza ou de cuidado de idosos ou crianças foram as atividades que marcaram o início das trajetórias ocupacionais. Das entrevistadas, quatro mulheres acessaram apenas os primeiros anos do ensino fundamental. A baixa escolaridade tem uma relação direta com os serviços por elas desenvolvidos. Atividades repetitivas que não exigem qualificação.

Apesar dos avanços tecnológicos, são as mulheres que realizam a maioria dos trabalhos monótonos e repetitivos. Hirata (1998) avalia esse dado ao constatar o aumento de doenças como LER (lesões por esforço repetitivo) entre as mulheres, o que denota que estas persistem excluídas das funções organizativas de concepção e decisão dos processos produtivos.

Todas as entrevistadas ao serem questionadas acerca das relações de gênero e trabalho, fizeram referência a divisão sexual do trabalho, a discrepância salarial entre homens e mulheres e a dificuldade de conciliar a educação dos filhos³⁷ com o trabalho, haja vista que a ética do cuidado está ainda muito enraizada em nossa cultura. Assim, a tarefa de cuidar, de acompanhar, de educar ainda está sob a responsabilidade apenas das mulheres. Segundo Hirata a persistência da responsabilidade das mulheres pelos

cuidados com a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho. Sem dúvida é a maternidade que mais interfere no trabalho feminino, sobretudo quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil (2000, p.39).

As atividades por elas desenvolvidas, nos diversos trabalhos que acessaram até ingressarem em um empreendimento solidário, também reproduzem a relação de gênero. São atividades relacionadas ao espaço do privado: limpar, cuidar, costurar, bordar ou atividades instituídas como femininas: telefonista, talhadeira, babá³⁸.

A entrada dessas mulheres na Economia Solidária ocorreu por diferentes motivos: busca por trabalho e renda, organização dos trabalhadores/as, ideal de construção de uma forma alternativa de produção e acesso a qualificação. A participação em um empreendimento solidário trouxe a essas mulheres desafios e possibilidades que estão refletidos em seus processos de empoderamento, em suas trajetórias e nas percepções acerca do trabalho e das relações tecidas no cotidiano laboral. Tem significado também uma alternativa de estabelecer relações de trabalho e de gênero mais igualitárias, divergindo das experiências que marcaram suas trajetórias ocupacionais.

³⁷ Todaro e Abramo (1998) realizaram uma pesquisa abordando as influências das imagens de gênero no processo de decisões empresariais. Na opinião dos empresários a partir do momento que as mulheres têm filhos são consideradas inadequadas, ineficientes, com altos custos e com baixa produtividade.

³⁸ Mesmo que muitas dessas atividades sejam também realizadas no espaço da Economia Solidária, tem como diferencial o processo de trabalho autogestionário.

2.2 O Empoderamento de mulheres nos empreendimentos de Economia Solidária: diferentes níveis, ritmos e trajetórias.

O empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida. Refere-se ao poder de defesa das especificidades das mulheres, da luta pela **igualdade com os homens no acesso a direitos e aos espaços deliberativos**. O empoderamento das mulheres se entrecruza com as dimensões de gênero, raça/etnia, classe, cultura, história. Defende o acesso a recursos, vantagens, informações, serviços e principalmente a participação das mulheres. O empoderamento das mulheres

implica no desaparecimento dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão das mulheres e necessita mudar normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e construir direitos das mulheres hoje inexistentes (LAGARDE, 1996, p. 112)

O enfoque adotado na presente pesquisa investiga as possibilidades de empoderamento através de práticas coletivas e solidárias, de experiências grupais, considerando que os processos de empoderamento são frutos de uma trajetória onde interagem, vivenciam, trocam, divergem vários sujeitos. Consistem em uma lógica envolvente, inclusiva, reflexiva na qual ninguém se empodera sozinho. É sempre dinâmica, os envolvidos, cada um em seu ritmo, crescem, refletem, encontram sua irreverência, sua autovalorização.

Lisboa (2003b p.23) reforça essa afirmação ao considerar que

a categoria empoderamento surge exercendo forte influência no meio acadêmico, a partir da década de 1990, para analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social como ecológico, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações-problema e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como socioestruturais.

Podemos conceber empoderamento também como: “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (FRIDEMANN, 1996 p.VIII).

Ampliar o acesso das mulheres a cidadania, significa valorizar a trajetória de suas lutas e reivindicações para inserir-se nos processos decisórios, no combate a discriminação, ao machismo, a dupla jornada de trabalho, haja vista que homens e mulheres vivenciaram e vivenciam trajetórias históricas, culturais, sociais, políticas diferenciadas, “o reconhecimento público da diferença de gênero, permite redesenhar o traçado da cidadania, não só no feminino, mas em geral” (GALEOTTI, 1995 p.236).

O acesso a cidadania como indicador de combate à injustiça social, à exclusão social, tem sido defendido pelos movimentos sociais, com destaque para o feminista. Contudo, sabe-se que frente as marcas de discriminação e subalternidade existentes no universo feminino, o acesso à cidadania requer a desconstrução da supremacia do paradigma patriarcal e a elaboração de novas práticas, de um outro imaginário na vida cotidiana que conceba cada pessoa, independente de gênero, raça/etnia e classe como ser humano. Esse processo de desconstrução e construção traz consigo a necessidade de sujeitos políticos protagonistas, defensores e praticantes dessa concepção e principalmente a resignificação do espaço das mulheres, com visibilidade e poder.

Neste sentido é fundamental a compreensão de poder como uma prática social construída historicamente que possui:

uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa (FOUCAULT, 1979, p. XIV –XVI).

Na perspectiva de uma rede de interações, Fridemann destaca três pilares do empoderamento: social, psicológico e político, constituindo uma tríade intermitente. Afirma que no caso das mulheres essa tríade de empoderamento constitui uma “rede social de relações de empoderamento que tem um potencial extraordinário para a mudança social” (Idem, p.125). Assegura também que a ação coletiva intensifica o processo de empoderamento social, psicológico e político das mulheres, através da mobilização social, do acesso a bases de poder, do debate de questões como divórcio, aborto, paz, ambiente, trabalho, custo de vida.

As entrevistas realizadas, demonstraram diferentes trajetórias de empoderamento, com distintos ritmos e níveis. A vivência grupal é o principal potencializador desses

processos, a medida que é através dos grupos que as mulheres acessam a informação, trocam idéias, refletem suas dificuldades, produzem, discutem, crescem, se empoderam.

A tríade de empoderamento formulada por Fridemann será nossa principal referência. Para facilitar a análise vamos trabalhar separadamente o empoderamento social, político e psicológico.

Empoderamento Psicológico

O empoderamento psicológico refere-se à percepção da força individual, manifestando-se em um comportamento autoconfiante. É muitas vezes resultado de uma ação vitoriosa nos domínios social ou político, embora possa resultar também de um trabalho intersubjetivo. O sentimento de pertença, o resgate da auto-estima, os processos empáticos no grupo, a valorização de cada integrante interferem na auto-imagem. O aumento da auto-estima relaciona-se à mudança de mentalidade dos participantes do grupo em relação às suas capacidades, a apreensão da realidade, a participação no processo decisório, ao acesso à qualificação, a ampliação de suas capacidades de trabalho e a agregação de renda. Esses elementos interferem no posicionamento das mulheres no âmbito familiar e na comunidade em geral. O depoimento abaixo aborda as mudanças advindas do empoderamento psicológico:

*a gente sempre foi funcionária, operária e dona-de-casa. Minha vida era assim da fábrica pra casa, em casa lavar roupa, limpar, fazer compra e hoje em dia não tem mais isso de fazer comida pro marido, pros filhos, eu criei uma independência total. Eu aprendei até a deixar os meus filhos se virar sozinho, que antes a gente dava tudo de mão beijada e vivia só pra eles e agora não. Acabei acordando pra vida! Sabendo que uma mulher não é só para ficar atrás de um fogão e cuidar dos filhos entende? Se aparece uma oportunidade de viajar, fazer um curso e eu posso ir **eu vou!** Eu aprendi a criar uma independência, a me valorizar e saber que eu sou útil, que **eu posso**, saber que **eu sou capaz**, que não vai haver discriminação na minha frente, porque o negócio é meu e eu estou apostando nele e que eu posso contar com os amigos que eu criei (Juracy)*

As afirmações “eu sou capaz”, “eu posso”, “eu vou” expressam a tomada de consciência de suas capacidades e potencialidades. Esse processo subjetivo é fundamental, haja vista a necessidade de desconstruir as imagens instituídas, os papéis pré-determinados para as mulheres. Neste sentido, o questionamento da desigualdade de gênero para as mulheres, traz a tona a autonomia, a capacidade de ir, fazer, desenvolver-se rompendo com a

subalternidade, com a dependência masculina, como podemos observar no depoimento a seguir:

Eu me sinto orgulhosa de fazer parte da Associação sendo mulher, enquanto mulher e de poder buscar e saber que eu também posso. Não precisei colocar um homem dentro de casa pra viver as custas dele e aturar tudo de novo. Meu marido não deixava eu trabalhar fora, então vivia toda a vida ali e quando tinha aquele briguinha ele dizia: “eu não deixo faltar nada, não deixei tu passar fome”. Agora eu me autorizo a fazer aquilo que eu quero. Então eu me sinto orgulhosa, eu trabalho aqui e não preciso de um homem pra sobreviver, me sinto orgulhosa de poder me incluir em alguma coisa (Luzia).

Outro fator que interfere no empoderamento psicológico é a ocupação dos espaços públicos, considerando que historicamente as mulheres estavam “restritas” ao privado. As iniciativas solidárias possibilitam a ocupação dos espaços públicos, a visibilização das mulheres. O depoimento abaixo retrata a saída do espaço privado:

Porque dez anos em casa cuidando das crianças, de repente você faz parte de um grupo, daí vai vender, vai na FURB que pra gente aqui é um lugar fechado, vai na Prefeitura, vai nas feiras. Você vê aqueles feirantes de anos e a gente lá igual a eles! Daí depois veio a imprensa. Isso mesmo deixou o grupo nas nuvens, foi muito bonito. Até tem uma senhora que foi comprar tecido, daí disseram: “ Vocês são daquele grupo que saiu no jornal? (Joana).

Essa mesma entrevistada traz outro exemplo que contribui para visualizarmos seu processo de empoderamento psicológico:

Um dia eu tive que trocar um cheque e eu quase tive um enfarto, porque eu nunca saía de casa! Saía só pra ir no médico ou pra ir na casa dos pais. Então participar do grupo fez eu ir em reuniões, em cursos, em entrevistas na imprensa! Mudou totalmente a minha vida (Joana).

Para muitas mulheres, o acesso ao trabalho e renda significa possibilidade de subsistência da família, de maior autonomia dos companheiros, do serviço público ou dos projetos caritativos, bem como uma alternativa de inserir-se nos espaços públicos. Para as mulheres contemporâneas o trabalho é uma área central de suas vidas e de sua autorealização. Obtém estatuto social, reconhecimento e valorização não somente econômica senão social e simbólica. Isso lhes dá o poder de viver (LAGARDE, 1996, p.203). Os depoimentos abaixo demonstram a relevância dessa atividade:

eu me sinto bem com esse tratamento que a gente tem, as coisas do dia-a-dia a gente tem autonomia de decidir (Rosana).

não tem esse negócio dos outros quererem me desqualificar, desclassificar, me diminuir por causa da minha simplicidade (Cida).

Ainda com relação ao empoderamento psicológico, destacamos a reflexão de uma das entrevistadas que trouxe a questão étnica, ao referir-se ao empoderamento das mulheres negras no grupo. Segunda essa entrevistada, as mulheres negras demonstravam-se desconfiadas frente as brancas e com uma tendência a isolar-se. Ao ser questionada acerca das estratégias que o grupo utilizou para debater e superar essa desigualdade, a mesma afirmou que o fato de não terem padrão possibilitou às mulheres negras, uma outra relação com as brancas, conforme o depoimento:

Elas viram que a opinião delas era igual a das outras e elas foram crescendo diante de seus próprios olhos. Isso é uma coisa incrível, só quem viveu todos esses anos vê como essas negras, analfabetas, desdentadas. Eu não falo assim debochando, eu falo com orgulho delas de ver como elas cresceram aos olhos delas, de as vezes chegar uma pessoa aqui e querer impor uma coisa e elas dizer não. As vezes vem um engravatado e elas dizem não, nós não queremos. Não é assim aqui! Acho que isso foi o trabalho de grupo, as palestras, as conversas, de elas irem na Feira da Amizade vender(Joana)

A partir desses depoimentos, constatamos a importância do resgate da auto-estima, da valorização, da conquista de espaços para o empoderamento psicológico das mulheres. Evidenciamos também que esse processo ocorre com uma interferência direta do processo grupal, através de uma sinergia entre os/as participantes, onde cada uma “serve” de espelho para a outra ir adquirindo autoconfiança. “As vezes eu achava que o mundo girava ao meu redor, que só eu tinha problemas e a gente vê que não é assim”(Joana). A melhoria na auto-imagem corrobora para o acesso ao poder social e político.

Empoderamento Social

O empoderamento social compreende o acesso à informação, conhecimento, a participação em organizações sociais e aos recursos financeiros. Refere-se aos níveis educacionais e ao acesso a outras técnicas laborais.

As mulheres empobrecidas dificilmente acessaram a escolaridade. Muitas cursaram alguns anos e por motivos econômicos acabaram se afastando dos estudos para cuidar dos irmãos pequenos, pessoas idosas ou doentes na família. A partir do momento que passaram a ter seus companheiros as dificuldades de acessar a educação referem-se a proibição dos

maridos ou ao cuidado com os filhos. Na proposta da Economia Solidária, o processo de educação e qualificação é um de seus princípios de sustentação. A apropriação do conhecimento gera criticidade, amplia horizonte, traz independência. Sendo assim, os empreendimentos de Economia Solidária têm possibilitado a participação em projetos de educação de adultos³⁹ e de cursos de qualificação técnica. O relato de Juracy demonstra o quanto o acesso a educação é potencializador:

eu aprendi que nunca é tarde pra nada, eu retomei meus estudos e agora eu não quero parar! Faz um ano e meio que eu estou estudando! Num colégio assim, no meio dos jovens é totalmente diferente do projeto EJA, que faz parte do cooperativismo também. Estais te alfabetizando e ao mesmo tempo participando e aprendendo mais sobre cooperativa, Economia Solidária É uma troca de idéias bem legal, que dá força e impulso (Juracy).

O acesso a informações referentes a saúde, serviços públicos, configurações políticas contribui para a retroalimentação do processo de conhecimento, considerando que saber é poder. O autodesenvolvimento das mulheres é permeado pela valorização de seu saber, bem como pela apreensão de novas informações que fundamentam seu posicionamento, que lhes dão argumentos, sustentação e autonomia.

Eu fiz o curso de promotoras legais, que trabalhou com esse lado da violência nas famílias, principalmente contra mulheres. Foram oito meses e a gente aprendeu o básico sobre as leis, a história da violência contra as mulheres e também sobre os direitos (Joana).

Neste sentido, tem relevância a intervenção dos agentes externos, como os responsáveis por facilitar o acesso as informações, contribuir e mediar o processo de organização do grupo, instrumentalizar seus integrantes socializando conhecimento, debatendo as problemáticas a partir da realidade vivida em cada grupo. O depoimento abaixo exemplifica alguns temas que emergiram em um empreendimento formado por mulheres

A Assistente Social MK discute com o grupo as questões do empreendimento, do funcionamento, da organização da produção, mas as outras Assistentes Sociais falavam de precoce de câncer de útero, de violência contra a mulher. As vezes vinha a Assistente Social do CAPS e

³⁹ A Prefeitura Municipal de Blumenau, através da Secretaria de Educação em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB, iniciou um projeto de Alfabetização de Adultos com o enfoque da Economia Solidária, dirigido aos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos da cidade.

falava como lidar com o drogado, com o alcoólatra, isso tudo ajudou muito aqui, porque muitas mulheres sofrem com isso (Joana).

Muitas vezes o acesso a renda, a participação e qualificação, possibilitam uma atitude de comprometimento, uma postura crítica, o reconhecimento da importância da ação de cada sujeito no processo de transformação, na busca por inclusão social, por cidadania.

Hoje acho que eu sou uma pessoa com um pouco mais de opinião, com mais conhecimento e com uma experiência bem legal e também com um pouco mais de atitude. Eu sou meia quieta, eu era mais fechada e agora acho que eu me comunico melhor com as pessoas, pelo fato de estar conversando com todos. Me sinto comprometida, participei aqui dentro e fora, conheci outras histórias. Antes de entrar na cooperativa, eu não tinha idéia que tinha tanta movimentação, tanto trabalho, tanta gente. Cada vez que eu vou em um encontro me surpreendo mais (Rosana).

Destacamos outro depoimento que explicita as contribuições do debate nos grupos:

As discussões trazem aprofundamento e uma visão diferenciada em cada espaço que você discute. Isso te ajuda a crescer um monte, te deixa com uma clareza, com argumentos, com facilidade para se expressar. Isso tudo só te ensina! (Rosa)

Esse processo de comprometimento interfere na participação das mulheres em outros espaços de decisão, pois na medida que vivenciam o processo autogestionário, o lado organizacional tende a se ampliar para o resto da sociedade. Quem participa dentro do empreendimento pode visualizar a participação de grupos de moradores, de atividades políticas e sociais. É importante ter presente que

participar é muito mais que do que votar de vez em quando e simplesmente fazer sugestões. Pressupõe poder de decidir, controlar o processo, avaliar e usufruir dos resultados, não apenas no sentido econômico e financeiro, mas das práticas sociais, culturais (ANTEAG, 2002, p.53).

As entrevistadas além de integrarem um empreendimento de Economia Solidária, participam de Partidos Políticos, Associação de Moradores, Associação de Pais e Professores, Conselho Local de Saúde, Grupos Religiosos. Citamos abaixo o depoimento de uma delas:

Participo do Grupo de Mães Recanto da Alegria do Centro Social Urbano Garcia. A gente se reúne todas as quintas-feiras a tarde das duas as cinco, faz artesanato, passeios. Eu convivo muito também com grupos de terceira idade do meu bairro (Juracy).

A participação em outros grupos relaciona-se ao empoderamento político, a medida que as mulheres vão exercitando o ato de tomar parte e ser parte nas decisões, expondo suas opiniões e debatendo-as.

Empoderamento político

O empoderamento político expressa-se no processo de tomada de decisão, na apropriação do poder de ter vez, voz e da ação coletiva.

Os empreendimentos de Economia Solidária assumem o desafio de estimular o empoderamento político, já que fundam-se na articulação do binômio capital-trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, na prática da autogestão, na apreensão de todo o processo produtivo por todos os trabalhadores/as, na valorização de cada pessoa, na construção do coletivo, no compromisso com os outros trabalhadores, com as questões sociais e com a sustentabilidade ambiental. O relato abaixo demonstra o processo de politização:

a gente vai construindo toda uma consciência diferente ao participar de um grupo desse. O fato de sobreviver daquilo que um grupo constrói, que um grupo discute, faz você olhar o mundo diferente. Você olha o mundo de outro jeito, você vive no mundo de outro jeito, porque a tua referência é outra! Teu dinheiro não vem de um patrão que sei lá como ganhou aquele dinheiro para te pagar e tu não queres nem saber a forma. Ele veio de um conjunto de criação, daquilo que tu assumiu de compromisso com o outro, com o meio ambiente, com um mundo melhor! Então eu acho que isso já é uma transformação até no olhar da gente. Participar do movimento da Economia Solidária, não só dentro da minha empresa, mas ir em reuniões, participar de encontros, você conhece pessoas, discute, diverge, troca idéias, estuda, lê e recebe cursos. Então te proporciona um crescimento que aonde eu teria fora da Economia Solidária, sobre a Economia Solidária? Eu não teria! (Rosa)

A constituição de redes de colaboração entre os empreendimentos de Economia Solidária intensificam esse processo, principalmente por romper com o isolamento político dos trabalhadores. A relação em rede gera co-responsabilidade, sinergia, socialização de experiência, mútua-ajuda entre os empreendimentos.

Trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONG's, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo (MANCE, 2003, p.220).

Para Santos & Rodriguez “o êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo”(2002, p.66). A articulação em rede garante a sustentação necessária para a viabilidade dos empreendimentos. É através da organização em redes que os/as trabalhadores/as participam de mobilizações, de feiras, seminários, congressos que são articulados pelos mesmos em parceria com as Instituições que assessoram os empreendimentos. A fala de Juracy demonstra o significado da participação nesses eventos:

a gente tem muita oportunidade de fazer viagens, né, de ir em seminários, ajudar, participar dos projetos das cooperativas. Isso que sempre me deu força, que tá me dando força até hoje em dia pra apostar na cooperativa. É a chance que eu não tinha numa empresa antes. Participar, ajudar a tomar as decisões, participar de seminários, fazer cursos. Daí a gente cria um vínculo muito grande, a gente acaba conhecendo gente do Brasil todo. Já fui pra Lapa, pra Santa Maria, na Feira de Economia Solidária, tanto vendi como participei das oficinas, fui pra São Paulo, Joinville. Coisas que eu jamais um dia pensei que eu ia poder fazer e eu tô fazendo agora. Participei também da comemoração do dia do trabalhador, etc...Fui representando a nossa cooperativa e muitas vezes eu também fui convidada para dar depoimento sobre a cooperativa, sobre o que é cooperativismo, através da Incubadora da FURB e de Igrejas. Fui lá falar para os alunos que estão se formando em Serviço Social, dar um depoimento sobre a diferença de ser empregado e de não ter patrão. Eu fiquei muito conhecida, comecei a aparecer na TV Galega, TV FURB, coisas assim que tu anda na rua e o pessoal fala: que legal, a cooperativa que tu participa (Juracy).

As viagens para participar de encontros e feiras, bem como para exercer a representação de seu grupo trazem as mulheres além de um empoderamento político, a visibilidade, o reconhecimento, a ocupação de espaços de decisão, de construção da cidadania.

A cidadania compreende conceber todas as dimensões da vida como esferas a serem politizadas, sem fragmentação e sem privilegiar uma ou outra. Nessa perspectiva, cidadania é um processo em constante construção, que é gestado entre conflitos, luta política, interesses e que aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática. Abrange a percepção que todos os espaços e dimensões da vida são políticos e inter-relacionados e que são as pessoas, os sujeitos ativos que dão a esses vida, sentido e que tecem nesses espaços a democracia.

A democracia é uma questão de tudo ou nada. A democracia seria plenamente digna de seu nome se os cidadãos tivessem o poder efetivo de

serem ativos como cidadãos. (...) Pedir democracia é também pedir justiça distributiva. A democracia acarreta um compromisso com um conjunto de direitos e deveres fortalecedores (HELD, 1997, p.75-81).

A prática da democracia no interior das iniciativas solidárias é tema conflitante e instigante, pois exige que cada integrante ao sentir-se pertencente ao grupo, respeite e valorize o outro sem estabelecer hierarquias, correlações de força, disputa pelo poder. Esse é um dos dilemas das iniciativas solidárias, não reproduzir a lógica capitalista da competitividade, da concorrência, da separação entre quem pensa e quem faz, entre patrões e empregados.

Com certeza esse é um processo intermitente de exercício da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da democracia, que necessita de articulação, de troca, de apoio. Os depoimentos abaixo retratam a importância e o desafio dessa vivência nos grupos:

No trabalho eu tenho poder de influenciar numa decisão, poder de contribuir nas decisões (Rosana)

Eu sempre falo que trabalhar com gente é a coisa mais complicada e desafiadora que tem, que não é um botão que você conserta, que aperta, que ajusta... é a reunião, é a discussão, é a conversa, na reunião seguinte volta o mesmo assunto, daqui a dois, três meses, você vê que aquele assunto que foi dado encaminhamento acabou não dando resultado (Rosa).

O fato de todos sentirem-se com poder de decisão, de voz e vez é extremamente positivo, contudo requer tempo, paciência, escuta, debate. O empoderamento político possibilita a elaboração de argumentos, o domínio de informações, o poder do saber. No entanto demanda com isso a prática da solidariedade com o outro e principalmente o respeito pelos diferentes ritmos. Sem isso, o empoderamento político se descaracteriza e transforma-se em dominação, opressão, controle. Reforçamos, assim, a concepção de empoderamento político que reivindica, que argumenta, que gera o compromisso com o coletivo.

Ainda com relação ao empoderamento político, destacamos a participação de duas entrevistadas no Movimento Nacional de Catadores/as de Materiais Recicláveis, uma delas inclusive representa os empreendimentos do Estado de Santa Catarina. A mobilização e articulação dos catadores e catadoras no país têm trazido a tona, o descaso com a questão ambiental, a importância do desenvolvimento de projetos alternativos de tratamento dos resíduos e o interesse da sociedade civil pela temática. Interessante destacar que grande

parte desses trabalhadores/as estão desenvolvendo essa atividade devido a total falta de outra alternativa. A busca pela sobrevivência, a exploração dos atravessadores, os perigos do trânsito com os carrinhos puxadores também fazem parte do cotidiano desses trabalhadores/as. A possibilidade de participar de encontros apenas de catadores e catadoras, além de dar visibilidade ao movimento, é uma forma de reivindicar melhorias, apoio, políticas públicas. Os depoimentos a seguir mostram essa articulação:

A gente vai reivindicar, a gente sabe qual é a dificuldade do catador! Estive em Brasília sete ou oito vezes, Belo Horizonte três vezes, São Paulo. A gente foi pra Caxias do Sul e ficamos uma semana, Porto Alegre, Chapecó, Balneário Camboriú, Florianópolis.. buscando idéias e levando (Luzia).

Fui em Florianópolis, Joinville, Brasília, na FURB. É bom participar, porque daí a gente fica sabendo mais das coisas para a melhoria (Marilu).

Como vimos os três tipos de empoderamento acima trabalhados ocorrem de forma articulada e sinérgica⁴⁰. A pesquisa nos mostrou ainda que o processo de empoderar-se é resultado de uma dinâmica grupal e de uma trajetória de vida pessoal. No caso das mulheres, a relação com os companheiros, filhos, a ocupação de espaços públicos, os diferentes níveis de escolaridade, a desigualdade de gênero e as individualidades dão a cada uma o ritmo de sua caminhada, de sua autovalorização, de sua participação.

Junto a trajetória de empoderamento está o potencial de conquista e luta pela cidadania, intimamente relacionado ao domínio de informações, a autovalorização como sujeito histórico e político, à participação, ao sentimento de pertença a um grupo, à vivência de experiências que coloquem em cheque o instituído, a subalternidade e a apatia. Experiências que fazem brotar a indignação e a luta por igualdade e difundem uma mudança na

qualidade de vida das pessoas, uma vez que a recusa em aceitar a desigualdades passa a ser algo incontornável. As “microrrevoltas” passam a ser processos permanentes (...). A repetição dos atos de dominação e

⁴⁰ Sinergia significa o “comportamento de um sistema complexo, que resulta imprescindivelmente a partir do comportamento de qualquer de suas partes tomadas isoladamente. Foram os químicos os primeiros a reconhecer a sinergia, quando descobriram que toda vez que isolavam um elemento de um complexo, as partes separadas e seus comportamentos isolados jamais conseguiam explicar o comportamento de todas as partes associadas. Neste sentido, a sinergia denota uma forma de *potenciação*, quer dizer, um processo em que a potência dos elementos associados é maior que a potência somada dos elementos tomados isoladamente” (MAX-NEEF, 1986, p.45).

exploração passam a ser desestabilizados (...). A cidadania deve ser tomada como valor que motive a revolta, oriente o caminho e ofereça meios de melhorar a vida que está sendo vivida (ÁVILA, 2001, p.58).

Microrrevoltas, mudanças de postura, resgate da auto-estima, potencial de resistência, garantia de vez e voz, transgressão⁴¹ são resultado de uma trama que envolve a construção das identidades, o processo grupal, a cumplicidade, o empoderamento, a cidadania.

A perspectiva da Economia Solidária tem nutrido a utopia da concretização desse processo, que é lento e gradual, onde cada pessoa, cada grupo tem seu ritmo próprio, sua trajetória; considerando que “seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais, políticos” (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002, p.64).

Assim existe uma amálgama que integra todas essas dimensões, sendo que o processo de emancipação, de empoderamento, de conquista da cidadania envolve todas essas esferas concomitantemente. O acesso a trabalho e renda fornece às pessoas o sustento, a dignidade; contudo a construção coletiva do trabalho, a participação, a educação continuada, o envolvimento e o desvelamento das questões sociais potencializam os sujeitos no exercício da cidadania.

As mulheres integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária partilham entre si a dinâmica familiar, as relações com seus companheiros, as responsabilidades da maternidade, o questionamento das duplas jornadas, as situações de violência intrafamiliar. Para muitas mulheres, o espaço de trabalho extrapola a lógica da reprodução da força de trabalho, caracterizando-se em local de discussão de alternativas e enfrentamento das dificuldades da vida em todas as suas dimensões. Para Lagarde, as mulheres em processo de empoderamento tem a capacidade de serem

portadoras de mensagens, idéias e valores modernos, de recriar espaços tradicionais e de criar novos espaços para favorecer a causa das mulheres e lograr uma reordenação das relações com os homens. Nesse caminho, de maneira decidida e com suas próprias propostas, as mulheres têm se colocado a favor do desenvolvimento e da democracia (1996, p.158)

⁴¹ Lagarde reforça essa perspectiva ao afirmar que “ processos de auto-afirmação e empoderamento conduzem à transgressão” (1996, p.213).

Neste sentido, reforçamos a importância de focar o empoderamento das mulheres como condicionante para a construção de uma sociedade mais equânime, democrática e de um modelo de desenvolvimento que extrapole o enfoque meramente econômico, colocando no centro das atenções e prioridades a vida humana, o atendimento das necessidades, enfim a sustentabilidade social, política, cultural, ambiental e econômica.

A pesquisa demonstrou que os empreendimentos de Economia Solidária possibilitam o empoderamento de mulheres. No entanto, a análise das entrevistas e o diálogo com os autores supra citados evidenciaram que esse processo é constituído também por desafios a serem superados.

Diante disso, elaboramos uma síntese dessa discussão, elencando alguns desses desafios e possibilidades de empoderamento de mulheres nas iniciativas solidárias.

Desafios:

- a) Para alcançar o empoderamento é fundamental que as mulheres enfrentem a subalternidade histórica que marca o gênero feminino, reforçada em muitas culturas;
- b) O individualismo que mulheres e homens são sujeitos também requer ser desconstruído e questionado, para que seja possível a construção do coletivo e o comprometimento com os outros/as;
- c) A apreensão dos conhecimentos, a valorização do saber, a autonomia, o empoderamento são processos constituídos por diferentes ritmos, recebendo interferência histórica, cultural, étnica, política e da trajetória de cada pessoa e grupo;
- d) Para que o empoderamento ocorra em sua amplitude é mister combater o isolamento político, buscando fortalecer as redes de cooperação, que garantem a sustentação do movimento da Economia Solidária;
- e) O empoderamento nas iniciativas solidárias requer superar a busca de trabalho e renda apenas para a subsistência, procurando a politização dos espaços produtivos e decisórios;
- f) Apresenta-se também como desafio o desenvolvimento de uma visão feminista na Economia Solidária, valorizando as subjetividades, os vínculos, as relações e a participação de homens e mulheres.

Possibilidades:

- a) Experienciar uma outra lógica de trabalho, de produção, de processo decisório possibilita aos trabalhadores/as o exercício da participação, da representatividade, do debate;
- b) O sentimento de pertença, a empatia vivenciada no grupo, a partilha das dificuldades e conquistas potencializa o aumento da auto-estima, o comprometimento com cada integrante do grupo;
- c) A Economia Solidária, enquanto espaço de politização, intensifica a capacidade de expansão da participação de seus integrantes em outros espaços públicos de decisão, bem como em outros movimentos sociais;
- d) O incentivo à qualificação e a educação continuada traz consigo o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de argumentação e proposição;
- e) O processo grupal caracteriza-se na principal potencialidade da Economia Solidária, pois desafia a construção coletiva, a valorização de cada sujeito, enaltecendo potencialidades e capacidades;
- f) A participação em redes de cooperação, de troca e intercâmbio compreende a vivência da solidariedade, da cooperação, do enfrentamento conjunto dos desafios, da construção de propostas.

Desta forma, reafirmamos as inúmeras possibilidades de empoderamento no âmbito da Economia Solidária. As trajetórias ocupacionais e as trilhas estudadas demonstraram, no entanto, que não estamos em um terreno amorfo, neutro, mas multifacetário que apresenta potencialidades e fragilidades e que compõe ao lado de outras lutas, a resistência, a indignação, a defesa da sobrevivência e o sonho da qualidade de vida.

Neste sentido, tendo como referência a pesquisa realizada e os inúmeros debates acerca dessa temática, apresentamos em seguida alguns dos entraves e conquistas vivenciados pelos sujeitos que tecem a Economia Solidária.

2.3 Embates e Desafios da Economia Solidária.

O processo de construir uma proposta, com base em princípios contrários ao modelo de desenvolvimento vigente que questionam a lógica predominante das relações na vida cotidiana, requer um esforço ampliado dos sujeitos, demanda a elaboração de novos conceitos, uma maior articulação entre os atores sociais, a conquista de espaços políticos e de aliados. Neste sentido, a Economia Solidária, enquanto proposta, enfrenta uma série de embates e desafios no seio da sociedade capitalista, das relações concorrenciais, da lógica mercantil. O enfrentamento a esses desafios demonstra a força do movimento, a medida que mesmo entre dificuldades têm buscado alternativas de inclusão social, de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, explicita também sua fragilidade, ao passo que muitas vezes esses condicionam a pouca densidade do movimento, sua desarticulação e limitações.

Iniciamos essa discussão abordando o desafio da sobrevivência dos empreendimentos no mercado capitalista. Mesmo que a produção seja autogestionária, solidária, “da porta para fora”, os empreendimentos encontram as exigências de qualidade, produtividade, competitividade, eficiência e eficácia próprias do mercado capitalista. As entrevistas trazem da problemática do escoamento da produção:

*a questão de vendas não é suficiente e também pessoal pra trabalhar, a gente está procurando, mas parece que não encontramos a pessoa certa. Já passaram por aqui algumas e acabaram saindo. Nós poderíamos estar levando os produtos para outros mercados, feiras, Universidades e Prefeitura, mas não tem quem faça. Estamos perdendo oportunidades por não ter pessoal com perfil de venda (Rosana).
as dificuldades são financeiras, de vendas, de abrir comércio, de pagar as contas (Rosa).*

A comercialização dos produtos é um entrave pela importância de atingir e manter um padrão de qualidade, mas também pela necessidade de ter uma produção em escala, impactando a relação custo/benefício. Os empreendimentos solidários não alcançaram ainda um nível de articulação de sua produção a ponto de conseguirem organizar o escoamento conjunto de todos os seus produtos. Diante disso muitos acabam restritos aos limites territoriais de seu município ou região.

Atrelado a essas dificuldades, os empreendimentos solidários na maioria das vezes não têm capital de giro, até por serem constituídos por trabalhadores/as que estavam desempregados, em risco de perder o emprego ou em subempregos. A capacidade de investimentos destes trabalhadores/as limita-se a sua força de trabalho. No entanto, um empreendimento necessita de maquinário, de matéria-prima, de infra-estrutura, de organização contábil e jurídica, entre outras.

A maior dificuldade nossa é o financeiro, se nós tivéssemos um capital de giro legal, nós trabalharíamos melhor. Outra dificuldade é o preço da matéria-prima que é muito caro. O fato de não termos carro próprio e espaço próprio (Maria)

Paralelo a isso, não temos no Brasil uma legislação adequada para esses empreendimentos, bem como linhas de crédito que atendam ao perfil desses grupos. Outro desafio refere-se a constituição de “cooperativas de fachadas” ou Coopergatos, estruturas montadas por firmas capitalistas que visam a flexibilização dos direitos trabalhistas, através da redução de custos provenientes do não pagamento das contribuições e encargos trabalhistas. Lisboa demonstra essa preocupação ao afirmar que

junto com esse processo em que os trabalhadores passam a autogerir seu próprio trabalho, deparamo-nos também com o uso da forma cooperativa pelos capitalistas como uma via para rebaixar os custos, transformando a despesa com salários de um gasto fixo em variável...falsas cooperativas, pois, ao não surgirem por iniciativa dos próprios trabalhadores, infringem os princípios cooperativistas e são engendradas pela dinâmica capitalista de terceirização (LISBOA, 2001, p.43)

Os/as trabalhadores/as são desafiados/as ainda a vivenciarem a transição nos papéis assumidos, tendo que sair da postura de subalternidade, da posição de meros executores, da simples obediência passando a posição de gestores, responsáveis tanto pelo planejamento quanto pela execução das atividades, enfrentando as diferenças de idéias, buscando construir consensos, decidir coletivamente, sem hierarquias, sem patrão. Desconstruir a antiga posição de trabalhador/a e construir a de partícipe de uma gestão colegiada, não são tarefas fáceis, exige uma espécie de acultramento, requer tempo, acesso à qualificação, exercício da comunicação, da escuta, da troca, do respeito, da solidariedade. Assim, o processo de gerir o empreendimento coletivamente exige um esforço adicional de seus integrantes, pois

além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um tem que se preocupar com os problemas gerais da empresa. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições. Mas o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas (SINGER, 2002b, p.19).

A administração das diferenças de idéias e dos conflitos é um ponto que aparentemente pode ser uma dificuldade, podendo conter também a possibilidade de desenvolver o diálogo, o respeito e a solidariedade.

A lógica de trabalho introjetada pela maioria dos trabalhadores/as, indica para a separação do trabalho entre planejadores e executores, pela valorização do saber técnico e acadêmico, pelo poder e decisão centralizado. Além disso, a maioria das pessoas que integram a Economia Solidária possuem um baixo nível de escolaridade e de qualificação técnica. Essas características interferem no processo de gestão do empreendimento, a medida que muitos grupos ficam dependentes das assessorias externas⁴² e enfrentam muitas dificuldades para assumirem responsabilidades

não estamos preparadas, a gente não sabe o que fazer, as vezes as quinze ficam pensando o que vamos fazer, diante de um pedido ou agora diante dessas eleições! É difícil tomar decisão, é mais fácil quando os outros tomam pela gente. Parece que daí a consequência não é nossa, é do outro (Joana)

O pouco acesso a escolarização interfere ainda na compreensão de todos os elementos que constituem a gestão de um empreendimento (administrativos, contábeis, jurídicos, econômicos, políticos). Mesmo acessando a cursos técnicos e retornando aos bancos escolares o aprendizado é processual e não acompanha as exigências e o ritmo do mercado. Neste sentido as assessorias são fundamentais e garantem a viabilidade dessas iniciativas.

Outro desafio colocado pelas entrevistadas é a falta de agilidade e resolutividade das decisões coletivas

“As vezes me angustia esse patinar da discussão. A impressão que eu tenho é que o empreendimento não está andando como devia” (Rosa)

⁴² Esse é um debate constante entre as organizações que assessoram os empreendimentos solidários. Estas discutem estratégias de gerar autonomia, iniciativa por parte dos trabalhadores/as, através de investimento em capacitação técnica e política.

“As vezes fica meio solto, as funções ficam meio perdidas. O processo de decisão tem que ser mais agilizado!”(Rosana)

Dado o princípio da inclusão presente na Economia Solidária, uma entrevistada trouxe um outro desafio, refere-se as relações inter-geracionais, conforme depoimento

“a gente tem adolescentes e senhoras de oitenta anos, então essa diferença de idade causa problemas. Elas querem que as adolescentes trabalhem e elas brincam, né. Mas elas produzem também. E também das opiniões divergir e as vezes parece que isso aqui vai explodir, mas também acho que isso faz parte, né?”(Joana)

Destacamos ainda o enfrentamento ao individualismo intrínseco à nossa cultura e que desponta nas relações grupais. Tecer relações solidárias e de cooperação demanda o desenvolvimento de um olhar crítico acerca do instituído, exige paciência entre as pessoas, compreensão, respeito. No entanto, dada a condição de vida de muitos trabalhadores/as, a luta pela sobrevivência fala mais alto e torna-se difícil construir o coletivo. Um exemplo é o cotidiano de trabalho de muitos/as catadores/as, que garantem a sobrevivência diária mediante o volume de material coletado. Entre esses trabalhadores/as a necessidade eminente compromete muitas vezes a cooperação.

Se você vem trabalhar e sabe que seu serviço é puxar o carrinho, você vai puxar o carrinho! Aqui ninguém ganha por ninguém! Aconteceu que eu fiquei um mês sem trabalhar, porque caí e machuquei a perna. Nesse mês não recebi, até pedi para uma pessoa pegar os materiais para mim, ela foi lá e disse que eu não ia mas trabalhar e pegou o meu ponto, era o melhor ponto que eu tinha! Eu fui descobri só na semana passada (Marilu)!

Esse depoimento demonstra a reprodução da lógica competitiva e individualista que tanto conhecemos. Os empreendimentos, apesar de buscarem ser solidários, enfrentam diariamente a concorrência fratricida, a opressão, a exploração, o egoísmo, a desigualdade de gênero e raça/etnia⁴³.

Destacamos a questão de gênero e raça/etnia, devido ao fato dos empreendimentos solidários serem espaços com forte presença da população empobrecida. Várias pesquisas

⁴³ Com os avanços das pesquisas do genoma humano, constatou-se que as diferenças que distinguem uma raça da outra biologicamente são mínimas. Nesse sentido, alguns autores passaram a utilizar apenas a categoria etnia para referir-se a características que definem o pertencimento a um grupo, como traços culturais, língua, valores, vinculação com o território, hábitos, religião, costumes. Alguns grupos étnicos defendem a permanência da utilização da categoria raça, por identificarem-se com a mesma. Sendo assim, optamos em utilizar raça/etnia.

confirmam que entre os pobres, os índices evidenciam a presença das mulheres e da raça/etnia negra. Esses trabalhadores/as são muitas vezes vítimas da desigualdade de gênero e étnica, contudo muitos deles/as também reproduzem a discriminação, a exclusão, conforme depoimento:

a comunidade tem muitos negros e no começo as negras tinham uma barreira com as brancas dentro do grupo. Quer vê eu assim, as vezes eu falava, é porque eu era branca pensavam que eu mandava. E isso acabou também, não tem mais essa diferença. Acho que isso foi uma vitória muito grande nossa (Joana).

Ainda com relação ao mundo do trabalho, destacamos a ausência de garantias e direitos trabalhistas para os trabalhadores/as autônomos, sendo que não possuem fundo de garantia, 13º salário e sua renda está condicionada a quantidade de sua produção. Conectado a isso, há todo debate acerca da frágil política de trabalho. Dada a trajetória histórica do trabalho, este não foi incorporado como um direito social, mas como uma preocupação e “problema” individual.

O Movimento da Economia Solidária traz consigo a discussão sobre o direito ao trabalho, defendendo a superação do trabalho alienado e desumanizado e propondo uma concepção de trabalho a partir da emancipação do trabalhador/a, de seu potencial criativo e cooperativo.

Esse processo implica na tomada de consciência, requer um desvelar desalienante, está condicionado a superação do círculo vicioso da lógica capitalista que se traduz em quanto mais exploração, acrescida de lucro e mais-valia, mais alienação e menos consciência e autonomia.

As entrevistas confirmam o mosaico que é a Economia Solidária, repleta de desafios, entraves, limites, possibilidades e sujeitos. Perceber esse movimento de resistência, de reação, de busca de sobrevivência é fundamental para avaliarmos essas experiências, que muitas vezes não alcançaram a densidade econômica esperada, mas carregam consigo trajetórias de empoderamento, de crescimento, de luta, de trabalho coletivo.

2.4 Pontos positivos, avanços e conquistas.

Interessante constatar que muitos pontos que foram arrolados como desafios e dificuldades dos empreendimentos podem ser vistos também como possibilidades dos mesmos. Isso requer que superemos a visão maniqueísta ao olhar a realidade. Um problema pode significar impedimento, retrocesso, mas pode conter também o potencial de despertar a criatividade, a irreverência, a construção de alternativas. Diante de tantas dificuldades vivenciadas pela Economia Solidária, talvez seja essa a chave para sua existência. Neste sentido, acreditamos que os desafios são inúmeros, porém devem ser visualizados ao mesmo tempo como possibilidades de superação, de crescimento e de empoderamento.

As entrevistadas, ao serem questionadas acerca da diferença entre as atividades por elas desenvolvidas em suas trajetórias ocupacionais e o trabalho em um empreendimento de Economia Solidária, apontaram que a principal vantagem é o fato de não ter patrão, de não serem mandadas e de poderem participar ativamente do processo decisório, de ter responsabilidades, envolvimento, solidariedade. Nas experiências laborais anteriores as entrevistadas vivenciaram o processo de exploração da mão-de-obra, da subalternidade diante das decisões acerca do processo produtivo, do conhecimento de apenas uma parte do processo, da remuneração diferenciada. Os depoimentos abaixo expressam a percepção de duas cooperadas:

Trabalhar sem patrão é ótimo, é uma liberdade total porque tu te sente útil, tu te sente capaz e não precisa ninguém te mandar tu sabes o que tu tens pra fazer. É terrível uma pessoa em cima de ti, trabalhei anos nisso e é assim!. Na empresa tu tá fazendo uma coisa, daí mandam tu fazer outra, nunca tá bom, sempre exigindo mais de ti, te explorando. Na cooperativa eu participo, sei o que tá entrando, o que tá saindo, quanto vou receber. Todos ganham igual, não existe ninguém fazendo o nome em cima de ti, não tem ninguém te sugando, explorando teu trabalho (Juracy).

A vantagem é que nós tomamos as decisões coletivamente. O grupo está unido diariamente. Estamos dentro de um empreendimento que nós criamos e estamos livres (Maria).

Neste sentido, a Economia Solidária caracteriza-se em um espaço de politização, de aprendizado, de construção coletiva. Pedrini elenca algumas contribuições trazidas por essas experiências:

a criação e manutenção de postos de trabalho, benefícios sociais e melhoria na qualidade de vida dos associados, a criatividade como resultado da conjugação de esforços cognitivos e relacionais, as relações grupais mais democráticas, comunicativas e transparentes, a organização autogestionária que oferece maior segurança e estabilidade, o exercício

paulatino de uma nova cultura de trabalho, o conhecimento completo e o controle do processo de trabalho (2000, p.101).

As possibilidades de politização ocorrem através da prática da participação, do desenvolvimento da criticidade, da valorização do saber popular, da ampliação do universo de conhecimento da realidade, da visibilidade que o trabalho articulado e coletivo pode atingir.

Uma das estratégias neste sentido, é o investimento em processos de qualificação técnica, o estímulo a escolarização e a formação para a cidadania. São utilizados dinâmicas grupais, debates, jogos cooperativos, análise de experiências com vistas a ter a realidade como ponto de partida. As iniciativas solidárias têm o acesso ao conhecimento crítico como o principal caminho para a construção de relações solidárias. Oferecem aos trabalhadores/as

acesso a um conhecimento secularmente negado aos setores populares. As pessoas envolvidas podem adquirir um instrumental técnico-administrativo, capacitando-se a gerir seus negócios, bem como uma visão política para compreender com criticidade, os mecanismos típicos do mercado capitalista. Assim sendo, avalia-se a importância do projeto autogestionário para o aprendizado do exercício político e do resgate da cidadania (PEDRINI, 2000b, p.40).

Destacamos também a articulação em rede como uma forma de garantir a sustentabilidade do Movimento, na medida que possibilita a troca de idéias, experiências e de produtos. As redes garantem ainda a mobilização política entre os empreendimentos, a organização de feiras de comercialização, a reivindicação coletiva junto ao poder público. Podem ser entendidas como um movimento popular e social em intensa expansão, devido ao fato de constituírem ações coletivas desenvolvidas por organizações populares tentando construir um modo alternativo de produzir, comercializar, pensar, agir e viver.

Os empreendimentos de Economia Solidária que se isolam tem muito mais dificuldade de sobreviver, enquanto os que se juntam a outros, podem potencializar seus esforços e obter muitos mais resultados, em menor tempo e com menos dificuldades. Mance é um dos autores que tem estudado a formação de redes solidárias e as define como uma:

articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável.

Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 1999, p.24).

Através da articulação em rede, a Economia Solidária busca maior visibilidade e o envolvimento das pessoas em geral no consumo de seus produtos. O consumo solidário⁴⁴ têm sido estimulado tendo como fundamento o trabalho cooperativo, a geração de renda, a prudência ecológica, o enfrentamento a desigualdade social. Conectado a essa perspectiva estão as iniciativas de comércio justo e os projetos de cooperação internacional. O comércio justo

busca reverter a tendência injusta dos intercâmbios no comércio internacional, promovendo o reconhecimento do trabalho dos produtores dos países do Sul através do pagamento de um preço justo a seus produtos e sensibilizando os consumidores dos países do Norte no conhecimento dessa realidade. (...) O comércio justo busca criar critérios e normas que permitam o desenvolvimento de maior equidade nas transações comerciais entre os países do Norte e os do Sul, modificando a tradicional divisão internacional do trabalho (FRETELL & ROCA, 2003 p.34-37).

Os produtos da Economia Solidária são valorizados no comércio justo, por serem resultado de um trabalho coletivo, sem exploração da mão-de-obra.

As práticas de cooperação internacional também são pautadas no combate a desigualdade social entre os países, com ênfase no combate a pobreza. Consiste na transferência de recursos dos países ricos aos países pobres. Muitos projetos de Economia Solidária na América Latina são subsidiados pela cooperação internacional, visando o combate a exclusão social, a criação de postos de trabalho, a dinamização da economia pela base, a integração social. As instituições internacionais ao destinarem recursos

à inclusão social, aos movimentos cooperativos e à criação de empregos, apóiam uma opção viável de paradigma societário que corrige os malefícios da economia predatória do capitalismo neoliberal vigente na atual globalização (DONIDA, 2003, p.55).

Diante de todos esses pontos, visualizamos a trama que envolve a Economia Solidária. Esse movimento está conectado a vários outros e depende da adesão da sociedade, do apoio das entidades, da formulação de políticas públicas. No entanto, as

⁴⁴ A Economia Solidária tem estimulado o consumo solidário interno, ou seja nas diferentes localidades onde os produtos são produzidos, bem como externo através das importações que priorizam as mercadorias produzidas através do trabalho solidário.

inúmeras iniciativas demonstram um potencial de fortalecimento dos grupos, visibilidade da sociedade civil e empoderamento dos sujeitos políticos que a integram.

Por fim, reiteramos que a Economia Solidária, enquanto movimento de resistência, é constituída de muitos limites e possibilidades. Dado os reflexos do regime de acumulação flexível, tem significado uma alternativa a muitos trabalhadores/as de acessarem a trabalho e renda. Entretanto fica o desafio de realizar análises mais profundas acerca de sua trajetória futura, identificando sua abrangência e sua potência de manter-se resistente e, ao lado de outros movimentos, construir relações democráticas e tecer um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade.

A pesquisa evidencia ainda que a intervenção técnica, a assessoria e instrumentalização dos grupos é condição para a estruturação, sustentabilidade e viabilidade dos empreendimentos. Para Singer, a revivência da

Economia Solidária só se torna possível pelo apoio de instituições governamentais e da sociedade civil...O envolvimento das universidades com a construção da Economia Solidária é particularmente importante, pela capacidade de pesquisa e de elaboração teórica que possuem (SINGER, 2003, p.124).

Destacamos ainda que grande parte dos profissionais que integram essas instituições são Assistentes Sociais, o que confirma a emergência da Economia Solidária como novo espaço sócio-ocupacional para essa profissão. Dada a importância desse desafio, no próximo capítulo, apresentamos uma sistematização de nossa práxis profissional com grupos solidários, enriquecida com os dados e análises trazidos pela presente pesquisa.

Capítulo III

Empreendimentos de Economia Solidária – um Novo Espaço Sócio-Ocupacional para o Serviço Social

Ao longo desse trabalho, várias vezes nos referimos ao contexto atual marcado pelas transformações societárias, econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Nesse momento nos propomos a focar nossa reflexão no fazer profissional do Serviço Social nesta realidade. A pesquisa realizada nos trouxe vários elementos para essa análise, contudo resgataremos também algumas observações realizadas durante o trabalho na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP⁴⁵ da Universidade Federal de Blumenau – FURB.

Essa experiência profissional, acrescida dos estudos realizados no mestrado nos possibilitam afirmar que os empreendimentos de Economia Solidária, caracterizam-se em um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, repleto de desafios próprios de sua natureza multifacetária: econômica, política, social, cultural, ambiental.

Assumimos para essa discussão a concepção defendida por Faleiros (1997) acerca do objeto de intervenção do serviço social, compreendendo-o enquanto processo complexo de relações sociais de poder, classe, etnia, gênero, culturas que se constitui na articulação entre sujeito/estrutura e usuário/instituição, numa perspectiva relacional. Para o referido autor, o objeto profissional se constrói nessas relações, tendo como foco trabalhar as estratégias de intervenção nas diferentes trajetórias individuais e coletivas produzidas (Idem, p.36).

O projeto ético-político do serviço social assume claramente uma perspectiva de questionamento e combate a lógica neoliberal, defendendo a construção da justiça social, da

⁴⁵ A ITCP é um projeto de extensão que desenvolve um trabalho de assessoria interdisciplinar na formação e fomento de empreendimentos de Economia Solidária, objetivando a constituição de grupos organizados na perspectiva de gerar trabalho e renda coletivamente. Nossa atuação no referido projeto ocorreu no período de 2000 a 2003, desenvolvendo a coordenação da equipe de educação, assessoria social e no último ano a coordenação geral do projeto. A assessoria social na ITCP/FURB é desenvolvida pelo Serviço Social em parceria com a Psicologia. Realiza o acompanhamento do processo de integração do grupo, as relações de poder, a participação, a democracia, organização interna, articulação em rede, a afetividade, a identidade do grupo, a comunicação interna, o planejamento, a programação e avaliação das ações.

democracia, da cidadania. Faleiros complementa ao considerar que a prática profissional implica em

desconstruir o próprio contexto neoliberal em que nos situamos para construir o objeto de intervenção nessas condições técnicas, culturais e políticas que estamos vivendo, analisando-se contraditoriamente o capital da informática, da democracia, dos direitos da cidadania no processo de acumulação financeira, de produtividade, da privatização e do desemprego (1997, p.26)

Nesse sentido, as discussões apresentadas anteriormente acerca da proposta da Economia Solidária e do enfoque de gênero estão em consonância com as discussões presentes no Serviço Social.

A pesquisa realizada evidenciou a prevalência dos processos grupais. Da mesma forma, o trabalho realizado na ITCP, centrou-se em abordagens grupais e teve como base as dimensões teórico-prática, ético-política e técnico-operativa como as principais mediações da intervenção. Essas são intrinsecamente correlacionadas, constituindo e dando significado ao exercício profissional. Apesar disso, para fins didáticos vamos abordá-las em seqüência.

A dimensão teórico-prática abrange o escopo teórico que possibilita uma leitura da realidade na sua complexidade, mediando a identificação das demandas e alternativas de intervenção. Compreende “a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais” (GUERRA, 2000, p.60). No espaço dos empreendimentos de Economia Solidária destacamos a valiosa produção teórica acerca das transformações do mundo do trabalho, os estudiosos que contextualizam a emergência da Economia Solidária, as pesquisas acerca da feminilização da pobreza, gênero e trabalho, os debates acerca da práxis profissional, os processos grupais, entre outras. Com certeza realizar esse processo de passagem e concretização dos referenciais, torna-se um desafio diário, haja vista a complexidade da realidade. Uma de nossas entrevistadas demonstra essa preocupação ao relatar sua experiência de ministrar aulas em um curso com a temática da Economia Solidária:

Eu acho que um dos ganhos que eu tive na vida foi de assessorar cursos para a Economia Solidária. Isso te ensina, porque daí você vai falar da prática e ensinar a teoria e isso é um aprendizado sem tamanho! E é uma discussão que eu faço sempre, por exemplo com as Universidades, que estudam só teoria! O dia que nós conseguíssemos fazer com que quem estuda a teoria vivesse a prática no conjunto e de quem tem a prática, pudesse teoriza-la! O salto seria tão grande que nós mudaríamos o patamar da Economia Solidária. Só que a gente não consegue casar isso

direito, por mais esforço de quem estuda venha para a prática ele ainda é muito separado ele se bica e se separa, se bica e se separa. E eu senti esse crescimento em mim quando eu fui teorizar a minha prática, que eu fui dar cursos sobre aquilo que eu faço, sobre o que eu sonho, sobre o que eu acredito, só que eu fui dar teoria, eu não fui só falar da minha prática. Eu não fui lá dar uma aulinha, de palestra para contar como é o empreendimento, eu dei um curso de três meses direto falando de vendas, relações interpessoais... eu tive que fazer toda a teoria com a minha prática. Então teorizar a tua prática te faz crescer muito(Rosa)

Essa fala expressa o quanto é desafiante vivenciar a dimensão teórico-prática, de forma articulada, fazendo com que a apreensão teórica ilumine o fazer e vice-versa.

A dimensão ético-política funda-se nos valores democráticos e humanistas presentes no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Destacamos a importância do reconhecimento da cultura, das relações de gênero, dos valores, da etnia, da história dos grupos que constituem os empreendimentos de Economia Solidária, bem como do papel socioeducativo do/a Assistente Social, com vistas a participação, emancipação, autonomia, politização, empoderamento de cada sujeito e dos grupos concomitantemente. A função educativa do/a Assistente Social se estabelece através de relações pedagógicas que favorecem a participação dos sujeitos envolvidos com conhecimento crítico da realidade, identificação dos recursos institucionais, construção de estratégias coletivas, mobilização e instrumentalização de suas lutas e manifestações (CARDOSO e MACIEL, 2000). Nessa dimensão destacamos a importância do processo de acompanhamento profissional aos grupos, na medida que em muitos empreendimentos é o/a Assistente Social o principal responsável por instrumentalizar o grupo, mediar os conflitos, socializar as informações. Referente a administração de conflitos, destacamos os depoimentos de duas mulheres entrevistadas:

Segunda-feira vem todas... As vezes a gente pede ajuda pra MK (Assistente Social da SEMAS), porque as vezes a pessoa de fora é mais fácil do que alguém de dentro falar (Joana).

A gente faz uma reunião por semana e senta pra conversar e tem a assessoria da Incubadora e nós sentamos pra lavar a roupa suja, o que está incomodando, o que não está gostando, esse tipo de coisa. O que tem pra falar fala ali e não fica falando por trás (Rosana).

O debate acerca das diferenças e conflitos que emergem no grupo, caracterizam-se em oportunidades de exercitar a democracia, o respeito, a escuta, a diversidade de opiniões. Em uma proposta de Economia Solidária, esses debates adquirem uma importância maior,

dado o desafio de efetivamente não reproduzir as relações competitivas, excludentes e autoritárias tão presentes na lógica capitalista. Há que se reforçar que os grupos em hipótese alguma estão alheios a essas influências, contudo ao constituírem um empreendimento nessa perspectiva, assumem a busca de construir relações solidárias e cooperativas. Nesse sentido, o domínio da dimensão ético-política possibilita uma intervenção comprometida com os **trabalhadores/as**, bem como com um projeto societário democrático.

A dimensão técnico-operativa traduz-se nas estratégias e táticas que compõem a intervenção profissional de acordo com as diferentes realidades. Não limita-se a uma ação instrumental, pois está conectada com as dimensões acima mencionadas. Assim, requer que o profissional elabore “instrumentos dinâmicos de documentação para captar as relações” (FALEIROS, 1997, p.54). Neste sentido, a pesquisa recebe destaque pois possibilita uma leitura apurada de elementos da realidade, bem como dados qualitativos e quantitativos das demandas identificadas. Enfatizamos ainda a utilização da reunião, do planejamento, monitoramento, avaliação, dinâmicas, entrevistas, visitas domiciliares, relatórios, e encaminhamentos.

A articulação dessas três dimensões garante o embasamento para a ação profissional, exigindo do/a assistente social uma postura criativa, investigativa, propositiva e comprometida. Diante desse desafio, Faleiros considera a inexistência de um conjunto de passos preestabelecidos e a premência de uma

profunda capacidade teórica para estabelecer os pressupostos da ação, uma capacidade analítica para entender e explicar as particularidades das conjunturas e situações, uma capacidade de propor alternativas com a participação dos sujeitos (1997, p.64).

Neste sentido, afirmamos que a atuação profissional no espaço da Economia Solidária tem suas especificidades. A principal delas é o fato que o/a Assistente Social realiza a assessoria, a instrumentalização dos grupos e das redes, não oferecendo um serviço ou algum benefício ligado a uma política pública. Neste sentido, o desafio está no estabelecimento do vínculo, da confiança e da parceria com os grupos, haja vista que são os trabalhadores e trabalhadoras os sujeitos que constituem o empreendimento e que efetivamente constroem a Economia Solidária.

A partir dessa perspectiva a atuação profissional recebe outros contornos, pois tem como base uma organização de trabalhadores/as, que coletivamente acessam trabalho e renda. São eles/as que através de seu saber e de sua mão-de-obra concretizam o empreendimento e reivindicam uma política pública de trabalho que tenha a Economia Solidária como um de seus eixos. O profissional é o parceiro, aquele que socializa informações, que discute, que contribui, que orienta. Queremos dizer com isso, que a Economia Solidária requer uma postura mais igualitária diante de seus sujeitos, que realmente valorize os diferentes olhares, histórias, trajetórias e saberes.

A partir desse alicerce, apresentamos no próximo item um esforço de sistematização de algumas observações e registros que se evidenciaram ao longo da pesquisa realizada e durante o trabalho na ITCP/FURB.

3.1 Os grupos e as categorias identidade, poder e relações de afeto.

A organização grupal é uma característica intrínseca à Economia Solidária. A dimensão individual não é desprestigiada, haja vista que as pessoas possuem necessidades diferenciadas, trajetórias pessoais e distintas prioridades. Entretanto a construção do coletivo é constituída e constitui o individual, numa relação complexa e interativa.

Desta forma nossa concepção de grupo, traduz-se através da compreensão da palavra processo. Grupo se constitui a partir de um processo contínuo de construção do NÓS, onde em um primeiro momento temos um conjunto de EUs, com diferentes visões de mundo, trajetórias de vida, culturas, etnias, valores. O EU de cada integrante interfere na elaboração do NÓS, do coletivo. Saffioti contribui com essa reflexão ao abordar a concepção da relação EU – OUTRO.

Nesta ótica, cada ser humano é a história de suas relações sociais. Ora o ser humano não entra em relação com apenas um OUTRO, mas com incontáveis OUTROS. Não se trata, por conseguinte, de uma relação diádica de oposição. (...) Quando se concebe o EU e o OUTRO como seres análogos, as relações entre as pessoas se processam através da identificação e da diferenciação(...). Os seres humanos só podem ser adequadamente entendidos na suas relações com outros seres humanos. Deste ângulo, a pessoa é entendida como ser relacional e histórico (1992, p.210).

O processo requer identificar as singularidades dos sujeitos envolvidos, bem como as mediações, as particularidades e as especificidades que diferenciam cada grupo. A motivação para a formação de um grupo é dada pela identificação de algum objetivo comum, uma meta, um problema, uma reivindicação, uma necessidade. Rubini afirma que

o grupo é movimento constante de desenvolvimento sem jamais atingir uma totalidade estruturada. O grupo se trabalha, assim, constantemente. É uma práxis comum, grupal, com seus componentes estabelecendo uns com os outros relações que constituem o grupo (1988, p.151).

Os grupos têm um significado diferenciado para as mulheres entrevistadas, pois representam uma possibilidade de aprendizado, de crescimento, de valorização, de empoderamento, de emancipação como pessoa e como ser mulher. Ao perguntarmos o que aprenderam ao fazer parte de um empreendimento de Economia Solidária, uma de nossas entrevistadas afirmou:

Acho que esse lado assim de ser mais sociável, de aprender a escutar, a conversar, a respeitar a opinião das outras (Joana).

A práxis grupal traz possibilidades e também muitos desafios, dificuldades, inerentes a convivência, as concepções individuais, as diferentes visões de mundo. Coexistem conquistas e retrocessos, solidariedade e competitividade, cooperação e individualismo, numa complexa rede de relações influenciadas e tecidas por cada sujeito que integra o grupo.

Nesse sentido, é fundamental desenvolver o hábito da leitura intermitente da realidade, que possibilita apreender a dinâmica do processo grupal, as características de cada componente, as necessidades individuais, as demandas em comum, as potencialidades, as alternativas apontadas pelo próprio grupo.

A prática da leitura da realidade nos revelou três categorias que constituem a formação de um grupo: identidade, relações de afeto e poder. Essas são interdependentes e transversais no processo grupal.

A Identidade pode ser compreendida como um conjunto de elementos em permanente construção que definem a particularidade de uma pessoa ou grupo. Esses elementos podem ser denominados de marcadores sociais (LOURO, 1997, p.43) de gênero, raça, etnia, classe, credo, vinculação com o território, cultura, valores, poder, afetividade.

Recebendo a interferência desses marcadores⁴⁶, a identidade está em constante processo de construção e reconstrução. Segundo Louro, as identidades são: “plurais, múltiplas, se transformam, não são fixas ou permanentes”(1997, p.24).

Lisboa entende identidade como “uma multiplicidade de relações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro. A identidade é constituída num processo, está sempre incompleta, sendo formada, mas socialmente necessitando ser reconhecida (2003b, p.01).

Basta pensarmos a multiplicidade de papéis desenvolvidos por uma mulher: mãe, trabalhadora, esposa, amiga, cooperada, casada, solteira, separada, viúva, desempregada, alfabetizada ou não, entre outros. Todos esses marcadores constituem a identidade individual, que influencia e é influenciada no contato com outras identidades individuais. Estas constituem as identidades coletivas ou grupais, que se caracterizam através de uma “alquimia” (CASTRO, 2002) de múltiplas individualidades e subjetividades, onde o todo é maior que a soma das partes⁴⁷.

Sendo assim, a construção da identidade é processual e relacional, vai sendo tecida ao longo dos contatos, do estabelecimento de vínculos, da comunicação entre os sujeitos, da partilha de sentimentos, histórias, ideais, da identificação de objetivos comuns. “É um conjunto de referências culturais em que se funda o sentimento de pertença a um grupo (...) desenha não uma série de significações ou um sentido, mas um sistema de valores que define a unidade de um grupo” (WIEVIORKA, 2002, p.168).

Destacamos aqui a fala de uma entrevistada que ao relatar sua trajetória afirmou: “*eu sou construída dentro de grupos*”(IMB)! Essa convicção denota sua compreensão do processo de construção da identidade.

Outra entrevistada fez referência a auto-estima: “*tu só pode dar amor ao próximo se tu te amar a ti mesmo, olhar no espelho e dizer: Poxa! Como eu tô linda hoje*”(UM)!

⁴⁶ Hita ao discutir a questão da identidade, utiliza a conceito de posicionalidade situacional desenvolvido por Donna Haraway. “Posicionalidade situacional significa que eu sou atravessada por um conjunto de diversos fatores ou marcadores tais como sexo, gênero, classe, raça, religião etc. No caso, esses marcadores fazem de mim ser uma mulher latino-americana, de classe média, raça branca, com socialização católica...etc. Desta forma, falar a partir desta posição compõe minha visão de mundo e me permite me inserir nele de uma maneira específica, me faz ‘estar no mundo’, de forma diversa à de outras pessoas que têm trajetórias e características distintas das minhas” (2002, p.345).

⁴⁷ O processo “alquímico” representa a geração de um *Alter*, fruto de múltiplas determinações e origens que converge para as identidades coletivas que são tecidas através das relações e das fronteiras entre as identidades individuais.

A melhoria da auto-estima é resultado da valorização no grupo, do acesso a qualificação, da ampliação das capacidades de trabalho, do acolhimento no grupo, do sentimento de pertencimento e de ter referência.

A identidade coletiva dos grupos de Economia Solidária tem uma forte vinculação com a necessidade comum das/os integrantes de acessar a trabalho e renda. Referente às entrevistadas, observamos que essas demonstram também a necessidade de reconhecimento, valorização, amizade, cooperação; conforme o depoimento abaixo:

Eu gosto muito do grupo, eu acho muito bonito o que aconteceu aqui e o que acontece. Eu tenho muito orgulho, eu acho demais isso que acontece das raças, das diferenças, de ter mulheres que tem estabilidade financeira e outras que dependem da renda mínima e nós conseguimos caminhar juntas, uma olhando pela outra. Eu acho isso muito bonito a preocupação que uma tem com a outra. As vezes a gente discute os problemas e pensa como a gente pode ajudar a fulana (Joana).

Wieviorka complementa que a emergência de uma identidade coletiva supõe:

a vontade de operar uma alteração do estado de coisas de molde a permitir a auto-afirmação. Mas requer, por outro lado, recursos culturais e simbólicos, mais que econômicos, que permitam aos atores definir-se em termos positivos, e não apenas por referência a uma privação ou estigma (Idem, 2002, p.153).

Esses recursos culturais e simbólicos encontram representatividade nas relações de reciprocidade, de solidariedade, de amizade, de afeto. Compreendo relações de afeto⁴⁸ como tudo que afeta as relações, os vínculos, os sentimentos, os medos, os conflitos, a subjetividade, as empatias, simpatias e antipatias, os desejos de aceitação, de inclusão. Fridemann (1996, p.33) contribui com essa reflexão ao afirmar que “como seres morais, temos não apenas vontades ou desejos, mas também necessidades, entre as quais as psicossociais de afeto, auto-expressão e estima, que não estão disponíveis como bens, mas que surgem diretamente do contato humano”. Essas necessidades são tão importantes quanto o acesso a renda, a bens. É o que mostra o depoimento abaixo:

o mais forte do grupo é essa união, que vence até esse lado financeiro, porque de repente se cada uma quisesse sair daqui ia ganhar mais, mas a gente aposta muito nisso aqui (Joana).

Outra entrevistada refere-se ao grupo como suporte diante do abandono do esposo, reforçando a importância do afeto, do acolhimento:

⁴⁸ Lisboa também faz referência a essa dimensão ao afirmar que o “trabalho cooperativo envolve um forte componente de afetividade, de contato, de interação humanos, de cuidados mútuos (2003, p.244).

eu criei um vínculo muito grande com as pessoas, sabe a solidariedade das pessoas, a amizade, o carinho, a força que eles me deram justamente no momento que eu estava atravessando uma fase muito difícil da minha vida, que não deixou eu cair numa depressão(Juracy).

Destacamos também o depoimento de Luzia que atribui a superação da dependência alcoólica à participação no empreendimento: “*Eu era uma alcoólatra, ia buscar dinheiro na rua, esmolando*”.

A percepção da importância das relações de afeto, traz a tona a valorização do toque, do olhar, da sutileza, da sensibilidade, do exercício de colocar-se no lugar do outro, da escuta, da troca, da emoção. Neste sentido, compactuamos com Saffioti(1992, p.208) quando defende uma “epistemologia feminista que não despreza a emoção enquanto via do conhecimento, mesmo porque a emoção pode muito bem fecundar a razão”.

A perspectiva da Economia Solidária complexifica ainda mais o processo de construção das identidades individuais e coletivas, a medida que propõe o desenvolvimento de práticas democráticas de organização do trabalho, da produção e das relações. Inseridos/as em uma sociedade concorrencial e hierárquica, pautada em uma cultura capitalista e individualista, os/as integrantes dos EES vivenciam a contradição de tecer uma ética de trabalho de cooperação, de solidariedade, de autonomia. Neste sentido,

não podemos falar de processo homogêneo e harmônico de construção identitária dos sujeitos trabalhadores em configurações solidárias. (...) a identidade de ser alguém autônomo em uma sociedade heterônoma não é simples, mas os empreendimentos solidários têm demonstrado uma possibilidade real nesta via (TRAJANO & CARVALHO, 2003, p. 175).

Essa desafiante “alquimia” contém a possibilidade do crescimento pessoal e do grupo, da superação da subalternidade, do desenvolvimento das potencialidades, enfim do empoderamento.

O desafio posto ao trabalho profissional é justamente contribuir na trajetória de tecer a identidade do grupo. A atuação junto aos grupos assessorados pela ITCP/FURB, demonstrou a importância da percepção da identidade coletiva pelos integrantes para o desenvolvimento do trabalho coletivo. Da mesma forma, a experiência da pesquisa enfatizou as nuances dos grupos, suas especificidades e desafios.

Os grupos de Economia Solidária geralmente iniciam a partir de uma necessidade financeira. No entanto, ao assumirem o desafio da cooperação, da solidariedade, da

autonomia, da democracia, começam um processo de desconstruir referenciais acerca do modo de trabalhar, da gestão, da tomada de decisões. Essa realidade requer de cada integrante o sentimento de pertença ao grupo, seu envolvimento, dedicação, coresponsabilidade, transparência, comunicação e principalmente a construção de uma outra relação de trabalho pautada na autogestão. Para Carvalho organizações com autogestão são

Organizações nas quais todos os membros passam por um processo de auto-emancipação como grupo e como indivíduo. No desenrolar desse processo de auto-emancipação todo trabalhador/a se beneficia com o crescimento de todos/as, portanto a riqueza do grupo pertence a cada um em particular e ao mesmo tempo a todos/as (1983, p.99).

Os depoimentos abaixo retratam esse processo autogestionário nos grupos:

Aqui todo mundo trabalha com tudo, manipulação de alimentos, serviço de Banco, atendimento ao telefone, atendimento das encomendas(Rosana)

Na autogestão as decisões são tomadas em grupo (Maria)

*A gente se comunica bastante, se tem problemas a gente já passa em reunião. Com relação aos conflitos a gente tem que ser um pouco tolerante também, entender conversar e se eu tô errando que as pessoas mostrem, porque senão a gente acaba fazendo errado toda a vida e acha que está bom. Não precisa gerar briga, um bom diálogo é a chave principal, ter confiança um no outro e **investir na comunicação*** (Cida).

O debate da autogestão nos remete a categoria poder, identificada por nós no processo grupal. O processo de tomada de decisão, a distribuição das tarefas, responsabilidades, papéis faz emergir as correlações de poder no grupo.

Novamente a referência ao debate trazido por Faleiros (1997) nos esclarece, ao compreendermos a dinâmica relacional e assimétrica do poder, ao termos presente que

as relações de poder perpassam o cotidiano dos indivíduos e coletivos na particularidade do processo de fragilização de uma mediação das relações complexas que envolvem tanto a identificação social e cultural como a autonomia, a cidadania, a organização, a participação social (1997, p.41).

A partir dessa referência, o trabalho com o grupo evidencia o poder de cada um, o poder do voto, o poder da fala, da decisão coletiva. Uma das estratégias utilizadas para exercício do poder é o rodízio de tarefas dentro do grupo. O rodízio além de distribuir poder, possibilita a apreensão de todo o processo de trabalho do empreendimento, gerando melhores condições para a tomada de decisão com assertividade. Outra estratégia é o

empenho para que todos/as participem de atividades educativas fora da cooperativa, valorizando a presença e contribuição de cada integrante.

A gente se ajuda, faz de tudo. Tem rodízio nos cargos da diretoria de dois em dois anos (Marilu).

A gente tenta fazer um rodízio das funções para todos saberem todos os serviços (Maria).

Questionamos as entrevistadas acerca de sua concepção de poder. Importante destacar que algumas tiveram dificuldades de formular um conceito, contudo pelo fato de vivenciarem relações de poder no grupo, trouxeram suas impressões e reflexões. Outro dado a ser ressaltado, refere-se ao fato de as entrevistadas demonstrarem não terem parado antes para pensar sobre o poder. Neste sentido, a pesquisa proporcionou um dar-se conta, uma parada e a visualização que as relações são permeadas por poder e que este pode também ser compreendido e concebido de várias formas, como demonstra o depoimento a seguir

Tem dois tipos de poder na minha opinião. Tem aquele poder que a pessoa se acha, eu posso tudo, eu consigo tudo. E tem aquele poder coletivo, de decidir junto com o grupo. Posso trocar um pouco por tomada de decisões? Acho poder uma palavra muito pesada. As vezes eu me sinto mais capaz de tomar decisões, as vezes eu não consigo. Tomar uma decisão importante eu ainda não consigo (Maria).

Esse depoimento reforça a concepção de poder como algo que não é estático, mas sim uma prática social, construída historicamente. Neste sentido, o poder permeia, produz coisas, forma saber, possibilita crescimento. No senso comum, poder geralmente é associado ao mando, ao autoritarismo. Neste sentido, a prática da autogestão explícita e potencializa a repartição do poder, a socialização, a valorização de cada pessoa e a ampliação da concepção de poder. Os depoimentos abaixo expressam essa dualidade:

Poder está ligado diretamente com mandar, tem poder, quem tem poder de mandar, de decidir. Não precisa ser ruim, depende de como vai trabalhar com isso. Depende de como vai usar o poder, pode usar o poder de decisão pra fazer coisas boas, pode também abusar, extrapolar. Por exemplo, no trabalho eu tenho poder de influenciar numa decisão, poder de contribuir nas decisões (Rosana)

Poder eu acho que é uma coisa muito boa. As vezes eu tenho medo e dificuldade de lidar com o poder. Poder é uma coisa que te engrandece, que te dá liderança, caminho, iniciativa, decisão, que te dá alternativa,

saída, busca. Poder de falar em uma reunião, de dar a tua opinião, de se empoderar da tua opinião, independente do que pensam dizer da tua opinião. O Poder de ter iniciativa! (Rosa)

Os debates que enfocam a perspectiva feminista, das mulheres e de gênero têm abordado a participação das mulheres na mudança radical acerca da concepção de poder, defendendo o poder da afirmação, da valorização em contraposição ao poder do domínio, do controle, da opressão.

Destacamos a discussão de Lagarde (1996, p.208-209) que enfoca a desconstrução do poder fundado na superioridade masculina, defendendo o poder das mulheres baseado na mudança de normas, crenças, costumes, práticas sociais; conformado por um conjunto de suportes, recursos e condições vitais como o poder de enfrentar a vulnerabilidade de gênero; de não serem violentadas; poder de afirmarem-se e ter um espaço no mundo; de acessar a recursos e a satisfação de suas necessidades; de intervir com paridade nas decisões; poder de estabelecer relações equânimes com os homens, de terem suas culturas reconhecidas e respeitadas, enfim poder de serem as protagonistas de suas histórias, de constituírem-se em sujeitos históricos. O depoimento abaixo exemplifica a vivência desse enfoque de poder por uma mulher.

Poder, que eu entendo é uma coisa que todo mundo pode, ter um poder. Tem muitas mulheres que se intimidam com isso e não querem descobrir que elas também têm um poder. Que poder não é só patrão, governo, é o poder sobre ti!! É igual eu, eu me intimidava pra certas coisas da vida, eu fechei minha vida em função do trabalho, família e de repente eu descobri que eu tenho um poder maior dentro de mim, um poder de tocar um negócio próprio, poder de ser solidária com os outros, poder de voltar a estudar, eu acho que isso aí é um poder meu, eu adotei o poder que eu tinha dentro de mim, fazendo tudo que eu não fazia antes, descobrindo que nunca é tarde pra nada e que eu posso, eu vou fazer, sou capaz e vou conseguir. Isso que eu acho que é um poder (Juracy)

Outra entrevistada reforçou a concepção de poder e de tomada de poder a partir da relação grupal, da mútua ajuda, da conquista de mudanças fundadas no debate coletivo, no pertencimento a um grupo. Fridemann também faz referência a esse potencial ao afirmar que as “mulheres que trabalham com outras mulheres em projetos como cooperativas de produção, movimentos políticos ou grupos de apoio mútuo, podem conseguir bastante mais que uma mulher isolada trabalhando só para si” (1996, p.125). Os depoimentos que seguem explicitam o vigor e a força do grupo:

Eu acho que na mão de uma pessoa, pelo que eu entendo por poder não é bom. Mas um grupo ter um poder assim de se levantar do nada, como nós!. Tantas coisas que nós ouvimos: é um bando de mulher que não tem o que fazer, não vai dar certo, nessa comunidade nada dá certo. Então eu acho que isso deu um poder assim pra gente. Tanto que agora na política, não cansam de gente querer vir aqui. Então acho que nós temos um poder. Não um poder de humilhar, mas um poder de nós mesmas de superar as nossas dificuldades. É um outro tipo de poder (Joana).

Poder é amar de verdade, poder dizer para as pessoas eu estou aqui vamos resolver juntas o problema. Poder trabalhar, ter paz, vencer juntas (Cida)

Apesar da maioria das entrevistadas ressaltarem a positividade do poder, destacamos uma delas que relaciona poder à ameaça, à violência, à “superioridade” masculina através da força, da agressão verbal. Afirma:

*Poder é o que uns tem aqui dentro e outros não. Poder é daquele que chega e ameaça. Poder daquele que bebe e vem aqui dar uma de **machão**, que grita!. Na verdade quem está com a faca na mão ameaçando é que é o medroso (Luzia).*

Ao ser questionada se ela se acha uma mulher com poder, a mesma responde:

Não, eu não tenho poder. Quer dizer, eu tenho poder assim se eles vêm com quatro pedras na mão eu digo: Pode sair fora!. Eu não tenho medo, tenho educação. Eu costumo chegar e perguntar quais são as idéias do outro. Eu chego junto. Talvez ter educação seja outro tipo de poder. É pensando bem, eu tenho o meu poder! (Luzia).

Destacamos esse depoimento, pois a entrevistada demonstra primeiramente um lado do poder que oprime, que discrimina, que intimida. Ao mesmo tempo ao enfrentá-lo expressa o poder da escuta, da educação, do respeito. Interessante também que a reflexão possibilitou a mesma perceber a sua atitude, o seu poder.

Ressaltamos ainda duas entrevistadas que relacionam poder com ajuda, preocupação, compromisso, solidariedade para com os outros. No universo feminino, essa atitude é facilmente compreendida dada a trajetória de muitas mulheres de exclusão, de silenciamento e de discriminação. A busca de alternativas, o apoio, a prática do cuidado com o outro são características femininas que humanizam as relações e que as empoderam também.

Poder que eu entendo é quando a gente pode fazer as coisas. Poder ajudar as pessoas, por exemplo, como eu já ajudei e quando for preciso eu ajudo (Marilu).

Por exemplo, chega uma pessoa aqui na fábrica, desempregada, precisando de ajuda, de dinheiro para comprar um leite. Eu não dou dinheiro, dou trabalho, eu ensino ela fazer o crochê, eu quero que ela compre o seu próprio leite, que ela não fique dependendo, quero que ela pesque o próprio peixe, não que ganhe. Então eu ensino, eu ajudo, perguntando o que a pessoa sabe fazer (Maria).

Os depoimentos demonstram que as entrevistadas vivenciam o poder de forma diferenciada. A concepção de poder de cada uma é resultado de suas vivências, de suas experiências e das oportunidades acessadas de desconstruir conceitos, crenças, valores pré-determinados, instituídos e fixados a respeito do poder.

É fundamental que a intervenção profissional seja embasada na identificação das concepções e dos “tipos” de poder que permeiam as relações nos grupos.

Em uma proposta autogestionária, torna-se vital contribuir com o debate coletivo, desmistificando a centralidade do mando, da autoridade ou do autoritarismo e da liderança geralmente associadas a noção de poder.

As três categorias trabalhadas: **identidade, poder e relações de afeto** se interpenetram, se correlacionam, sendo que a percepção das mesmas no processo grupal otimiza e instrumentaliza a intervenção profissional, exigindo um olhar ampliado, que incorpora a complexidade das relações sociais, seus determinantes sócio-históricos e principalmente que rompe com esquemas pré-concebidos.

Esse olhar ampliado requer uma atitude investigativa, a recuperação da dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, criatividade, clareza ético-política e teórico-metodológica.

3.2 O instrumental técnico-operativo.

Destacamos alguns instrumentos que compõem a dimensão técnico-operativa, enfatizando que a utilização dos mesmos e sua concepção só tem sentido se conectada e embasada nas dimensões ético-político e teórico-metodológica. Couto reforça a relevância desse debate ao afirmar que o/a Assistente Social

deve ter claro a importância dos elementos técnicos operativos que compõem sua intervenção. Elaborar relatórios, pareceres, realizar entrevistas, visitas domiciliares, investigação, planejamento, trabalhos com grupos e comunidades são elementos constitutivos do processo de

trabalho. É preciso qualificar esse processo, dando consistência a esses instrumentos (1999, p.210).

Diante disso, iniciamos pela elaboração do diagnóstico, instrumento utilizado durante todo o processo de intervenção, partindo da premissa que é fundamental manter um olhar investigativo, que busca na prática cotidiana desvelar as relações, identificar as representações, os significados, os avanços, as trajetórias, os percursos de cada mulher e homem, de cada grupo, comunidade, território. Faleiros contribui ao sugerir a construção de “indicadores de processo” (1997, p. 195), que possibilitem a apreensão da conquistas individuais, da construção da identidade coletiva, dos laços de afeto, das correlações de força, das contradições, dos consensos.

Dada a especificidade de um empreendimento de Economia Solidária, o diagnóstico compreende também o estudo de viabilidade econômica do empreendimento, que geralmente é feito em parceria com um profissional da área econômica ou administrativa. A viabilidade econômica compreende a relação custo benefício da atividade econômica, as possibilidades de inserção, permanência ou expansão de mercado, a qualidade do produto ou serviço, o volume de produção e demanda. Considerando o desafio assumido por esses grupos de vivenciar a autogestão, esse processo de diagnóstico é feito com a participação e instrumentalização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Aqui destacamos a reflexão acerca da diferença entre *fazer com e fazer para*. Esse debate permeia a práxis dos movimentos populares, dos grupos que discutem os processos de inclusão, dos educadores que defendem uma prática educativa transformadora e participativa, dos intelectuais orgânicos que atuam na socialização e democratização do saber e da informação. Todos esses atores assumiram o desafio de construir relações de respeito, autonomia, ética e solidariedade. Prática que concebe cada homem e mulher enquanto sujeito sócio-histórico-cultural, que rompe com os reducionismos do saber aos títulos acadêmicos, com a crença da impossibilidade da cooperação, com o egocentrismo e com a pobreza política.

Entretanto para todos esses também se apresenta outro desafio, que é o de superar em si mesmo os condicionamentos capitalistas, individualistas, os preconceitos e, principalmente, a lógica imediatista imposta pela sociedade em que vivemos. *Fazer com*,

exige paciência histórica, humildade, reconhecimento da identidade cultural, corporeificação do discurso, reflexão crítica, compromisso e esperança (FREIRE, 1996).

Outro instrumento bastante utilizado com os grupos de Economia Solidária é a reunião, pois é nesse momento que são socializadas as informações, que são tomadas as decisões, que o grupo exercita o ato de falar e escutar. A preparação da reunião compreende definição de pauta, organização do material didático, informativo, preparação do local. Em um grupo de Economia Solidária, a reunião é o momento de avaliação, de partilha, de entendimento, de exercitar a fala, a escuta, o respeito, de administrar as diferenças. O papel do profissional de Serviço Social é muitas vezes de facilitador e mediador do debate, é o responsável por construir com o grupo um processo dialógico e democrático. Reforça-se assim o aspecto educativo da prática profissional do/a Assistente Social, a medida que dedica-se a publicização das informações, a socialização do conhecimento e a valorização do saber de cada integrante. Cardoso e Maciel, afirmam ser incontestável

a função educativa desempenhada pelos Assistentes Sociais nos diferentes espaços ocupacionais. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura (2000, p.142)

O espaço da reunião caracteriza-se em oportunidade de formação, de debate, de vivência. A utilização de dinâmicas de grupo durante as reuniões, possibilita uma maior interação, participação e envolvimento do grupo. A opção por qual dinâmica aplicar é fundamental, pois requer definição e clareza da intencionalidade que se tem com a proposta. Exemplificamos três dinâmicas adotadas com um grupo de mulheres:

- A elaboração de receitas – termo do cotidiano da cooperativa – a partir de ingredientes como: sinceridade, democracia, confiança, espírito de equipe, transparência, o grupo construiu o bolo da cooperação. Essa vivência possibilitou a visualização das questões a serem investidas para aprimorar a cooperação entre o grupo;
- O desenho da cooperativa que temos e a cooperativa que queremos. Prática que explicitou a auto-imagem do grupo, como as estratégias para alcançar o empreendimento que idealizam;

- Vídeo a respeito de um grupo de produção de costureiras, que debatem a dificuldade de garantir a qualidade dos produtos e a importância desta para a permanência no mercado. Essa atividade proporcionou a discussão sobre as reclamações quanto à qualidade dos produtos a partir da situação das costureiras, percebendo a identificação da mesma problemática na produção de pães.

As dinâmicas de grupo contribuem para a visualização de alternativas pelo grupo de forma interativa e inclusiva, facilitam também a participação das pessoas mais tímidas, a explicitação e debate das diferenças e o enfrentamento dos conflitos. Importante valorizar o debate das diferenças, pois o desacordo pode servir para esclarecer, para valorizar e aprender com a diferença.

Desde as mais leves até as mais profundas, as situações de conflito são componentes inevitáveis e necessárias da vida grupal. O conflito tem muitas funções positivas. Ele previne a estagnação decorrente do equilíbrio constante da concordância, estimula o interesse e a curiosidade pelo desafio da oposição, descobre os problemas e demanda sua resolução. Funciona, verdadeiramente, como raiz de mudanças pessoais, grupais e sociais (MOSCOVICI, 1996, p.146).

O processo grupal propicia o entendimento e a compreensão de muitos elementos da realidade. Contudo, não elimina a importância da abordagem individual, considerando que as pessoas têm realidades diferenciadas e que é preciso preservar as singularidades.

Na relação dual, o diálogo é a chave fundamental, que abre para a confiança, para a troca.

O diálogo é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos. Não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. O diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia. Somente o diálogo, que implica num pensar crítico é capaz, também de gerá-lo (FREIRE, 1981, p.93-98).

É através de um atendimento individual que, muitas vezes, ocorrem os esclarecimentos e encaminhamentos para o acesso a serviços e direitos. Uma das estratégias utilizadas também para o atendimento individualizado são as visitas domiciliares, que possibilitam o contato e o conhecimento da realidade de cada trabalhador/a. A proximidade com o espaço de moradia, pode gerar na pessoa tanto o sentimento de valorização por ser

visitado, quanto de vergonha em função de expor sua intimidade. Por isso é fundamental que a visita seja marcada e acordada previamente.

Esses contatos possibilitam o estabelecimento de vínculo, a conquista da confiança, a aproximação das histórias de vida, dos desafios familiares, o conhecimento das demandas individuais. Nesse sentido, os contatos muitas vezes informais contribuem para a compreensão do processo grupal. É no cotidiano que as coisas acontecem, os conflitos, as descobertas, avanços e decepções. Nesse sentido, o acompanhamento da trajetória do grupo é fundamental, pois qualifica a intervenção, facilitando a assertividade e a apreensão da dinâmica grupal. São nesses momentos que ocorrem a construção intermitente da identidade coletiva⁴⁹, os afetos e desafetos, as correlações de forças, o exercício ou não da partilha do poder.

Considerando nossa cultura capitalista, individualista e competitiva, há que se considerar que em um empreendimento de Economia Solidária a

construção de uma cultura solidária e companheira não se dá automaticamente nem da noite para o dia. Ela é resultado de uma lenta e profunda transformação da subjetividade dos próprios associados, que está ligada a processos tanto teóricos como práticos, individuais e coletivos de educação (ARRUDA, 2000, p.95).

Nesse sentido, o/a profissional do Serviço Social tem importante contribuição, na medida que compreender educação a partir de uma concepção ampliada de produção de conhecimento, de aprendizado contínuo e processual, com diferentes ritmos e saberes. Destacamos os fundamentos da educação popular, as experiências do Programa Integrar da Central Única dos Trabalhadores e do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, como referências dessa concepção ampliada que envolve processos de capacitação técnica (cursos por ofício, como por exemplo panificação, costura, marcenaria, vendas, entre outros), formação política (cooperativismo e autogestão, educação para a cidadania, formação de gestores, etc.) e escolar (educação formal e certificada). FREIRE (1981), denomina essa concepção de “Educação Libertadora”, pautada em uma “Pedagogia da Autonomia” (FREIRE, 1996). Arruda e Boff, também defendem essa proposição e a denominam de:

⁴⁹ Lisboa contribui com essa reflexão ao afirmar: se tudo é processo, não se está a ignorar que nem tudo é espontâneo(...) a identidade solidária se constrói ativamente dentro de um processo pedagógico, ou não se constituirá, pois ela não surge de forma automática e mecânica. Isto possibilitará que a Economia Solidária surja enquanto um agente de mudança social e se constitua enquanto força política (2003, p. 07).

educação da Práxis. A concepção de conhecimento da práxis postula como fonte primeira do conhecimento humano a prática; concebe que o ser humano é, ao mesmo tempo, individual e social e, portanto, que o conhecimento humano nasce de sua prática individual e social. Conhecer tem, por conseguinte, um sentido de experimentar, vivenciar e, a partir daí, conceituar, ganhar consciência (2000, p.21).

A pesquisa é outro instrumento essencial no trabalho profissional, pois qualifica a intervenção na medida que desvela e aprofunda o conhecimento da realidade. A realização da presente pesquisa veio confirmar a importância desse instrumento, pois nos possibilitou um aprimoramento na análise, a sistematização das reflexões e o aprendizado com cada entrevistada, com sua trajetórias, conquistas e processos de empoderamento.

A prática da pesquisa garante um novo estatuto a dimensão interventiva ao passo que impulsiona a formulação de respostas, dá concretude aos princípios ético-políticos e sustentação ao fazer profissional. Evidenciamos a utilização das pesquisas qualitativas, que abrangem os significados, as percepções, as falas, opiniões dos sujeitos. Faleiros ao abordar e validar o uso das pesquisas qualitativas, destaca as histórias de vida e afirma que

temos em nossas mãos, milhões de histórias de vida, das quais participamos no cotidiano do nosso trabalho. É preciso que essas histórias de vida sejam inseridas na perspectiva estrutural da história. Essa é uma das alternativas técnicas de pesquisa que nós precisamos reaprender a construir no processo crítico (1997, p.177).

Na ITCP/FURB, esse instrumental foi utilizado para sistematizar a história dos empreendimentos, elaborando um perfil sócio-econômico-cultural-político dos grupos, identificando as potencialidades e necessidades dos cooperados e dos empreendimentos de Economia Solidária. Os dados coletados e tabulados foram devolvidos aos sujeitos pesquisados, objetivando a autovisualização do grupo, com o fornecimento de subsídios para a elaboração de um plano de ação.

Os resultados das pesquisas geralmente são incorporados no planejamento, que é um instrumental técnico operativo que possibilita uma reflexão continuada e sistemática. Partindo da definição dos objetivos, implica um acompanhamento da dinâmica das atividades, a viabilidade e efetividade das metas propostas. Caracteriza-se como um processo contínuo de tomada de decisões, de escolhas, entre diferentes necessidades, estímulos e demandas. Envolve interesses e necessidades diversas dos sujeitos em presença.

O planejamento utilizado com os grupos foi o participativo, objetivando a construção de processos orgânicos, transparentes e eminentemente participativos com cada grupo assessorado. Durante o processo de execução do planejamento, foi realizado o monitoramento, a fim de acompanhar a evolução dos trabalhos a tempo de propor alterações, considerando as mudanças na realidade.

Nesse sentido, a documentação caracteriza-se em instrumento fundamental, pois possibilita a compreensão do processo de cada grupo, seus avanços, as observações, a simbologia que se explicita ao longo da construção de vínculos com os trabalhadores do empreendimento. Subsidiaria ainda que o grupo se perceba, dê continuidade às suas reflexões, como também possibilita que o grupo trabalhe sua auto-estima, através do registro e retomada de encaminhamentos nas reuniões, de visualização das fotos, da sistematização escrita de sua história; elementos que apesar de aparentemente simples trazem um significado peculiar para cada grupo.

O trabalho com grupos de Economia Solidária, suscitam ainda a apreensão e incorporação do trabalho interdisciplinar e em rede. A interdisciplinaridade é fundamental dada a complexidade de um empreendimento econômico, que para ter sustentabilidade e viabilidade precisa se inserir no mercado, desenvolver estratégias de marketing, constituir cadeias produtivas, atender-se as exigências jurídicas e contábeis. Nesse sentido, uma abordagem interdisciplinar demanda a tentativa diária de superar a lógica fragmentada do conhecimento, respeitando as especificidades, enfatizando a troca, o aprendizado conjunto, a interação das diferentes áreas. Lisboa aponta para a necessidade de desenvolvermos um olhar multifacetário, afirma que

carecemos de um pensamento sincrético, polifônico, de perceber que estamos enredados (em-rede) em campos mais amplos que, tanto nos superam quanto são por nós construídos e que se transformam e nos transformam na medida em que nos transformamos, num circuito espiral (2003, p.10).

A articulação em rede possibilita a interdisciplinaridade, além do que na proposta da Economia Solidária, são as redes que garantem a sustentação e viabilidade dos empreendimentos, caracterizando-se em uma de suas estratégias.

O/a Assistente Social, dada toda sua formação e trajetória de trabalho de mobilização e organização traz essa contribuição ao processo de tecer as redes, na medida que estabelece uma relação dialógica de troca, de reconhecimento, de valorização de cada

participante da rede, estimulando o conhecimento crítico, a socialização das informações, o enfrentamento coletivo das dificuldades, a construção de estratégias, enfim a instrumentalização de suas reivindicações.

A constituição de redes de colaboração entre os empreendimentos de Economia Solidária tem a capacidade de romper com o isolamento político dos trabalhadores, gerando co-responsabilidade, sinergia, socialização de experiências e mútua-ajuda. Para Santos e Rodriguez (2002, p.66) “o êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo”.

Outra demanda colocada ao Serviço Social nos empreendimentos de Economia Solidária, refere-se a interlocução com os movimentos sociais de forma geral, considerando que a postura de resistência e questionamento do Movimento da Economia Solidária, requer a articulação com as outras lutas como o Movimento feminista, os debates em torno dos direitos trabalhistas, a questão ambiental, da violência, enfim as diversas formas de combate e questionamento das desigualdades geradas pelo projeto neoliberal.

Diante disso, consideramos a Economia Solidária como um novo espaço ocupacional do Serviço Social. Espaço privilegiado pois ecoa com muitos dos princípios defendidos no projeto ético-político da profissão. No entanto é preciso ter presente a necessidade premente do aprofundamento teórico, do compromisso com a construção de relações democráticas, participativas, de respeito e inclusão; discutindo com criticidade os reflexos do projeto neoliberal na vida cotidiana, bem como usando de criatividade e clareza metodológica para construir com os trabalhadores e trabalhadoras estratégias e propostas.

Considerações Finais

A presente pesquisa discutiu a emergência da Economia Solidária como um dos movimentos de resistência frente aos reflexos trazidos pelas transformações no mundo do trabalho, gerados pelo modelo de acumulação flexível. Os impactos do referido modelo têm repercussões em todas as dimensões da vida: trabalho, organização, acesso a direitos, relações interpessoais, política, economia, cultura, lazer. Imprime uma lógica onde as relações são geridas pelo mercado, as pessoas são vistas como mercadorias e o individualismo e a competitividade direcionam as decisões, as concepções, o olhar.

Esse modelo caracteriza-se por sua perspectiva androcêntrica, predatória, economicista e antidemocrática. Entretanto mesmo com a prevalência dessa lógica, muitos são os movimentos, as pessoas e os grupos que resistem, que questionam, que demonstram sua indignação e que estão comprometidos com a construção de um desenvolvimento alternativo ao vigente, pautado em sustentabilidade, equidade, solidariedade, justiça social.

Os estudos acerca do desenvolvimento apontam que a sustentabilidade é condicionada à distribuição da riqueza produzida, à participação das mulheres nos processos decisórios, a um gerenciamento dos recursos naturais com vistas à garantia de vida das gerações futuras, à valorização das dimensões política, cultural, histórica, enfim a percepção da centralidade da vida humana diante dos arranjos econômicos, sociais e políticos.

Dentre todos esses elementos, destacamos o movimento da Economia Solidária e a perspectiva de gênero como dois vetores que contribuem para a construção de um desenvolvimento alternativo, sustentável. Os princípios que norteiam a Economia Solidária indicam sua potencialidade de estabelecer relações democráticas, participativas e inclusivas, sendo a equidade de gênero e étnica uma meta a ser alcançada pelos empreendimentos solidários.

A perspectiva de gênero defende a efetivação de políticas que considerem as diferenças entre homens e mulheres, sem discriminação, subalternidade e preconceito. A defesa da igualdade no acesso a direitos para homens e mulheres contribui para a construção de uma sociedade efetivamente democrática. No entanto dado o histórico

silenciamento e invisibilidade das mulheres, são necessárias ações afirmativas que possibilitem a politização do gênero feminino e o empoderamento das mulheres.

Dentro dessa perspectiva, a presente pesquisa analisou de que forma as experiências de Economia Solidária possibilitam o empoderamento de mulheres. Realizamos uma pesquisa qualitativa da trajetória ocupacional de oito mulheres trabalhadoras em empreendimentos solidários, identificando os diferentes processos de empoderamento e os diversos ritmos que foram tecidos. Identificamos que nos empreendimentos a relação grupal é importante indicador para a análise da trajetória de empoderamento, pois é através do contato com o coletivo que cada mulher elabora o fortalecimento de sua auto-estima, encontra reconhecimento e pertencimento, acessa a qualificação, exercita a participação, troca experiências, gera trabalho e renda, entre outros.

As trajetórias ocupacionais demonstraram ter a marca de gênero, à medida que as entrevistadas desempenharam atividades “tidas como femininas”: telefonistas, serviços de limpeza e da área da costura, babá, cozinheira. Esse elemento se sobressaiu também ao analisarmos a interferência do cuidado dos filhos ou de parentes na vida laboral ou escolar, sendo que as mulheres saíram do trabalho e da escola para cuidar dos filhos, dos irmãos mais novos ou de parentes.

A pesquisa apontou ainda para o fenômeno da feminilização da pobreza e para o crescimento de mulheres chefes de família, ambos os dados reafirmam a Economia Solidária como um espaço de trabalho para as mulheres, principalmente por buscar garantir a inclusão, o acesso à subsistência e a qualidade de vida a trabalhadores e trabalhadoras que por variados motivos estão excluídos do mercado de trabalho. Evidenciou ainda a importância da efetivação de uma política pública de trabalho que tenha a Economia Solidária como um dos eixos, haja vista que seu fortalecimento requer investimento e priorização na agenda pública.

Pensar uma política pública de trabalho, remonta estruturar formas de redistribuir renda e riqueza produzida, conseqüentemente impõe o questionamento do Estado e do projeto neoliberal hoje instalado. Discutir essas questões exige um posicionamento de quebra com o instituído, com os acordos (clientelistas, paternalistas, protecionistas) da maioria dos governos. Daí a premente necessidade de superar a lógica setorialista das políticas e de conceber a Economia Solidária articulada com “outras políticas como renda mínima, bolsa

escola, saneamento, educação, transporte de massa e produtos, moradia e saúde (...) permitindo bases econômicas mais autônomas e dinâmicas” (VEIGA, 2002, p.08).

A análise dos dados possibilitou visualizarmos os limites, desafios e conquistas da Economia Solidária, sendo imprescindível perceber o mosaico que constitui esse movimento. Compreender a resistência, a contra-posição requer decifrar a trama, a rede tecida pelos sujeitos dessa proposta, que em parceria com as organizações não governamentais, igrejas progressistas, alguns governos municipais e estaduais, sindicatos, movimentos sociais e a SENAES têm buscado vivenciar diariamente a transformação, a mudança, a transgressão.

Essa busca encontra suporte no projeto ético-político do Serviço Social, que comprometido com a democracia, com a cidadania, com a igualdade se contrapõe aos ditames do neoliberalismo e defende a construção de uma sociedade justa, equânime e participativa. Para tanto, os profissionais que assumem esse projeto encontram na Economia Solidária um novo espaço sócio-ocupacional que necessita de intelectuais que em sua práxis realizem a socialização do conhecimento, incrementem o processo de politização, estimulem a participação, contribuam para a concretização de processos autogestionários, proponham políticas, subsidiem o controle social, entre tantas outras demandas.

A sistematização de nossa intervenção na ITCP/FURB, acrescida dos dados trazidos pela pesquisa nos possibilitou apresentar alguns elementos que permeiam o trabalho com empreendimentos de Economia Solidária. A tríade identidade, relações de afeto e poder constituíram nossa base de análise do processo grupal, destacando alguns instrumentos que contribuem para a intervenção do Serviço Social.

Nos cinco grupos pesquisados, é forte a atuação do Serviço Social através da equipe da ITCP/FURB e dos técnicos das Secretarias Municipais de Assistência Social e Trabalho e Renda do município de Blumenau. Nesses locais os/as profissionais do Serviço Social desenvolvem um trabalho interdisciplinar, sendo fundamental esse enfoque frente à complexidade dos empreendimentos. Destacamos que seria muito instigante analisar o impacto dessas assessorias nos referidos grupos, contudo esse não era nosso foco na presente pesquisa. Apresentamos aqui a sugestão para uma futura investigação, na certeza que para muitos empreendimentos é justamente a atuação do agente externo o determinante

no enfrentamento das inúmeras dificuldades (baixa escolaridade, falta de experiência em gestão, cultura da subordinação, conflitos, etc).

Duas outras temáticas emergiram como propostas de futuros estudos: a participação das mulheres na história da Economia Solidária e a interferência dos novos movimentos sociais na constituição da Economia Solidária, considerando que esta contempla e partilha concepções discutidas e construídas na práxis desses movimentos, como por exemplo: a valorização do saber popular, a busca por relações equânimes, a defesa dos direitos sociais, entre outras.

Concluimos afirmando que a presente pesquisa reforçou a necessidade de nutrir a utopia, a esperança, à busca de alternativa, à crença nas pessoas. Não encontramos respostas, saídas estruturadas, organizadas, mas sim trajetórias percorridas marcadas pela luta, pelo inconformismo e indignação, pela defesa dos direitos à vez e voz. As mulheres entrevistadas, com diferentes histórias de vida, têm muito a nos ensinar acerca da sobrevivência, do trabalho, do sofrimento, da ternura, da construção do coletivo, da solidariedade e da cooperação. São mulheres que misturam a fortaleza e a fragilidade, que mesclam o sonho e a realidade, a opressão e a violência com a emancipação e liberdade, que estão trilhando, caminhando, se empoderando e que junto com outras mulheres e homens apostam na alternativa encontrada, reivindicam, calam, se submetem, reclamam, se organizam, transgridem.

Essa sinergia, essa alquimia para ser compreendida, precisa ser vivenciada. Neste sentido não foi suficiente estudar, analisar, pesquisar, foi preciso olhar a fundo, viver, sentir e comprometer-se. Está colocado o desafio para os estudiosos dessa temática!

Bibliografia

- ADS SUL. **Projeto de Formação em Economia Solidária**. 2001. (mimeo)
- ADS SUL. **Folder**.
- ALMEIDA, Jalcione. A Problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: **REDES**. v.1. n° 2. Santa Cruz do Sul, dez. 1996. p. 9-16.
- ANTEAG. Educar para a autogestão. In: **Alternativa Concreta de Radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidária e sustentável**. Porto Alegre. Fórum social mundial, 2002.
- ARRUDA, Marcos. O “feminino criador”: socioEconomia Solidária e educação. In: ARRUDA, Marcos, BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Rio de Janeiro: vozes, 2000.
- ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Rio de Janeiro: vozes, 2000.
- ASSMANN, Hugo & MO SUNG, Jung. **Competência e sensibilidade Solidária: Educar para a esperança**. Petrópolis: vozes, 2000.
- ÁVILA, Maria Betânia (org). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001
- BEIJING, Quarta Conferência Mundial da Mulher**, 1995. In: <http://www.un.org/womenwatch/daw/Beijing/platform/index.html>. Acessado em 02/10/2004.
- BESSA, Fabiane L.B.N. et al. **Proposta de Indicadores para um Balanço Social de Cooperativas Populares**. Curitiba, 2001. 25p. (mimeo)
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. Desenvolvimento sustentável e estratégia solidária. In: **Revista Proposta n.75**. Rio de Janeiro: fase, dez/fev 1997.
- BOISIER, Sergio. Modernidad y Territorio. In: **Cuadernos Del ILPES**, Santiago de Chile, 1996
- BOISIER, Sergio. El Desarrollo territorial a partir de la Construccion de Capital Sinergético. In: **REDES**. v.4. n° 1. Santa Cruz do Sul, jan/abr 1999a. p. 61-78.
- BOISIER, Sergio. Post-Scriptum sobre Desenvolvimento Regional: Modelos Reais e Modelos Mentais. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n° 19. jun 1999b. p. 307-339.
- BRUSCHINI, Cristina. Mudanças e Persistências no trabalho Feminino (Brasil, 1985 a 1995). In: SAMARA, Eni de Mesquita (org). **Trabalho Feminino e Cidadania**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- CANDELORI, Roberto. Atualidades: O consenso de Washington e o neoliberalismo. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de novembro 2002.

CARDOSO, Franci Gomes e MACIEL, Marina. Mobilização social e práticas educativas. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4. Brasília: Unb, 2000, p.139-149.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos da Cáritas Brasileira**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1995.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão e o nascimento das ONGs**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTRO, Mary. **Feminização da pobreza e empoderamento das mulheres: conceitos em debate**. Porto Alegre, 2002.

CATTANI, Antonio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: veraz editores, 2003, p.9-15.

CAVALCANTI, Clovis. Desenvolvimento e respeito à natureza: uma introdução termodinâmica à economia da sustentabilidade. In: PERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, ed. Unicamp, 1996.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco & COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis: vozes, 2000 p.91-142.

CORRAL, Thaís, et all. **Fortalecendo a participação das mulheres nas políticas locais de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Rede de desenvolvimento humano, set. 1999.

COUTO, Berenice Rojas. O processo de trabalho do assistente social na esfera municipal. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 2. Brasília: Unb, 1999, p.203-213

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista**. São Paulo: brasiliense, 1987.

CUT. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. Dez. 1999.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Sustentabilidade e Endogenização: Princípios Balizadores do Desenvolvimento Regional. In: **REDES**. v.3. n° 2. Santa Cruz do Sul, dez. 1998. p.9-43.

DONIDA, Domingos Armanda. Cooperação Internacional. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: veraz editores, 2003, p.55-62.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: paz e terra, 1996.

FRETELL, Alfonso Cotera & ROCA, Humberto Ortiz. Comércio Justo. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: veraz editores, 2003, p.33-44

- FRIDEMANN, John. **Empowerment Uma Política de Desenvolvimento Alternativo**. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Ângela (orgs). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p.235-262.
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4. Brasília: Unb, 2000, p.51-63.
- GUIMARÃES, Gonçalo. Para início de conversa. In: **Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta**. Rio de Janeiro, 1998.
- HARVEY, David. **Condição Pós – Moderna**. São Paulo. Editora Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Relações de Gênero. In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. Ano 3, nº 06, Alast, 1998 pp. 5-27.
- HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença(s). In: ALMEIDA, Heloísa B. et alli (orgs). **Gênero em Matizes**. Bragança Paulista, Universidade São Francisco. (Coleção estudos CPAPH, Série História e Ciências Sociais), 2002, p.319-351.
- HELD, David. Desigualdades de poder, problemas da democracia. In: MILIBAND, David. **Reinventando a Esquerda**. São Paulo: Unesp, 1997, p.67-91.
- HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Relações de Gênero. In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. Ano 3, nº 06, Alast, 1998, p. 5-27.
- ITCP/FURB. **Projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**. Blumenau, 1999.
- KOWARICK, Lucio. Estratégias de planejamento social no Brasil. In. **Cadernos do Cebrap**, n. 02. São Paulo: 1997.
- KRISCHKE, Paulo J. **O contrato social: ontem e hoje**. São Paulo: Cortez, 1993.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: sigloXXI, 1987. Capítulo 4: Hegemonia y radicalización de la democracia, p.167-217.
- LAGARDE, Marcela. **Gênero y Feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madri: horas & horas, 1996
- LAVILLE, J. (dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- LISBOA, Armando de Melo. Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador, 1996. N.161. p.11-21.

- LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da Economia Popular Solidária. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador, 2000. n.189 p.51-67.
- LISBOA, Armando de Melo. A socioEconomia Solidária diante da grande transformação. In: **Revista Ciências Sociais Unisinos**. v.37, nº 159. São Leopoldo: Unisinos, 2001 p. 27-58.
- LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária, economia barroca: a emergência da socioEconomia Solidária na América Ibérica**. Portugal: Universidade Técnica de Lisboa, 2003 (tese de doutorado).
- LISBOA, Teresa Kleba. **Trajatórias de vida: um aporte investigativo para a construção de conhecimento em Serviço Social**. 2004 (mimeo)
- LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Classe e Etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: Argos, 2003a.
- LISBOA, Teresa Kleba. **Constituindo identidades, afirmando diferenças – mulheres migrantes caboclas e a aculturação no espaço urbano**. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, diferenças e mediações. Florianópolis, abril de 2003b.
- LISBOA, Teresa Kleba. **Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de empoderamento das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000b.
- LOPES, João Roberto. Outra economia acontece. www.ibase.com.br, 20/08/2004
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: vozes, 1997.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **A nova economia do desenvolvimento local**. 2000 p.17 (mimeo)
- MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós capitalista à globalização atual**. São Paulo: vozes, 1999.
- MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: veraz editores, 2003, p. 219-225.
- MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: abril cultural, 1982.
- MARRE, Jacques Léon. História de vida e método biográfico. In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, UFRGS, v.3, n.3 jan/jul, 1991.
- MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro**. Chile e Suecia: Cepaur e Fundación dag hammarskjöld, 1986.

- MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** 3ª ed. Hucitec – Abrasco, São Paulo – Rio de Janeiro, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Abordagem Qualitativa da Saúde.** Nov 1995. (mimeo).
- MORAES, Marieta (org.). **História Oral.** Rio de Janeiro: Diadorim & Finep, 1994
- MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia.** Porto Alegre, veraz, 2003, p.205-211.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política. Idéias para a reforma democrática do Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política.** São Paulo: senac, 2001.
- OLIVEIRA, Adriana Lucinda. **A atuação da incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade regional de Blumenau: a Economia Solidária no debate acerca do desenvolvimento regional.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Universidade Regional de Blumenau, 2002.
- PEDRINI, Dalila Maria. **Entre Laços e Nós Associativismo – Autogestão – Identidade coletiva: a Empresa Alternativa de Produção Socializada – EAPS Brusque – SC.** Tese de Doutorado. PUC/SP, 1998.
- PEDRINI, Dalila Maria. Associativismo Econômico: apenas uma resposta dos setores populares à crise do capital, ou mais que isto? In: THEIS, Ivo & MATTEDI, Marcos Antonio (orgs). **Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente.** Blumenau: edifurb, 2000 p. 83-105.
- PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: contexto, 2000b, p. 31-48.
- PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá. **Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão.** Fortaleza: Expressão, 2000.
- RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense.** Florianópolis: ed. UFSC; Blumenau: edifurb, 1999.
- RAUD, Cécile. A Industrialização do Vale do Itajaí: uma Nova Leitura a partir da Experiência Italiana. In: THEIS, Ivo, MATTEDI, Marcos Antonio & TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas (orgs). **Nosso Passado (In) Comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau.** Blumenau: edifurb, 2000.

- RUBINI, Carlos José. **Dialética dos Grupos: Contribuições de Sartre à Compreensão dos Grupos. Trabalho** apresentado no VI Congresso Brasileiro de Psicodrama. Salvador: FEBRAP, setembro, 1988
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? In: **Estudos Avançados**. Vol.01 nº 1. São Paulo, IEA, 1987.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel; fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Bruschini. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos & fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política paradigmática**. Volume 1: A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: cortez, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Educação & Realidade**, volume 20, nº 02 – Gênero e Educação. Julho/Dezembro 1995.
- SILVA, Vinicius Lummertz. Rumo ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p.265 à 288.
- SEMAS, Secretaria Municipal de Assistência Social. Blumenau, In: www.semas.org.br.
- SENAES, **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2003.
- SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: contexto, 2000.
- SINGER, Paul. Um novo conceito de socialismo. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 06 de novembro. 2001. Caderno A3
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002, p.81-126.
- SINGER, Paul . **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, Paul. A Secretaria Nacional de Economia Solidária em Construção. In: SENAES, **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2003.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: veraz editores, 2003, p.116-124.

SINGER, Paul. Na teia. In: **Informativo PACS**. Rio de Janeiro, nº 06 jan-mar/ 2004

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. A Emergência da Sociedade Civil no Poder Local. In: **Caderno CEAS**. nº 144. Salvador, 1993.

THEIS, Ivo. Planejamento no Desenvolvimento Regional: alternativas sustentáveis para o Médio Vale do Itajaí. In: **REDES**. v.04, nº 1. Santa Cruz do Sul, jan/abr 1999 p.9-32.

THEIS, Ivo & ZENI, Gerson A. Manus Manum Lavat? Dilemas do Desenvolvimento do Médio Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo & MATTEDI, Marcos Antonio (orgs). **Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente**. Blumenau: edifurb, 2000 p. 19-48.

TODARO, Rosalba & ABRAMO, Laís. Género y trabajo en las decisiones empresariales. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Ano 4, nº 07, Alast, 1998 p.77-96.

TRAJANO, Ana Rita Castro e CARVALHO, Ricardo agosto Alves de. Identidade e trabalho autogestionário. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003, p.173-177.

VEIGA, Sandra Mayrink. **Elementos para um projeto de sócio-economia solidária**. 2002, 14p. (mimeo)

VIEIRA, Paulo Freire & CUNHA, Idaulo José. Repensando o Desenvolvimento Catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p.289 à 310.

UNITRABALHO. **Folder**.

WIEVIORKA, Michel. **A diferença**. Lisboa (Portugal). Fenda, 2002, p.131-198.

www.ibge.gov.br

www.ethos.org.br

www.fase.org.br

www.fbes.org.br

www.blumenau.sc.gov.br/semas/default.htm

www.pacs.or.br

www.redesolidaria.com.br

Documentos:

Carta dos Empreendimentos da Economia Solidária ao Presidente da República. Brasília, 13 de Agosto de 2004 (mimeo).

Relatório Geral do Iº Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. Brasília, 13 de agosto de 2004 (mimeo).